



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

DAIANA PAULA VAROTTO

**AGROECOLOGIA E MULHERES:
PROTAGONISMO FEMININO NA AGROECOLOGIA NO PLANALTO E ALTO
URUGUAI DO RIO GRANDE DO SUL (1985 – 2019)**

**CHAPECÓ
2020**

DAIANA PAULA VAROTTO

**AGROECOLOGIA E MULHERES:
PROTAGONISMO FEMININO NA AGROECOLOGIA NO PLANALTO E ALTO
URUGUAI DO RIO GRANDE DO SUL (1985 – 2019)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho.

Linha 1 História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente.

CHAPECÓ
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Varotto, Daiana Paula
AGROECOLOGIA E MULHERES: PROTAGONISMO FEMININO NA
AGROECOLOGIA NO PLANALTO E ALTO URUGUAI DO RIO GRANDE DO
SUL (1985 ? 2019) / Daiana Paula Varotto. -- 2020.
126 f.

Orientador: Doutor Miguel Mundstock Xavier de
Carvalho

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2020.

1. Agroecologia. 2. História. 3. Mulheres. I.
Carvalho, Miguel Mundstock Xavier de, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

DAIANA PAULA VAROTTO

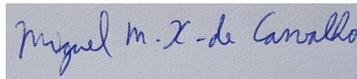
AGROECOLOGIA E MULHERES:

**PROTAGONISMO FEMININO NA AGROECOLOGIA NO PLANALTO E ALTO
URUGUAI DO RIO GRANDE DO SUL (1985 – 2019)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Aprovado em: 11 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho – Universidade Federal da Fronteira
Sul
Presidente da banca/orientador



Prof. Dra. Thaís Janaina Wenczenovicz – Universidade Estadual do Rio Grande do
Sul
Membro titular externo



Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva – Universidade Federal da Fronteira Sul
Membro titular interno

Prof. Dr. Samira Peruchi Moretto – Universidade Federal da Fronteira Sul
Membro suplente

Chapecó/SC, dezembro 2020

AGRADECIMENTOS

Se cheguei a este momento e tive a oportunidade de cursar um mestrado, assim como a graduação, na área em que desde a infância me fascina é com muita gratidão a todas e todos, trabalhadores e trabalhadoras, que ousaram sonhar, lutaram e conquistaram a implantação de uma Universidade Federal, pública e popular no interior do Brasil. Estendo a todos que, desde 15 de setembro de 2010, seguem na incansável e contínua batalha para que ela seja a oportunidade de centenas de milhares de cidadãos e cidadãs.

Meu agradecimento a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa Demanda Social, fundamentais para a dedicação e realização da pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho por toda atenção, zelo, humildade e confiança durante todo processo de realização do trabalho.

A banca de qualificação Prof. Dra. Thaís Janaina Wenczenovicz por todos os conselhos, Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva, professor, orientações que abriram os horizontes e apontaram os melhores caminhos.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História, em especial a Coordenação do curso, Professora Dra. Samira Peruchi Moretto, pela disponibilidade e atenção sempre prestadas.

Gratidão especial aos professores Dr. Isabel Rosa Gritti e Dr. Murillo Dias Winter pela orientação, acolhimento e ajuda durante a realização do estágio.

A base, minha família, em especial minha mãe Nair, meus irmãos, cunhadas, sobrinhas e sobrinhos, os do Nelo e da Nair e do Darci e da Silvania por todo apoio, suporte, e compreensão desde sempre valorizando e incentivando a estudar. Pai e Tio onde estiverem sinto vocês sempre comigo! A minha família Chapecoense: Tia Nica, Lucas, Raquel e Miguel Warken, João Vitor Lando.

Ao Laboratório Fronteiras/UFFS e Labinha/UFSC que proporcionaram tantas experiências e conhecimentos e encontro com a História Ambiental.

Ao Centro de Documentação e Laboratório de História Oral, I a Profa. Dra. Débora Classen de Paula e Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga, por aprender, reaprender

e construir pesquisa e extensão em História Oral. Experiência prática em sala de aula e na comunidade de Aratiba.

As mulheres que proporcionaram que esta história e suas trajetórias fossem contadas: Adelinda, Andressa, Daiane, Ingrid, Lídia, Luana, Magali, Maristela, Rosa, Vanderleia, Vanessa, Tarita e Valdete. Por abrirem suas vidas, suas casas, suas propriedades, sua história, em especial a família Ferro, Vanessa, Maristela, Jonas, João Vicente, Arzelindo e Ronaldo.

As entidades Grupo Ecológico Mãos na Terra, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Associação Brasileira de Agroecologia, Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativa Ltda (COONALTER), Centro Ecológico Ipê, Cooperativa Ecoterra.

As demais pessoas que contribuíram, das mais diversas formas, durante a pesquisa, amigos e amigas, Henrique A. Trizotto, Bruna Mazzone, Darline Balen, Caroline, Luís Costella, João D. W. Foschiera, Dr. Naira Estela Roesler Mohr, Paula R. Fortunato, Elisabete Hammes (Bety), Darlei Libero, Sharle Capelletti, Dra. Marcia Marian, Isabel Cristina da Silva, Pita.

Aos colegas de turma, amigos que o mestrado me trouxe, em especial ao Jordan, Letícia, Daniela, Douglas, Marina, Evandro, Jorge e Adriano. Por dividirmos sonhos, angústias, chimarrão, chopp e receitas. As caronas do Jorge, Eluando, Gregori, Humberto. As companheiras de eventos Letícia e Janaí.

As companheiras e companheiros que acreditam a transformação da sociedade por meio da educação pública!

Olhai os lírios do campo
E o exemplo das abelhas;
Que a semente só germina
No suor de quem ajoelha!
Quando o ombro encontra o ombro,
A colheita é mais parelha!
Se a mãe terra mata a fome,
Não há lobos nem ovelhas!

Miro Saldanha

RESUMO

A alimentação humana, o consumo de alimentos saudáveis, livre de contaminação por agrotóxicos é uma preocupação de parte da população, bem como as consequências ao meio ambiente dos efeitos destes para a vida. As mulheres estiveram sempre presentes nos processos históricos, todavia, por séculos seu protagonismo foi negado. O trabalho está inserido na Linha de Pesquisa História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente e apresenta um estudo sobre o protagonismo feminino na Agroecologia nos núcleos Planalto e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul da Rede Ecovida de Agroecologia. A metodologia utilizada foi a pesquisa quantitativa e qualitativa em documentos escritos e materiais produzidos pelas entidades que atuam no tema e entrevistas com mulheres. Foram realizadas treze entrevistas com roteiros semi-estruturados, com agricultoras, pesquisadoras, Técnicas, Extensionistas Rurais, Engenheiras Agrônomas que atuam em entidades de promoção da Agroecologia, concomitante a análise dos documentos. A partir da pesquisa concluiu-se que as mulheres estão presentes em todas as etapas que envolvem a Agroecologia, seja na produção, com os aportes que a envolvem, da escolha por esse formato de agricultura até a comercialização, nas entidades e na pesquisa científica.

Palavras-chave: Agroecologia; História; Mulheres; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Human nutrition, the consumption of healthy food, free from contamination by pesticides is a concern of part of the population, as well as the consequences to the environment due to food production. Women have always been present in historical processes, however their protagonism has been denied for centuries. This study is within the Line of Research of Population Settlement, Agriculture and Environment and presents a study about the feminine protagonism in Agroecology in the Planalto and Alto Uruguai region - State of Rio Grande do Sul, in the Ecovida Agroecological Network. The methodology used in this research was a quantitative and qualitative analysis through written documents and materials produced by the entities that work in the field and interviews with local women. Thirteen interviews were conducted from semi-structured scripts with farmers, researchers, technicians, Rural Extensionists, and Agricultural Engineers who work on entities promoting Agroecology, along with the analysis of the documents. This study concluded that women are present in all stages that involve Agroecology by choosing this format of agriculture, from production with all tasks that involve them to commercialization, in entities and in the scientific research.

Keywords: Agroecology; History; Rio Grande do Sul; Women.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa	38
Tabela 2 - Entidades que compõe a Articulação Nacional de Agroecologia	40
Tabela 3 - Congressos Brasileiros de Agroecologia	42
Tabela 4 - Certificação de produção orgânica a partir do trabalho do CAPA.....	73

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AEARJ	Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANDEF	Associação Nacional de Defensivos Agrícolas
ASA	Articulação no Semiárido
ASBRAER	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ABRABIO	Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
COFAO	Cooperação Fraterna Agricultores e Operários
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COONALTER	Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativa Ltda
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CTAO	Câmara Temática de Agricultura Orgânica
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
EARE	Encontros Ampliados da Rede Ecovida de Agroecologia
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAEB	Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

FAO	Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
GAIA	Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia
IECLB	Igreja de Confissão Luterana no Brasil
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAELA	Movimento Agroecológico de América Latina e do Caribe
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MSR	Movimento Sindical Rural
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAAU	Núcleo de Agroecologia do Alto Uruguai Gaúcho
OCERGS	Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PABE	Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica
PANCS	Plantas Alimentícias Não-Convencionais
PEAPLO	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLEAPO	Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNSAN P	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PTA/FASE	Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SOCLA	Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia
STPOrg	Subcomissão Temática de Produção Orgânica
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
UPF	Universidade de Passo Fundo
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 HISTÓRICO DA AGRICULTURA, DAS AGRICULTURAS ALTERNATIVAS E DA AGROECOLOGIA COMO MOVIMENTO SOCIAL, PRÁTICA AGRÍCOLA E CIÊNCIA A NÍVEL MUNDIAL E BRASIL.....	24
2.1 HISTÓRIA DA AGRICULTURA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	24
2.2 REVOLUÇÃO VERDE.....	27
2.3 HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA E DAS AGRICULTURAS ALTERNATIVAS NO MUNDO	29
2.4 AGROECOLOGIA NO BRASIL.....	35
2.5 AS MULHERES E AGROECOLOGIA.....	44
3 HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL.....	51
3.1 O PAPEL DO ESTADO: POLÍTICAS PÚBLICAS.....	51
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGROECOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL.....	60
3.2.1 EMATER/RS – ASCAR.....	64
3.2.1.1 EMATER/RS - ASCAR, Agroecologia e Mulheres	66
3.2 ENTIDADES.....	69
3.2.1 Centro de Promoção Da Agroecologia (CAPA).....	70
3.2.2 Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP).....	73
3.3.3 Rede Ecovida de Agroecologia	76
4 MULHERES NA AGROECOLOGIA	78
4.1 MULHERES AGRICULTORAS E AGROECOLOGIA.....	80
4.1.1 Porque produzir sem agrotóxico?.....	88
4.2 MULHERES E AGROECOLOGIA NA ACADEMIA.....	95
4.3 MULHERES NA EXTENSÃO RURAL E A AGROECOLOGIA....	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
6 REFERÊNCIAS.....	108
7 ANEXO A.....	124
8 ANEXO B.....	126

1 INTRODUÇÃO

Em 2008 o Brasil alcançou a indesejável condição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e em 2009 atingiu uma média de consumo de 5,2 kg de veneno por habitante/ano, ocasionando aumento dos níveis de contaminação no meio ambiente, exposição humana e impacto nos biomas, além de ter dentre os cinquenta produtos mais usados nas lavouras brasileiras, vinte e dois proibidos pela União Europeia. (CARNEIRO et al., 2016; BOMBARDI, 2017; FIOCRUZ, 2018).

Concomitante a estes fatores em que a sociedade rural brasileira expõe sujeitos a contaminação por agrotóxicos, existem as relações de gênero patriarcais em que muitas mulheres e homens têm naturalizado em seu cotidiano violências, desde a física, emocional e financeira. Entretanto a partir de um forma diferente de produzir alimentos, além da lógica de grande escala de *commodities* para exportação, desenvolvem na Agroecologia seu trabalho e tiram o sustento das famílias em alimentos livres de agrotóxicos.

Este trabalho realizado no Programa de Pós-Graduação em História, inserido na Linha de Pesquisa História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente e tem como objetivo principal revisitar a História da Agroecologia nos núcleos Planalto e Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, do Rio Grande do Sul (1985 – 2019), a partir do protagonismo¹ das mulheres, investigando a partir da ótica feminina, bem como descrever como aconteceu o processo de inserção das técnicas agroecológicas na vida destes sujeitos.

Desdobram-se como objetivo secundário identificar as permanências e modificações nas formas de produção agrícola a partir da Revolução Verde até o tempo presente, analisando a trajetória de vida de algumas mulheres dentro da Agroecologia, agricultoras, pesquisadoras, membros de direção em associações, se a sua participação nestes espaços contribuiu para a cidadania e alguma forma de emancipação das mulheres agroecológicas

1 O termo protagonismo adotado na pesquisa se encaixa na perspectiva de Maria da Glória Gohn que concerne a que as ciências humanas passaram a usá-lo para se referir aos “atores que configuram um movimento social” (GOHN, 2008, p.9), a partir do momento em que a historiografia passa a destacar a importância destes sujeitos históricos que antes eram ignorados.

A realização deste estudo vem a partir da minha trajetória acadêmica e pessoal, iniciada com o trabalho de conclusão de curso em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul em 2017 intitulado “Eu vou pra luta: mulheres militantes no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul na década de 1980” (VAROTTO, 2017) onde abordei a história de mulheres que durante o período estiveram envolvidas em movimentos sindicais, políticos e sociais na busca de direitos trabalhistas, e na reconstrução da democracia que havia sido dizimada pelo Golpe Civil Militar Brasileiro de 1964.

No mesmo período em que cursava a Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, durante a realização de trabalho de campo e convivência e contato pessoal com propriedades familiares em que o modelo de produção é agroecológica passei a perceber que a relação das mulheres com a família, com o trabalho e até mesmo a sua vivência era diferenciada em relação a outras em que sua fonte de renda era a produção de grãos com sistema convencional (na sigla de dependência de financiamento bancário e modelo de cultivo com técnica que envolviam a aplicação de fertilizantes químicos e agrotóxicos) ou de integração de frangos ou suínos com grandes empresas do ramo frigorífico.

Esta percepção, naquele momento, gerou a pesquisa de trabalho de conclusão do curso de especialização que buscou, por meio de entrevistas com dez agricultoras da região Norte do Rio Grande do Sul, contarem e problematizarem suas relações sociais a partir do modo de produção agroecológico dentro das suas propriedades.

Destaco a participação em encontros do Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia (GAIA); do coletivo de estudantes, professores, técnicos que realizaram, a concepção e organização, que culminou na Feira de Economia Solidária no Campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul, que também muito contribuiu para o despertar sobre a temática.

A minha inserção nos movimentos sociais, atuando especialmente no movimento estudantil, fez com que pudesse passar a compreender as ações destes, como um dos momentos fortes, da história recente das mulheres camponesas e que

foi um grande marco da sua preocupação com as consequências ambientais, como a “ação em defesa da vida” em 08 de março de 2006 em Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul, quando mais de duas mil mulheres organizadas e ligadas ao Movimento de Mulheres Camponesas, ocuparam o horto florestal da Aracruz Celulose e “opondo-se ao monocultivo florestal, de mudas clonadas de plantas exóticas; destruíram experimentos de negação da biodiversidade, dizendo não a violência social, econômica e ambiental promovida conscientemente pelas empresas de celulose” (CARLOS & CONTE, 2009, p.158).²

Esse novo olhar sobre sujeitos, em especial, as mulheres, também é por conta de na região em que residia ainda ter uma grande invisibilidade na história, paradigma que vem sendo quebrado desde a chegada da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Tomando como antecedente essas vivências e fundamentada na teoria da história, que considera que a mesma se torna ciência a partir do século XIX, com o surgimento dos métodos de análise “entre o sentido de ontem e o de hoje, houve todo um movimento de institucionalização e profissionalização das disciplinas, na qual a história desempenhou um papel de destaque” (HARTOG, 2017, p.20) foi desenvolvida esta pesquisa.

Dentro desta premissa, é fundamental lembrar que, o modelo historiográfico, predominante no século XIX era o que determinava que o historiador tinha a função de contemplar o passado, recuperar eventos e por meio dos documentos realizar as narrativas exatamente da forma como os acontecimentos se deram, sob a ótica dos vencedores. Esta é a conhecida corrente positivista da história, que até aquele momento era soberana, baseada na citada construção de narrativas, visava sempre criar heróis, exaltar grandes feitos e reconhecer como autênticos esses homens e suas realizações.

² Carlos & Conte são, respectivamente, militantes do Movimento de Atingidos por Barragens e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/RS) e abordam no artigo “Oito de Março de 2006: em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas” o contexto desta ação e suas consequências para as mulheres camponesas e suas organizações, bem como os demais textos da obra organizada por Conceição Paludo são um registro da história do movimento por suas protagonistas.

Tratava-se de uma concepção empirista do trabalho histórico, enxergando-o como centrado na manipulação rigorosa e imparcial, segundo certas regras, das fontes primárias disponíveis, entendidas à época como sendo, quase sempre, textos escritos – admitindo-se em um plano menor, o emprego de algumas outras categorias materiais. Acreditava-se que um conhecimento verdadeiro de história que os homens fizeram coletivamente no passado (a história objeto) podia ser atingido pela história-disciplina (a que se dedicavam os historiadores, entendidos como sujeitos epistêmicos) mediante um trabalho adequado daqueles profissionais treinados na manipulação, crítica e objetiva dos testemunhos ou fontes. (CARDOSO, 2012, p.5).

A Escola de Annales - *Annales d'histoire économique et sociale* - fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, é o marco fundamental da então chamada “Nova História”, a História problema, levando o historiador a estudar o homem no tempo, definição que foi fundamental para a expansão da historiografia. José D’Assunção Barros amplia como a História se dedica o estudo do homem no tempo e no espaço:

As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social. (BARROS, 2013, p. 137).

Barros complementa que com a expansão dos domínios históricos no último século “[...] perfeitamente um “espaço cultural” definido por instâncias antropológicas, ou mesmo um “espaço imaginário” (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura)” (BARROS, 2013, p.137).

A ampliação dos tipos de documentos a serem utilizados como fontes amplificou e abriu um leque de campos de pesquisas, rol de objetos, problemas, abordagens, bem como as possibilidades de pesquisa.

A expansão documental não diz respeito apenas a novos objetos ou a inclusão de personagens comuns, mas ao próprio caráter holístico do trabalho. Assim, o documento escrito clássico passou a ser somado ao documento arqueológico, à fonte iconográfica, ao relato oral (quando possível), a análises seriais e a todo e qualquer mecanismo que possibilite uma interpretação. Não foi apenas a noção de documento impresso que ficou ultrapassada; foi o próprio trabalho de um historiador que apenas lia livros sobre um tema e ilustrava com fontes documentais. (KARNAL & TATSCH, 2012, p.22).

E neste sentido as contribuições da História Oral como uma das ferramentas de pesquisa, que por meio de entrevistas e depoimentos, intermediadas por técnicas tem a possibilidade de trazer para a história novos cenários, atores sociais, diferentes visões sobre um mesmo acontecimento histórico, bem como propiciar a emergência de fatos que não eram considerados como história.

Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas em níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenham um papel importante. Dessa forma, a história oral, longe de só se interessar por oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que demandam do interior e do mais profundo das experiências dos atores sociais. (LOZANO, 2006, p.16).

O surgimento dessa nova história exerce um papel importante também na diluição de hierarquias das fontes, quando se deixa considerar apenas os documentos escritos como meios de se acessar o passado. Neste contexto, também temos a emergência da história “vista de baixo”, baseada no inglês Edward Thompson, que procura elucidar a história a partir de acontecimentos ligados a pessoas comuns, pelo olhar dos “vencidos”, a valorização de outros sujeitos e a busca por outras fontes de registro como o depoimento oral, a iconografia e filmes.

A história oral é um instrumento eficiente para inúmeros trabalhos que procuram abordar temas diversos a partir de perspectivas alternativas, que fogem do teor oficial das fontes produzidas em ambiente institucional e estritamente escrito. Uma das vertentes se apoia em prerrogativa militante e insere a necessidade de valorizar versões da história que refletem sobre as minorias ou grupos que, por questões contextuais específicas foram silenciadas. (EVANGELISTA, 2017, p.125).

Para atingir os objetivos propostos recorreremos também a história sobre as mulheres, e o papel primordial desenvolvido pelos movimentos feministas da década de 1970 que contribuíram para que a temática ganhasse força também na academia por intermédio da perspectiva da questão de gênero como categoria de análise.

Desta forma se adota a concepção da historiadora norte-americana Joan Scott, que nos traz as reflexões da construção social do ser “mulher” e do “ser homem”.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1995, p.7).

A exploração da variedade de fontes, incentivada pela Escola de Annales, propiciou um novo olhar também para a história das mulheres ao passo que essas novas possibilidades de fontes integraram a História das mulheres a historiografia. Ligando-se com a explosão do feminismo na década de 1960 tiveram papel crucial “no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres”. (PEDRO E SOIHET, 2007, p. 285).

O conceito de “História do Tempo Presente” traz à tona novos questionamentos a partir de processos históricos do presente e todo aporte desde a relação do historiador e seu objeto, aproximações e distanciamentos, e que história não é somente estudo do passado é estudo do presente também. Há ainda a micro-história, a história global influenciando nestas micro-histórias e vice-versa.

A investigação do tempo presente faz com que o historiador estude o próprio tempo para compreender como estes processos do passado refletem hoje nas sociabilidades e vida das pessoas. A história das mulheres agricultoras é um destes exemplos, desde os motins de fome do século XVIII na Inglaterra³ elas estiveram a frente de processos até a Primavera Feminista de 2015⁴.

3 De acordo com Thompson (1998) os motins de fome na Inglaterra no século XVIII tiveram a frente o protagonismo das mulheres que se deslocavam ao mercado exigindo o baixa dos preços dos produtos e o cumprimento da lei.

4 O ano de 2015 ficou conhecido por de temas da agenda política feminista terem ganhado visibilidade nas redes de internet e nas ruas por conta das manifestações e campanhas, em várias cidades do país, em especial, as relacionadas ao Projeto de Lei 5069-2013 e seu autor, o deputado federal carioca Eduardo Cunha (PMDB), e trazendo a pauta os temas de violência contra as mulheres a legalização do aborto. Seu início foi no Rio de Janeiro e seu principal meio de convocação forma as redes sociais (BRITO, 2017). É importante lembrar, quanto a nomenclatura, que ela foi dada pela mídia “que não necessariamente conformou uma identidade, isso é, as mulheres e os grupos não passaram a se identificar como um mesmo movimento, como aconteceu com a *Ni Una a Menos* na Argentina, que hoje organiza grupos em diversas cidades do país [...] mesmo assim o termo apareceu em peças de teatro, espetáculos musicais e nas campanhas de diversas vereadoras

Adentrando nos movimentos de mulheres agricultoras no Brasil, eles iniciaram na década de 1980, período com fortes mudanças sociais e econômicas. Essa década também é reconhecida como a do renascimento das lutas da população, surgimento de vários movimentos sociais ligados ao campo, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os movimentos de mulheres pela sindicalização, Movimento de Mulheres Agricultoras e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Os movimentos autônomos de mulheres rurais, surgidos no início da década de 1980, foram um produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil e apresentam trajetória semelhante a muitos outros destes movimentos. Começam sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No meio rural, essa influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram, sendo sempre estimuladas a fazê-lo. Com o passar do tempo as participantes começaram a encontrar menos identidades entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas pela Igreja Católica, que nunca abandonou sua postura patriarcal nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção. (PAULILO, 2016, p. 252).

Tendo em vista a temática de gênero, a história das mulheres, é uma constante nas discussões atuais da sociedade, a verificamos no campo da Agroecologia, buscando identificar o protagonismo feminino nos núcleos Planalto e Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, localizados na metade norte do Rio Grande do Sul, tendo como principais cidades, Erechim e Passo Fundo, na academia, nas entidades e também as agricultoras.

Neste horizonte a Agroecologia é ampla, e pode ser compreendida em vários âmbitos, como movimento social, prática agrícola e ciência. No que toca a legislação brasileira, ela engloba o sistema agroecológico dentro dos sistemas orgânicos a partir da Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) compreende a Agroecologia em um sentido mais abrangente:

identificadas com o feminismo. Sem se constituir como uma identidade para grupos, as manifestações se tornaram um marco na trajetória política das mulheres e do país. (BRITO, 2017, p.2).

A Agroecologia baseia-se na aplicação de conceitos e princípios ecológicos, a fim de otimizar as interações entre plantas, animais, seres humanos e o meio ambiente, levando em consideração, ao mesmo tempo, os aspectos sociais que devem ser abordados para atingir um sistema alimentar justo e sustentável. A partir da criação de sinergias, a Agroecologia pode apoiar a produção de alimentos e a segurança alimentar e a nutrição, enquanto restaura os ecossistemas e biodiversidade que são essenciais para a agricultura sustentável. Também pode desempenhar um papel importante na construção de resiliência e adaptação às mudanças climáticas (FAO, 2020, tradução nossa).

Miguel Altieri, estudioso reconhecido mundialmente sobre o tema, indica para a visão sistêmica da Agroecologia, a concepção que ela só pode ser compreendida a partir do entendimento profundo da ecologia humana e dos sistemas agrícolas e de uma real agricultura sustentável. A sua emergência como uma ciência “fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2004, p.21).

Sob a perspectiva da história ambiental, pretende-se também discutir as relações humanas com o ambiente, e nesta esfera se insere a produção Agroecológica. Como afirmou Pádua (2010, p. 94), a história ambiental tem a habilidade de “ampliar a análise historiográfica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos”.

Zarth (2012) lembra que até pouco tempo atrás, as pesquisas e estudos sobre a história da agricultura possuíam um viés voltado aos princípios de uma visão limitada de “progresso”, o que acarretava na destruição das florestas e no ingresso de técnicas europeias para substituir os métodos “arcaicos” dos povos nativos e tradicionais. Com as fortes críticas acadêmicas, como as feitas pela história ambiental, as pesquisas históricas passam a abrir espaço pra estas novas configurações, tendo o meio ambiente também como matéria de preocupação.

As hipóteses deste trabalho são de que muitas mulheres conquistaram a condição de protagonista, principalmente no que concerne ao trabalho de produzir alimentos agroecológicos, plantando, colhendo, comercializando e dando um outro rumo econômico e social para a sua vida e de suas famílias, bem como as

dinâmicas dentro dos espaços, na academia e nas entidades que realizam trabalhos de assistência técnica a agricultura. Estas hipóteses foram dimensionadas a medida que a pesquisa foi efetivada com as fontes.

O primeiro capítulo apresenta uma revisão histórica sobre os conceitos que norteiam este trabalho, discorrendo sobre o surgimento da agricultura, a modernização a partir do final do século XIX, o surgimento das agriculturas alternativas e as profundas modificações geradas durante o século XX pela Revolução Verde. Apresentamos a emergência, a partir dos anos 1970, das preocupações mundiais com o meio ambiente e uso de agrotóxicos e os debates em torno das múltiplas definições da agricultura agroecológica, chegando ao debate sobre as mulheres dentro da Agroecologia.

O segundo capítulo apresenta a Agroecologia no Rio Grande do Sul a partir das preocupações ambientais, as entidades de promoção e o papel do estado frente a isso, por meio de programas e políticas públicas de incentivo e as organizações não governamentais (ONGs) que atuam na sua promoção, assistência técnica e incentivo a este modelo de agricultura.

No terceiro capítulo o foco será nas mulheres, na atuação delas nas propriedades, nas entidades e na pesquisa em agroecologia e todos os aspectos de como faz parte da sua vida de relações. A metodologia usada para elaboração desta pesquisa trabalho foi a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa, e por meio do uso de metodologia de história oral temática.

Foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado, com 13 mulheres, sendo 5 agricultoras (uma delas também é Engenheira de Alimentos), 1 agricultora e que já atuou também como extensionistas rural, 4 mulheres que atuam ou atuaram em entidades de promoção da Agroecologia, 3 pesquisadoras e 1 homem coordenador da Cáritas Arquidiocesana, visando colher depoimentos que ajudem a elucidar os objetivos propostos.

A escolha das mulheres agricultoras se iniciou com as que estavam citadas nas revistas produzidas em comemoração o primeiro e ao décimo ano da Feira Ecológica de Passo Fundo e na entrevista com o Coordenador da Cáritas, e partir destas entrevistas outras foram citadas. Já as que atuam (ou atuaram) nas

entidades foram indicações das próprias instituições e as pesquisadoras pelo levantamento de produções sobre o tema na região, os quais as apontaram com pesquisa no campo.

Os documentos escritos são estatutos, históricos elaborados pelas entidades, relatórios de gestão e de atividades, *folders*, cartilhas e jornais que as mesmas produzem para divulgação do trabalho que realizam e de orientação aos próprios agricultores e as entidades, bem como os que foram elaborados especificamente de projetos realizados com e para as mulheres.

2. HISTÓRICO DA AGRICULTURA, DAS AGRICULTURAS ALTERNATIVAS E DA AGROECOLOGIA COMO MOVIMENTO SOCIAL, PRÁTICA AGRÍCOLA E CIÊNCIA A NÍVEL MUNDIAL E BRASIL.

Este capítulo aborda alguns aspectos fundamentais para compreender a história da agricultura no mundo, suas transformações a partir do século XX para chegarmos a Agroecologia.

2.1 HISTÓRIA DA AGRICULTURA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A agricultura teve início quando o homem passa do sistema de caça e coleta para o cultivo de seus alimentos, sendo variável no espaço e no tempo. A arqueologia nos aponta o período neolítico, como prelúdio dela, a partir de evidências da criação das primeiras técnicas e ferramentas utilizadas no cultivo das plantas, próximos as moradias e em terras fertilizadas, como as das margens de rios.

Entre 10.000 e 5.000 anos antes de nossa Era, algumas dessas sociedades neolíticas tinham, com efeito, começado a semear plantas e manter animais em cativeiro, com vistas a multiplicá-los e utilizar-se de seus produtos. Nessa mesma época, após algum tempo, essas plantas e esses animais especialmente escolhidos e explorados foram domesticados e, dessa forma, essas sociedades de predadores se transformaram por si mesmas, paulatinamente, em sociedades de cultivadores. Desde então, essas sociedades introduziram e desenvolveram espécies domesticadas na maior parte dos ecossistemas do planeta, transformando-os, então, por seu trabalho, em ecossistemas cultivados, artificializados, cada vez mais distintos dos ecossistemas naturais originais. (MAZOYER & ROUDART, 2010, p.70).

A primeira Revolução Agrícola da Agricultura Moderna é datada do século XVIII em diversas regiões da Europa Ocidental. Conforme Ehlers, foi o período em que as práticas, como a rotação e culturas, ocasionaram à intensificação do uso da terra e ao gradativo abandono do sistema de produção de pousio, o qual deixava a terra “descansar” por algum tempo antes de ser reutilizada, ocasionando como seu resultado um enorme aumento da produção. (EHLERS, 2009).

A partir de meados do século XIX a agricultura é alterada novamente, neste momento por inovações tecnológicas, com os primeiros tipos de adubos químicos e as ferramentas utilizadas nas lavouras, que passam a ser produzidas em escala industrial. No entanto, uma grande alteração acontece somente com a introdução do motor a combustão interna, tendo o primeiro exemplar de trator, alimentado a gasolina, fabricado nos Estados Unidos.

Em 1882 fabricou-se nos Estados Unidos o primeiro trator movido a gasolina. Sua aceitação foi bastante lenta até que, em 1917, houve o lançamento de Fordson, fabricado por Henry Ford. No ano de 1925, sua fábrica vendeu 158 mil tratores Ford. Tinha início a chamada motomecanização da agricultura. Paulatinamente, o cavalo e a sua fonte natural de energia, as forragens, foram substituídos por tratores movidos a gasolina, estabelecendo uma base energética comum entre a produção agrícola e industrial.(EHLERS, 2009, p.19).

O Brasil, na conquista violenta portuguesa em 1500, teve sua agricultura voltada principalmente para a monocultura e o latifúndio, como podemos observar a partir dos carros chefes da produção econômica primária, que ao lado da exploração dos recursos naturais, como o pau-brasil, ouro e a borracha, produzia também a cana-de-açúcar, o café, algodão e os grãos

No caso brasileiro o acesso à terra é um dos fatores que influenciaram a agricultura, destacando-se nesse quesito como marco a Lei de Terras de 1850 que, dentre suas deliberações, teve como uma das principais prerrogativas a definição que a partir daquele momento, a terra só pode ser adquirida por meio da compra, ou seja, ela se torna uma mercadoria.

Nesse âmbito a agricultura brasileira, passou por profundas modificações a partir da década de 1960, quando é implantado o pacote tecnológico com modelo de desenvolvimento produtivo voltado para atender as demandas da indústria e com foco nas grandes e médias propriedades, deixando de lado demandas das classes trabalhadoras ligadas aos pequenos produtores, meeiros, agricultores que não possuíam terras próprias para trabalhar.

Essa modernização da agricultura, pós Segunda Guerra Mundial, foi influenciada pela matriz norte-americana de extensão rural e não levou em

consideração as experiências de instituições nacionais de pesquisa e nem a estrutura fundiária brasileira. (SILVA, 2017).

Com o Golpe Militar ocorrido no Brasil, em abril de 1964, estancou as possibilidades de reforma agrária que vinham sendo debatidas por diversos segmentos sociais. A ditadura teve claros objetivos de não romper com a estrutura fundiária e isto pode ser observado no Estatuto da Terra⁵, que foi promulgado meses após o novo regime ter sido implantado.

Contudo, o Estatuto da Terra, uma lei que regulamentava a estrutura fundiária, tinha um texto ambíguo: ao mesmo tempo que fixava normas para a desapropriação de latifúndios e regulamentava contratos de trabalho (parceria e arrendamento), reivindicava antigas dos trabalhadores, criava uma política de modernização agrícola baseada em grandes e médias propriedades. Esta proposta de modernização prevaleceu como política de desenvolvimento rural nos governos militares e a proposta de reforma agrária foi deixada de lado pelo governo. (LUZZI, 2007, p.8).

Gonçalves Neto (1997) reafirma que desta maneira a agricultura brasileira passa por uma modernização conservadora e desigual, com a opção de investimento dos programas governamentais as grandes proprietários e com foco na exportação e que resultou, posteriormente na década de 1970 a criação de complexos agroindustriais.

Desta forma a agricultura convencional se cristaliza. Gliessman (2005) aponta que este modelo gira em torno de dois objetivos que se relacionam, a maximização da produção e a do lucro e possui particularidades específicas:

Seis práticas básicas – cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas – formam a espinha dorsal da agricultura moderna. Cada uma é usada por sua contribuição individual a produtividade, mas, como um todo, formam um sistema no qual cada uma depende das outras e reforça a necessidade de usá-las (GLIESSMAN, 2005, p.34).

5 O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) é uma legislação que regula os direitos e as obrigações quanto aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e da promoção da Política Agrícola. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em 23 mai. 2019.

Na modernização da agricultura é possível perceber que o Estado tem um papel de destaque para sua concretização, com políticas públicas e subsídios.

Todos os países, que hoje figuram como os grandes produtores agrícolas mundiais, tiveram no Estado o agente promotor do desenvolvimento da agricultura moderna, por meio da criação de políticas públicas direcionadas ao amparo de uma agricultura mais tecnológica, possibilitando altos índices de produtividade e incorporação de novas áreas para o plantio. (CAMPOS, 2011, p.176).

Neste processo de modernização da agricultura se destaca, como um dos fatores principais e com maiores consequências, o pacote da Revolução Verde, a qual, com seu aparato operou grandes transformações no campo e nas relações deste com a sociedade.

2.2 REVOLUÇÃO VERDE

O programa conhecido como Revolução Verde ganhou notoriedade no Brasil a partir da década de 1960, entretanto ela já estava sendo praticada desde o final da Segunda Guerra Mundial. Alguns autores, como Umaña (2014) nos lembram que a Revolução Verde não é apenas um pacote tecnológico dos pós guerras, mas uma estratégia geopolítica de desenvolvimento associado ao contexto da Guerra Fria:

Sua definição pode se referir estritamente a uma dinâmica de "aprimoramento técnico" na produção agrícola, particularmente na produção de grãos, enquanto pode estar ligada a uma estratégia geopolítica para conter o comunismo nos países pobres. Em alguns casos, a revolução é um processo genético, enquanto em outros é entendida como sistêmica, que também inclui a quimificação e motorização de tarefas de cultivo e colheita.. (Umaña, 2014, p.491, tradução nossa).

O termo "Revolução Verde" foi utilizado pela primeira vez em 1968 pelo administrador da *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), mais conhecida pela sua

sigla USAID, Willian S. Gaud, como parte do título⁶ da sua apresentação para a Sociedade de Desenvolvimento Internacional, e a partir deste momento o uso deste termo se espalhou velozmente.

Umaña (2014) assinala que esta expressão nunca foi usada antes desta data, nem mesmo nas duas obras referências na época sobre o tema: o livro “Campanhas contra a fome” (1967) de E.C Stakman, R. Bradfield e P.C. Mangelsdorf, os vangardistas nas pesquisas do programa mexicano de melhoramento do trigo, onde o termo utilizado foi “Revolução Agrícola” e em “Um mundo sem fome” (1968) escrito por Orville L. Freeman, onde o autor, secretário de agricultura dos Estados Unidos apresenta uma visão do papel global da agricultura americana.

A denominada “Revolução Verde” se inicia a partir dos primeiros anos da década de 1940, quando a Fundação Rockefeller⁷, norte-americana, assinou convênio com o governo do México para a efetivação do projeto de pesquisa dos cientistas Dr. George Harrar, Edwin Wellhausen, Norman E. Boulaug, William E. Colwell, John J. McKelvey, Lewis A. Roberts e Dorothy Parker⁸, para a realização de experimentos em culturas a fim de melhorar a agricultura mexicana.

A primeira variedade testada foi o “trigo anão”, desenvolvida pelo cientista estadunidense Norman Borlaug, que levou o México a exportar o produto a partir dos anos 1960 e o pesquisador a receber o prêmio Nobel da Paz em 1970, como condecoração por ter contribuído para a paz no mundo através da ampliação da disponibilidade de alimento no mundo. Este programa de melhoramento da agricultura mexicana teve foco nas sementes híbridas.

Entretanto, os seus efeitos negativos e críticas começaram a aparecer ainda no final da década de 1960, tendo como um contraponto as “Agriculturas

6 O título da apresentação no original *The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions*, A Revolução Verde: conquistas e apreensões.

7 A Fundação Rockefeller é uma entidade privada fundada em 1913 por Jonh Rockefeller e se define como uma entidade filantrópica voltada para a ciência.

8 Os pesquisadores americanos possuíam qualificação específica para a área, sendo: J.G Harrar: patologista, diretor do departamento de Fitopatologia da Universidade de Washington;; Edwin Welhausem: especialista em cultivo de milho; Norman E. Boulang: fitopatologista; Willian E. Colwell: agrônomo e especialista em solos; Jonh A.Roberts: especialista em genética do trigo e Dorothy Parker: especialista em botânica.

Alternativas” que passam a ser disseminadas e pesquisadas com o objetivo de minimizar estes impactos.

2.3 HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA E DAS AGRICULTURAS ALTERNATIVAS NO MUNDO

A medida que a população mundial vem se preocupando com a qualidade do que ingere, a origem do alimento, modo como é produzido e o que pode conter nele assumem o protagonismo das discussões. Neste âmbito as formas de produção que se diferem das convencionais (ou seja as que usam os pacotes tecnológicos da Revolução Verde) despontam como uma alternativa menos agressiva ao meio ambiente, que atende as demandas de nutrição com qualidade e sem resíduos de agrotóxicos ou outros produtos utilizados como adubação química.

Essas propostas, incentivadas também pelo contexto de contracultura dos anos 1960, ficaram conhecidas como movimentos de agricultura alternativa. Entretanto, algumas destas concepções com olhar voltado para práticas de agricultura que respeitavam os conhecimentos tradicionais e os recursos naturais, surgiram bem antes das décadas de 1960/1970. Nas décadas de 1920 e 1930 surgiram os primeiros grupos organizados dando evidências de que duas correntes de pensamento distintas estavam sendo geradas dentro do saber agrônomo: a alternativa e a convencional (EHLERS, 2009).

Os movimentos de agricultura alternativa podem ser classificados como agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura biológica, permacultura/agrofloresta e agricultura natural. Em relação a estas correntes do pensamento agroecológico Rosset e Altieri nos trazem os pesquisadores, o alemão Rudolf Steiner e o inglês Albert Howard, como influentes no pensamento agrícola tendo como base a agricultura orgânica.

Este trabalho abordará algumas destas definições, tendo como base os estudos do pesquisador Miguel Altieri, agrônomo chileno, professor e investigador do *College of Natural Resources* e do *Center for Biological Control*, vinculado à Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, nos Estados Unidos e outras

pesquisas que desenvolveram a partir do século XX sobre a Agricultura Agroecológica, Orgânica, Natural e Biológica.

A Agricultura Orgânica considera, como seu pioneiro, o inglês Albert Howard, que desenvolveu suas pesquisas na Índia durante as décadas de 1920 e 1930. Howard publicou em 1940 o livro “Um Testamento Agrícola”⁹ que se tornou referência para pesquisadores e praticantes desse modo de produção em diversas partes do mundo.

Seus experimentos deixaram como legado o Processo Indore, conhecido no Brasil como compostagem, pois ao observar os sistemas produtivos indianos, percebeu que eles, mesmo sem utilizar adubos químicos, tinham baixa incidência de doenças e alta produtividade. Sua publicação foi influência para historiadores e ambientalistas e para praticantes que não a tratavam apenas como um novo padrão de agricultura, mas como um novo molde de vida a ser seguido pelos seres humanos, uma nova relação com a natureza.

Essa concepção se deu pelo texto de Howard apelar ao mito do camponês indiano como seus professores, tendo a sabedoria Oriental como base. Todavia, pesquisa recente publicada por Gregory Barton (2017), usando como fontes documentos, cartas, boletins e relatórios de Howard e suas esposas Gabrielle e Lousie, apresenta que este legado não foi só um trabalho de Albert, mas também de suas esposas, influenciado por delas e, como outros casos, o papel da mulher na ciência é ocultado, bem como a chegada a este método se deu por experimentos planejados e não somente pela sabedoria camponesa.

A agricultura biológica é uma corrente que tem sua base no modelo proposto pelo suíço Hans-Peter Müller na década de 1930, o molde organo-biológico com foco na autonomia dos produtores e o sistema de comercialização direta aos consumidores, é originário das pesquisas sobre fertilidade de solo e microbiologia. A agricultura biológica, para Vogt (2007), precisa ser compreendida a partir de quatro pontos: uma crise na agricultura e na ciência agrícola, emergência das ciências agrárias biologicamente orientadas, movimentos de reforma da vida e alimentar e o

⁹ O nome original da obra é “*An Agricultural Testament*”.

aumento da consciência ocidental das propriedades das culturas do Extremo Oriente por conta de sua milenar sustentabilidade.

Essas ideias foram difundidas em maior escala a partir da década de 1960 com o médico alemão Hans Peter Rush, através de sua afeição nas relações entre a saúde humana e a dieta alimentar. A agricultura biológica se encontra com as preocupações dos ambientalistas, tendo sua maior difusão na Europa após a segunda guerra mundial com a criação de algumas associações e cooperativas: *Bioladen* (Associação Para a Produção de Alimentos Biológicos na Alemanha), Cooperativa Müller (Suíça), *Associação Nature et Progrès* (França). Na França ela serviu para denominar as agriculturas alternativas em geral. (EHLERS, 2009).

A denominada agricultura biodinâmica é originária após um ciclo de palestras do filósofo austríaco Rudolf Steiner, o criador de um movimento filosófico e místico aplicado em diversos campos, incluindo a agricultura. A marca desse paradigma é a concepção que a propriedade precisa ser compreendida como um organismo autônomo e autossuficiente. (EHLERS, 2009).

Além desse princípio, as propriedades orientadas por esse sistema seguem as seguintes práticas: (a) interação entre a produção animal e a produção vegetal; (b) respeito ao calendário biodinâmico, que indica as melhores fases astrológicas para a sementeira e as demais etapas do cultivo agrícola; (c) a utilização de preparados biodinâmicos, que são compostos líquidos elaborados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais, que visam reativar as forças vitais dos solos. (EHLERS, 2009, p.41).

A agricultura natural é de origem japonesa, da década de 1930 e criada por Mokiti Okada, que misturava religião e agricultura, acreditando que o consumo de alimentos naturais era um caminho para purificar o corpo e o espírito. Seguindo a filosofia do seu criador, baseada nas verdades dadas pelas leis da natureza e que elas fariam a ordenação, a regularizam e harmonizariam toda a criação (KNABBEN, 2017). Sua diferença fundamental da agricultura orgânica é que seus princípios não admitiam o uso de excrementos animais na reciclagem de matéria orgânica, contribuindo assim para o desenvolvimento de técnica de compostagem de vegetais.

Já a permacultura, ou agricultura permanente, é nascida na década de 1970 tendo por base as premissas desenvolvidas por Bill Mollison na Austrália. A sua

base é a prática de agricultura com o máximo possível de integração com o ambiente natural, cultivo de alimentos integrados entre si e com/ou animais.

Ao observarmos suas propostas podemos constatar que a busca delas é o desenvolvimento de “uma agricultura ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável” (EHLERS, 2009, p.50) e com diminuição de agroquímicos e valorização dos processos biológicos e vegetativos nos sistemas produtivos.

A partir da década de 1980 começa a ganhar notoriedade uma disciplina científica que reúne os pressupostos das agriculturas alternativas e os estudos em agrossistemas, a Agroecologia, que passou a ser usada para intitular também a prática agrícola. A provável primeira publicação com o nome “*Agroecology*” é bem mais antiga, foi na obra de Wolfgang Tisher ainda na década de 1950, já Wezel et al apontam a primeira vez como uso do termo feita pelo agrônomo russo Basil Bensin para descrever métodos de pesquisas em plantas comerciais em 1930.

A perspectiva de Sevilla-Guzmán (1999) trata como o enfoque agroecológico, além de ser uma resposta ao neoliberalismo, seria uma nova epistemologia que se desenvolve de caráter participativo.

Metodologicamente a dinâmica do processo de construção agroecológica da nova “Realidade” é a seguinte: primeiro, apenas a mudança produtiva baseada na agricultura ecológica; mais tarde, a socioeconômica através da agricultura participativa e o salto para controlar de todo o processo de circulação e dos setores não agrícolas da economia local; e finalmente transformação sociocultural e política, alterando as estruturas de poder, com a utilização do potencial endógeno (do conhecimento local e da memória histórica popular), resgatado e reconstruído ou gerado como algo novo, onde não existia historicamente. (SEVILLA-GUZMÁN, 1999, p.4).

A Agroecologia é um conceito amplo e possui diferentes definições, e sendo um ramo recente da ciência, apropria-se criticamente de conhecimentos e práticas tão antigas quanto as origens da agricultura e tradicionais de povos nativos de determinado local.

À medida que os pesquisadores exploram a agricultura indígena, as que são relíquias modificadas de formas agrônômicas mais antigas, torna-se mais notório do que muitos sistemas agrícolas desenvolvidos localmente incorporam rotineiramente mecanismos para acomodar as culturas às variáveis do ambiente natural, e para protegê-los da predação e

competição. Esses mecanismos usam insumos renováveis existentes nas regiões, bem como características ecológicas e estruturais típicas de campos, pousios e vegetação circundante. (HECHT, 1999, p. 15, tradução nossa).

Miguel Altieri, um dos autores e pesquisadores de maior renome nas pesquisas sobre o tema, define a Agroecologia como uma nova visão que integra tanto os princípios agronômicos, quanto os ecológicos e os socioeconômicos para mensurar os efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade, passando a empregar os “agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais”. (ALTIERI, 2004, p.18).

Com base nos agroecossistemas, a Agroecologia é muito mais do que uso de práticas que minimizem, e até eliminem, a dependência de agroquímicos e insumos externos:

O objetivo final do modelo agroecológico é melhorar a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas, ao propor um sistema de manejo que tenha como base os recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes. Ao se adotar uma estratégia agroecológica, os componentes do manejo são geridos com o objetivo de garantir a conservação e aprimorar os recursos locais (germoplasma, solo, fauna benéfica, diversidade vegetal, etc), enfatizando o desenvolvimento de metodologias que valorizem a participação dos agricultores, o conhecimento tradicional e a adaptação da atividade agrícola às necessidades locais e às condições socioeconômicas e biofísicas. (ALTIERI, 2004, p.114/115).

Para Gliessmann (2005) a Agroecologia nasceu como uma ciência que aplica os conceitos e princípios ecológicos para o estudo e manejo dos sistemas agrícolas e assim geram uma base científica para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável.

A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas na agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum com a sustentabilidade. (GLIESSMAN, 2005, p.54).

Hecht (1999) traz quatro áreas diferentes que deram sua contribuição para a construção inicial do pensamento agroecológico: a) Ciências Agrícolas, com ênfase na Ecologia Aplicada b) Ambientalismo c) Estudos sobre o desenvolvimento agrícola e d) Estudos sobre os sistemas tradicionais de produção indígena e camponeses. Enquanto Guzmán Casado et al (2000) nos trazem três dimensões como bases da Agroecologia: a ecológica e técnico agrônômica, a socioeconômica e cultural e por fim a sociopolítica.

Siliprandi (2015) defende que a Agroecologia pode ser um fator preponderante de afirmação do protagonismo e o empoderamento aos agricultores, camponeses e indígenas e atuar como componentes primordiais na construção de um desenvolvimento rural:

Este protagonismo dos agricultores será central no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos: na construção de propostas técnicas, por conta da capacidade da agricultura camponesa de coevoluir respeitando os processos ecológicos; por sua premissa de que o desenvolvimento rural só poderá ser sustentável se for baseado no modo de produção camponês; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desse grupo social, que foi marginalizado econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade. As propostas agroecológicas têm, portanto um caráter emancipatório, e os movimentos que se formam em torno da agroecologia aproximam-se politicamente das lutas por ecojustiça. (SILIPRANDI, 2015, p.87).

É necessário reconhecer os saberes dos camponeses agricultores agroecológicos com base na busca por uma agricultura ambientalmente sustentável, todavia, o mundo não se move apenas com base neste passado mítico. A ciência tem papel fundamental em uma sociedade em que as pessoas têm mais dignidade e possibilitou também a resolução de diversos problemas, como as grandes epidemias, aumentos de produtividade de alimentos, criou medicamentos e curas de doenças, assim como também gerou novos problemas, como é o caso dos que surgiram pela Revolução Verde.

Mesmo antes das consequências de Revolução Verde nos ecossistemas virem a tona, o mundo despertava para o que estava acontecendo na natureza pela ação do homem. Dentre estas ações, uma das de grande impacto foi a publicação,

em setembro de 1962, do livro “Primavera Silenciosa” (na nomenclatura original *Silent Spring*) de Rachel Carson. Esta é considerada uma obra de referência, onde ela traz a tona eventos que aconteciam pelo mundo, com destaque para o sumiço de diversas espécies de aves por conta da acumulação dos resíduos do DDT¹⁰ nas cadeias alimentares e também a intoxicação dos seres humanos por conta dos organoclorados presentes nos alimentos, até mesmo no leite materno.

Nessa alçada das preocupações ambientais, as décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela realização de vários eventos com esse foco e fortalecendo um novo pensamento mundial, que fez com que cenário ambiental mundial tomasse novos caminhos, dentre eles a Fundação do Clube de Roma (1968) e a publicação do seu relatório “Os Limites do Crescimento” em 1972, as Conferências da Organização das Nações Unidas de Estocolmo (1972) e Belgrado (1975) e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilissi (1977).

Como podemos perceber, por esta série de atividades de discussão dos desequilíbrios, ambientais, poluição, foram importantes para reforçar as preocupações ambientais a proibição do DDT e dos organoclorados em diversos países pelo dano que causavam as espécies animais, como as aves de rapina, a degradação do solo e a decadência da vida rural e das tradições.

2.4 AGROECOLOGIA NO BRASIL

A Agroecologia no Brasil inicia com discussões de movimento de agricultura alternativa, em contraponto ao modelo do pacote implementado pela Revolução Verde e das consequências causadas pela produção agrícola no meio ambiente. Luzzi (2007) aponta como marcos das publicações sobre o tema os trabalhos de José Lutzemberger “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?” em 1976, de Ana

10 DDT é sigla de Dicloro-Difenil-Tricloroetano. um inseticida do grupo dos organoclorados, sendo considerada uma das substâncias mais usadas e pesquisadas durante o século XX. Descoberto em 1939 por Paul Hermann Müller, que fez com que o químico suíço fosse premiado com o Prêmio Nobel de Medicina em 1948 pelo seu emprego no combate a malária. Durante a Segunda Guerra Mundial foi usado pelos soldados no combate ao tifo e em seguida passa a ser empregado na agropecuária por ser de grande eficiência a baixo custo. Hoje sua fabricação e uso são proibidos hoje tanto no Brasil quanto na União Europeia.

Maria Primavesi “Manejo Ecológico do Solo” em 1980 e de Adilson Paschoal “Pragas, praguicidas e crise ambiental” em 1979.

A obra “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?” foi escrita pelo ambientalista brasileiro José Lutzenberger (1926-2002). Nascido em Porto Alegre, graduou-se em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1950, especializou-se em agroquímica, trabalhou por muitos anos na empresa *Basf* em diversas partes do mundo (Alemanha, Marrocos e Venezuela). No final da década de 1970 ele pede demissão da indústria química em que atuava, volta ao Brasil para tornar-se ecologista, passando a lutar em favor da causa ambiental. Dentre suas novas realizações estão a fundação em 1971 a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), e em 1988 a Fundação Gaia, sendo também agraciado com o prêmio *Right Livelihood Award*, o conhecido como o Nobel Alternativo. Exerceu o cargo de Secretário Especial do Meio Ambiente de março de 1990 a meados de 1992 durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello.

Para Pereira (2016) esta obra de Lutzenberger é toda feita a partir da abordagem da temática ambiental do ponto de vista ético filosófico, com a argumentação dirigida ao movimento ambientalista.

Podemos afirmar que “Fim do Futuro?” trata a crise ecológica como um problema ético, resultado de um comportamento imoral em relação à natureza, e que só a mudança para uma nova ética, a ética ecológica, poderia reverter o quadro assustador, catastrófico que o autor anunciava. Essa formulação é o cerne do projeto ambientalista de Lutzenberger, o qual conclamava as pessoas a refletirem e mudarem seu comportamento, sua ética. Aliadas poderosas para concretizar esse projeto seriam a educação e a ciência, porém ciência com ética, para impedir que a humanidade destruísse sua “nave espacial” e, com isso, abalasse a “harmônica sinfonia do universo”. (PEREIRA, 2016, p.50).

Ana Maria Primavesi na obra “Manejo Ecológico do Solo” e, como o título anuncia, tem sua pesquisa ligada ao solo, e define a técnica agroecológica como “[...] manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida. Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado” (PRIMAVESI, 2008, p.9)

Por isso, na concepção de Primavesi a Agroecologia depende primordialmente “da sabedoria de cada agricultor, desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais” (PRIMAVESI, 2008, p.9), sendo esse manuseio baseado em cinco pontos fundamentais: solos vivos e agregados (bem estruturados), biodiversidade, proteção do solo contra o aquecimento excessivo, o impacto da chuva e o vento permanente, bom desenvolvimento das raízes e a autoconfiança do agricultor (PRIMAVESI, 2008). Além das pesquisas, Primavesi é uma das pioneiras na prática da agricultura alternativa no Brasil como veremos mais adiante.

Esse movimento também é fruto de que na América Latina, o campesinato, em grande medida por pessoas influenciadas pelo marxismo, passou a ser reconhecido como uma das formas de resistência a agricultura industrial, e através da participação de movimentos como a Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia (SOCLA)¹¹ referenciam a necessidade da concepção de uma concepção nova de natureza através das práticas agroecológicas (GABOARDI, 2017).

Além de Lutzemberger, Primavesi e Paschoal, Luzzi destaca o pioneirismo do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Carlos Pinheiro Machado, pelo desenvolvimento do método de manejo de pastagens conhecido como “Voisin” e do agrônomo, formado pela mesma instituição, Sebastião Pinheiro, que foi um dos elaboradores da Lei Estadual de Agrotóxicos do Rio Grande do Sul¹², a primeira lei estadual aprovada neste âmbito, bem como publicou vários estudos comprovando e denunciando casos de contaminação de agrotóxicos pelo país¹³.

11 A Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia é uma organização empenhada em promover a Agroecologia como forma de alcançar o desenvolvimento rural e os sistemas alimentares sustentáveis na América Latina. Dentre suas atividades estão a publicação de sobre temas da área e a realização do Congresso Latino-americano de Agroecologia.

12 Lei Estadual 7.747/1982

13 Sebastião Pinheiro é autor e coautor de diversas publicações, dentre elas “A Agricultura Ecológica e a Máfia dos Agrotóxicos no Brasil” (em parceria com Nasser Youssef Nasr e Dioclécio Luz), “Agroecologia 7.0” (edição atualizada em 2019 dos textos e temas originalmente abordados em MB-4, Agricultura Sustentável, Trofobiose e Biofertilizantes” de 1984), “Ladrões da Natureza: uma reflexão sobre a biotecnologia e o futuro do planeta” (escrito com Dioclécio Luz), “Agente Laranja em uma República da Banana”, “Cultivar sem Venenos”, “A Máfia dos Alimentos no Brasil”, “Saúde do Solo e Agronegócio”.

O início dos debates sobre Agroecologia no Brasil desenrolam-se partir da década de 1970 com os profissionais da área das ciências agrárias que estavam preocupados em buscar alternativas para o padrão tecnológico moderno que estava em pleno vapor de implantação. Um dos movimentos vanguardistas foram os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, que aconteceram na década de 1980 e que marcam importantes debates sobre o tema. Organizados pela Federação das Associações de Engenheiros-agrônomo do Brasil (FAEAB) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) eles foram realizados em quatro edições conforme a tabela um.

Tabela 1 – Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

EBAA	Ano	Local	Número de participantes
I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa	1981	Curitiba/PR	Mais ou menos 400
II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa	1984	Petrópolis/RJ	1800
III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa	1987	Cuiabá/MT	Mais de 3000
IV Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa	1989	Porto Alegre/RS	4000

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nestes encontros participaram diversos segmentos da sociedade. Luzzi destaca que nos dois primeiros encontros os debates giravam em torno das consequências do pacote tecnológico e também a apresentação de relatos de experiências de produção no Brasil.

[...]denúncia sobre a contaminação por agrotóxicos (humana, ambiental e nos alimentos), erosão do solo, aumento do número de pragas e doenças – e as tecnologias consideradas alternativas mesmo – adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, manejo de pragas e doenças. Ademais, as experiências apresentadas eram ainda bastante

teóricas e o conhecimento tecnológico era produzido visando principalmente à substituição de insumos. (LUZZI, 2007, p.19)

O II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa foi organizado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro (AEARJ) e Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), com o tema “Agricultura Alternativa: Homem Natureza”.

Já no III e IV EBAA's o debate se tornou mais abrangente, também fruto do momento de abertura política que o país atravessava após longos anos de ditadura militar, quando passa a ter um número mais expressivo de agricultores, além de pesquisadores, professores e estudantes.

No que diz respeito a legislação alusiva a este tema verificamos que, logo após a homologação da Constituição Cidadã de 1988, foi publicada a Lei dos Agrotóxicos, número 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre todos os aspectos que envolvem os agrotóxicos, desde a pesquisa, a experimentação, passando pela produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização.

O surgimento de entidades foram passos importantes para os debates, expansão e construção do conhecimento em Agroecologia, dentre as principais que atuam no Brasil destacamos a ANA – Articulação Nacional de Agroecologia e a ABA – Associação Brasileira de Agroecologia.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. (ANA, 2019).

A Articulação Nacional de Agroecologia foi constituída em 2002 e desde então realizou eventos ligados ao tema, sendo de nível nacional quatro, os Encontros Nacionais de Agroecologia – ENAs: 2002 no Rio de Janeiro/RJ, 2006 em

Recife/PE, 2014 em Juazeiro/BA e em 2018 em Belo Horizonte/Minas Gerais. É um espaço articulado em 23 redes estaduais.

Fazem parte da Articulação Nacional de Agroecologia diversas organizações e coletivos, vide tabela 2, e esse expressivo número de atores que a constroem são a expressão da sua diversidade e papel de articulação em nível nacional.

Tabela 02 – Entidades que compõe a Articulação Nacional de Agroecologia

Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro	Associação Brasileira de Agroecologia
Associação Brasileira de Saúde Coletiva	Articulação Nacional de Agroecologia Amazônia
Articulação Semiárido Brasileiro	Articulação Paulista de Agroecologia,
Coletivo Nacional de Agricultura Urbana	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo,
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas	Conselho Nacional dos Seringueiros
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Comissão Pastoral da Terra
Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Fórum Brasileiro de Economia Solidária,
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Grupo de Intercâmbio em Agroecologia,	Fórum Cearense pela vida no Semiárido
Marcha Mundial das Mulheres	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
Movimento de Mulheres Camponesas	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural
Movimento dos Pequenos Agricultores	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Rede Cerrado	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia,	Rede Ecológica de Agroecologia
Rede Juçara	Rede Maniva de Agroecologia

Rede Sergipana de Agroecologia,	Rede Terra sem Males
Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária	

Fonte: Elaborada pela autora a partir de entidades que fazem parte da Articulação Nacional de Agroecologia, 2019.

No contexto acadêmico brasileiro ela passa a ter expressão a partir dos anos 2000 e nessa linha destacamos o papel da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). A ABA-Agroecologia é uma entidade fundada em 2004 e que reúne profissionais e estudantes de diversas áreas do conhecimento e é dedicada à construção do saber agroecológico (ABA, 2019).

Os esforços da ABA-Agroecologia têm sido o de apoiar e organizar eventos de socialização de conhecimentos; estimular a participação de profissionais que se dedicam a este enfoque; manter publicações para a divulgação científica e técnica; dialogar com a sociedade para despertar o interesse por questões de caráter socioambiental; analisar e propor políticas públicas coerentes com os desafios contemporâneos; e, defender a proteção da biodiversidade como condição indispensável para o alcance de agroecossistemas sustentáveis. (ABA, 2019).

Sua fundação se deu em 2004 a partir de três eventos sediados em Porto Alegre/RS: o II Congresso Brasileiro de Agroecologia, o V Seminário Internacional sobre Agroecologia e VI Seminário Estadual sobre Agroecologia. Por compreender a Agroecologia como um enfoque sistêmico e baseado em diversas áreas do conhecimento seus objetivos traçados são:

Objetivo principal:

Incentivar e contribuir para a produção de conhecimento científico no campo da Agroecologia.

Objetivos específicos:

Promover a Agroecologia levando-se em conta as suas diversas dimensões (econômica, social, ecológica, cultural, política e ética);

Organizar reuniões e congressos, como o Congresso Brasileiro de Agroecologia, para debate e apresentação de trabalhos sobre Agroecologia.

Editar e divulgar trabalhos sobre Agroecologia.

Pugnar pela proteção da agrobiodiversidade.

Despertar o interesse do público nas questões que dizem respeito à Agroecologia.
 Assessorar e aconselhar entidades oficiais ou particulares no que concerne ao desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis.
 Manter um fórum permanente de ensino em Agroecologia, práticas sustentáveis e cooperação internacional. (ABA, 2019).

No ano de 2006 é lançada em formato digital e online a Revista Brasileira de Agroecologia com o objetivo de divulgação de trabalhos acadêmicos sobre o tema e áreas a fins, periódico de grande alcance por ser publicado em português, inglês e espanhol.

A Associação Brasileira de Agroecologia também foi uma das responsáveis por organizar o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) desde 2003 (Tabela 2) e que a cada dois anos reúne milhares de participantes apresentando suas pesquisas e experiências em Agroecologia.

Tabela 3 – Congressos Brasileiros de Agroecologia

Evento	Ano	Local	Tema
I Congresso Brasileiro de Agroecologia	2003	Porto Alegre/RS	Conquistando a soberania alimentar
II Congresso Brasileiro de Agroecologia	2004	Porto Alegre/RS	Agrobiodiversidade: base para sociedades sustentáveis
III Congresso Brasileiro de Agroecologia	2005	Florianópolis/SC	A sociedade construindo conhecimentos para a vida
IV Congresso Brasileiro de Agroecologia	2006	Belo Horizonte/MG	Construindo horizontes sustentáveis
V Congresso Brasileiro de Agroecologia	2007	Guarapari/ES	Agroecologia e Territórios Sustentáveis
VI Congresso Brasileiro de Agroecologia	2009	Curitiba/PR	Agricultura Familiar e camponesa: experiências passadas e presentes construindo um futuro sustentável
VII Congresso Brasileiro de Agroecologia	2011	Fortaleza/CE	Ética na ciência: Agroecologia como paradigma para o desenvolvimento rural.
VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia	2013	Porto Alegre/RS	Cuidando da Saúde do Planeta

IX Congresso Brasileiro de Agroecologia	2015	Belém/PA	Diversidade e Soberania na Construção do Bem Viver
X Congresso Brasileiro de Agroecologia	2017	Brasília/DF	Agroecologia na Transformação dos Sistemas Agroalimentares na América Latina: Memórias, Saberes e Caminhos para o Bem Viver
XI Congresso Brasileiro de Agroecologia	2019	Aracaju/SE	Ecologia de saberes: Ciência, Cultura e Arte na Democratização dos Sistemas Agroalimentares

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Ao observarmos o foco da pesquisa agropecuária no Brasil realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária¹⁴(EMBRAPA) que se define como órgão que busca um modelo de agricultura e pecuária mais brasileiro, temos em relação a Agroecologia o lançamento em 2006 de um documento, denominado “Marco Referencial da Agroecologia”.

Este documento concretiza a estratégia de institucionalização da abordagem agroecológica da EMBRAPA, desde reuniões, capacitação, formação de redes de projetos com intuito de fortalecer as ações e integrar os setores que atuam na Agroecologia com o propósito de atender a abordagem da transição agroecológica na disponibilização de tecnologias, produtos e serviços aos diversos interessados nos diferentes biomas do Brasil (EMBRAPA, 2006). Ele foi produzido pelo grupo de trabalho em Agroecologia da Embrapa e com apoio de unidades da empresa de diversas partes do país.

A extensão rural brasileira é feita por entidades estaduais. No Rio Grande do Sul é pela EMATER-ASCAR¹⁵, em que sua atuação nesta área será abordada com maior debate e apontamento em item específico no próximo capítulo.

Entretanto, ainda temos campo, um grande fator que influência diretamente na vida dos sujeitos, é a da mulher, e sendo assim a sua inserção na Agroecologia

14 A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – foi criada em 26 de abril de 1973 e é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e tem a missão de “viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira” (EMBRAPA, 2019)

15 EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural.

se dá como um sujeito político e social atuante, que é o tema abordado no próximo item.

2.5 AS MULHERES E AGROECOLOGIA

O espaço rural é também um espaço em que os papéis de gênero, homem e mulher, são definidos pela sociedade. Os homens se contaminam mais pelos agrotóxicos do que as mulheres, por que historicamente aplicar agrotóxicos na lavoura foi pensado como um trabalho perigoso que deveria ser feito pelos homens. Já as mulheres se configuram como metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores, pescadores e habitantes das florestas no mundo e, no caso da América Latina e Caribe, mesmo produzindo 45% dos alimentos, contraditoriamente constitui a maior parte das pessoas abarcadas pela desnutrição e fome vivendo abaixo da linha da pobreza (PACHECO, 2009).

Renk (2001) nos traz alguns exemplos destes enclaves do mundo rural no campesinato sulista brasileiro, como a sua não existência individual, mas como “pertencente a família tal”, “esposa ou filha de alguém”, chegando ao cerceamento de acesso à escola a inúmeras mulheres, castigo físicos e arbitrariedades pela relação do pai-patrão e refletindo nas questões econômicas ligadas a propriedade da terra.

Nessa sociedade “tradicional”, naturalizava-se também o sistema deserdamento das mulheres, cabendo aos elementos masculinos o acesso às terras. “Era uma lei”, avaliam hoje as mulheres. Ao se casar, os filhos homens, de acordo com as posses familiares, recebiam terra. Às filhas mulheres era destinado o dote, que consistia numa novilha, numa máquina de costura e num enxoval, se os recursos familiares o permitiam. (RENK, 2001, p. 220).

Todavia as mulheres agricultoras no decorrer do tempo foram sujeitos políticos atuantes, tendo sempre alguns marcos como símbolos de sua luta contra a sociedade patriarcal e seus direitos.

O papel invisibilizado, relegado às mulheres na produção, pode ser atrelado a uma cultura patriarcal, em que o trabalho doméstico e na lavoura

desenvolvido por elas não é reconhecido e nem valorizado, e a divisão do trabalho por sexo atua como forma disciplinadora e estabilizadora da força de trabalho, cumprindo com a concretização da divisão social do trabalho e do papel do gênero no meio rural. (LORENZONI; JANH, 2018, p. 137).

Ainda assim no decorrer da existência humana, seja no campo ou na cidade, as mulheres precisam (e continuam) lutar para buscar a condição de igualdade com os homens, e neste campo, alguns marcos são sempre citados, como, os movimentos sufragistas¹⁶ inglês e norte-americano do século XIX, tendo as primeiras desigualdades quebradas as que estão relacionadas ao direito ao voto, a educação e a propriedade, que ficou conhecida como a primeira fase do feminismo.

No caso das mulheres latino-americanas, o processo de colonialista fez que com elas fossem exploradas pelo processo de invasão da América realizado pelos europeus, seja pelo fato de serem mulheres e por esse sistema hierarquizado, que classificou suas raças como inferiores. Fruto da colonização se dar pela imposição de um modelo universal e único de cultura e trabalho sustentadas no ideal masculino, cristão, branco, heterossexual e europeu. (QUIJANO, 2005; SARTORE; SANTOS; SILVA, 2015).

As lutas das mulheres como sujeitos políticos, por equidade, que é conhecida como feminismo, na forma como se organiza e atua no momento, vem da década de 1960. As críticas do feminismo estão na construção social-histórica das sociedades baseadas na estrutura de gênero, onde o masculino domina o feminino, o patriarcado, que assume formas diferentes de acordo com o período histórico.

De acordo com Cisne (2014, p.129), a princípio todo movimento feminista é um movimento de mulheres (mesmo tendo homens integrando), entretanto, nem todos os movimentos de mulheres obrigatoriamente tem configuração feminista e no Brasil as trajetórias históricas do feminismo e do movimento de mulheres se confundem consideravelmente.

De outra parte Judith Butler focaliza que gênero é uma questão de poder e que a identidade é uma das justificativas das ações do feminismo. Para ela “a crítica feminista deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do

16 Os movimentos sufragistas tinham como reivindicação o direito ao voto feminino, também é conhecido como a primeira onda do feminismo. O primeiro país a reconhecer o direito das mulheres de votar foi a Nova Zelândia em 1893.

feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas do poder por intermédio das quais busca a emancipação” .(BUTLER, 2019, p. 20).

O primeiro movimento de mulheres brasileiro, surgiu na virada do século XIX para o XX até 1932, quando as mulheres brasileiras passam a ter direito ao voto¹⁷, entretanto essa onda foi pausada com a instauração do Estado Novo em 1937. Do final dos anos 1940 até os anos 1970 mulheres de diferentes classes passaram a integrar os movimentos contra a política econômica da ditadura militar e criar clubes de mães emergidos em São Paulo “com destaque para os bairros pobres, nos quais as mulheres lutavam por melhorias na saúde, educação e serviços públicos em geral” (CISNE, 2014, p.135). Havia também um forte apoio da Igreja Católica a partir das Comunidades Eclesiais de Base.

A partir do golpe militar de 1964 a organização de movimentos e a liberdade de expressão ficam restritas, entretanto é o momento de efervescência política e cultural em diversas partes do mundo o que acaba influenciando também no Brasil, como a instituição do Ano Internacional das Mulheres em 1975 pela Organização das Nações Unidas, um grande passo na visibilidade da participação social e política do segmento.

Mas foi a partir dos anos 1980 que o movimento feminista ganha popularidade, dentro dos movimentos autônomos e sindicatos e aparecendo nos cenários regionais e nacional, influenciado também pelo processo de redemocratização em curso naquele momento no país.

As lutas femininas no passar do tempo fizeram com que o tema passasse a ser debatido também nas universidades, fomentando as pesquisas e elevando-se ao status de conhecimento acadêmico, além de militância. Desta maneira, a partir das últimas décadas do século XX o pensamento feminista passa, entre outras teorias, pelo entendimento da concepção de gênero atrelado ao patriarcado e

17 O voto feminino no Brasil foi instituído pelo decreto número 21.076 do Presidente Getúlio Vargas em 24 de fevereiro de 1932, em seu artigo segundo dizia “Art. 2º E' eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”, entretanto, apesar do avanço o mesmo não era obrigatório, conforme o artigo 121 do mesmo decreto “Os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral”¹. A obrigatoriedade do voto feminino se deu somente a partir da Constituição de 1946: “Art. 133 – O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.”

consequentemente a opressão. A concepção de gênero como categoria de análise tendo sido cunhada pela historiadora norte-americana Joan Scott¹⁸, que focaliza o gênero como uma construção social, onde a sociedade atribui papéis específicos ao homem e a mulher e que acaba regendo as relações em todos os âmbitos sociais.

As mulheres agricultoras passaram a desabrochar no cenário das lutas a partir da década de 1980, mesmo que antes do período participassem delas, acompanhando os esposos ou ficando responsáveis pela propriedade enquanto eles saíam para as mobilizações. Entretanto neste período que elas passam a buscar pautas específicas para sua realidade, tendo como sua principal conquista, em conjunto com os demais movimentos sociais do campo, o reconhecimento como produtoras rurais e não apenas como “do lar” (PAULILO, 2016).

Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, pois, em uma sociedade onde quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. (PAULILO, 2016, p. 249).

Dos Santos, Cima e Boni (2018) corroboram nesta questão a partir da experiência do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina, em que a produção de alimentos nos quintais, a partir dos princípios agroecológicos, contribui com a liberdade e autonomia das famílias, seja por meio do autossustento, de uma alimentação mais saudável, garantindo a soberania alimentar da família e também com a venda de excedentes.

O surgimento destes movimentos autônomos de mulheres, não ligados a sindicatos ou organizações como o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), na década de 1980 são reflexos do período e tem trajetórias similares: iniciando com a influência da Igreja Católica, um dos limitados lugares públicos que as mulheres frequentavam e eram estimuladas a tal e que aos poucos rompeu-se essa ligação

18 O texto fundador deste conceito da autora foi “Gênero: Categoria útil de análise” e foi publicado em 1986 pela *American Historical Review* passando a ser base para as abordagens a partir deste momento.

identitária entre o que desejavam e a postura restritiva e patriarcal que a Igreja Católica oferecia. (PAULILO, 2016).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) surge particularmente no norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, através de agricultoras que atuavam nas lutas da classe trabalhadora camponesa, onde paulatinamente nos debates descortinaram seus problemas reais e concretos. Havia barreiras a serem vencidas relativas a condições de vida e trabalho na roça, intrínsecas a sua classe e concomitantemente a luta por ser valorizada enquanto mulher que sofria discriminação e violência (DARON, 2008).

Quanto aos movimentos das mulheres e a Agroecologia, Emma Siliprandi, pesquisadora brasileira, nos traz como um grande marco das agricultoras agroecológicas, mostrando suas angústias a sociedade, a ação direta de mais 1500 mulheres organizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas ao horto florestal da Aracruz Celulose no dia oito de março de 2006 em Barra do Ribeiro – Rio Grande do Sul. Essa ação aconteceu a fim de denunciar as consequências sociais e ambientais no monocultivo de eucaliptos e teve como desdobramento a criminalização do movimento, protestos em todo o país e é um exemplo “emblemático e revelador dos impactos que uma ação política de mulheres pode vir a ter para o debate ambiental e para a transformação do imaginário social, no que se refere ao seu aparecimento como sujeitos políticos” (SILIPRANDI, 2015, p. 24,25).

Ao se organizarem e se colocarem na cena pública, essas mulheres refazem a própria história e a dos movimentos a que pertencem, ao mesmo tempo que vão se construindo como novos sujeitos, reconfigurando as relações pessoais e familiares e reelaborando o discurso desses movimentos. Tanto no campo das discussões das mulheres quanto no dos movimentos agroecológicos, incorporando-se novas questões, que expressam o aparecimento desses novos sujeitos. Essas mulheres, com os seus movimentos e organizações, portanto, estão transformando o campo, a floresta e também as pessoas com que se relacionam. (SILIPRANDI, 2015, p.26).

As denúncias das camponesas no momento desta ação giravam em torno da atuação da Aracruz Celulose em diversas partes do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e da destruição ambiental causada pela cadeia

produtiva da celulose. Reafirmando os princípios da agricultura camponesa, da agroecologia e mulheres: reforma agrária, fim do latifúndio e produção que garanta os princípios da agroecologia; valorização e reconhecimento das mulheres e de seu trabalho, bem como do ser humano como um ser integral; participação efetiva das mulheres em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações políticas e comunitárias¹⁹.

Todavia as ligações entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos estão em debate no mundo Ocidental pelo menos desde o surgimento dos movimentos de contracultura nos Estados Unidos e na Europa “questionando não apenas os grandes modelos políticos e econômicos – capitalismo e socialismo - mas o conjunto de instituições sociais, as ideologias, os valores que regulam os comportamentos dos indivíduos”. (SILIPRANDI, 2015, p.45).

Uma hipótese da ligação entre Agroecologia e as mulheres poder ser a responsabilidade social atribuída a elas da alimentação de sua família. León (2003) aponta que, como é de conhecimento, que as mulheres cumprem um papel na alimentação do mundo, não apenas através da produção da provisão, produção, processamento e distribuição do alimento, mas pelo trabalho doméstico e pelas assalariadas que usam sua renda majoritariamente nesta área. (LEÓN, 2003)

Siliprandi (2015) indica que, apesar da vivência em uma lógica patriarcal, que as deslegitima na sua participação social, as mulheres na Agroecologia não pensam apenas em si, mas exercem um papel dentro da coletividade também como militantes do movimento agroecológico e da emancipação das mulheres.

As experiências produtivas vinculadas ao modelo agroecológico atualmente estão espalhadas por diversas regiões brasileiras, realizadas por mulheres e por homens. As experiências femininas estão ligadas desde a questão da posse da terra, violência, economia solidária, resgate de sementes, saúde e autonomia.

O foco da pesquisa será o surgimento deste modelo de produção nas regiões dos núcleos Planalto e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul da Rede Ecovida

19 Panfleto produzido pelo Movimento de Mulheres Camponesas sobre o episódio “O que não foi divulgado no caso da Aracruz”. Disponível em <http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Soberania-sim-deserto-verde-nao-.O-que-nao-foi-divulgado-do-caso-Aracruz>. Acesso em 15 jul 2019.

de Agroecologia, com intuito de demonstrar um leque de aspectos que envolvem a participação feminina.

3 HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL

O presente capítulo se inicia com um apanhado das principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, onde a produção agroecológica efetivamente se desenvolve, inicialmente em nível de Brasil e posteriormente chegando para o estado do Rio Grande do Sul. Este item também abordará a história das entidades que atuam na promoção da Agroecologia no território de estudo.

3.1 O PAPEL DO ESTADO: POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGROECOLOGIA NO BRASIL.

As políticas públicas são ferramentas importantes para a população em diversos âmbitos como saúde, educação, assistência social, saneamento básico, dentro outros. No caso das populações rurais os programas voltados para a geração de renda, produção de alimentos, nas propriedades com a mão de obra familiar é fator determinante para a manutenção e vida digna das pessoas nestes espaços, bem como para evitar o êxodo rural.

Um dos marcos das políticas públicas no que se refere ao estado brasileiro é a Constituição Federal de 1988, entretanto os processos históricos e as mudanças que as permeiam se entrelaçam também em períodos anteriores a esta data, mas é notório que nas últimas três décadas aconteceram modificações nas relações que afetaram profundamente a vida da população rural brasileira.

Souza (2006) nos traz diversos autores e definições sobre o que são políticas públicas e como se deu o seu surgimento, em área do conhecimento e ferramenta de decisões dos governos, sendo neste âmbito como consequência do período da Guerra Fria e uma forma de enfrentar suas consequências.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações

que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26)

A partir da Constituição Brasileira de 1988, essas ações governamentais sofreram influência do surgimento, e reconhecimento como sujeitos de direitos, de novos atores sociais e políticos e a criação de ferramentas e legislações institucionais que afetaram o modus operante das instituições e que conseqüentemente a vida das pessoas.

No meio rural o reconhecimento da Agricultura Familiar²⁰, que é o espaço rural predominante onde produção agroecológica se desenvolve, e como necessária de ações específicas foi um dos atos que desencadearam uma série de outras conseqüências.

Historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País. Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1992²¹, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País; e em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social. Não raro, o Brasil é destacado por organizações internacionais multilaterais pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido “exportados” para outros países. (GRISA & SCHNEIDER, 2014, p.126-127)

É importante ressaltar que o reconhecimento da agricultura familiar se deu por três frentes com contornos essenciais, um foi crescimento da importância política por meio da constituição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

20 Navarro (2010) aponta que o termo agricultura familiar só passou a ser usado no Brasil a partir da primeira metade da década de 1990, sendo que até aquele momento os estabelecimentos rurais de escala menor eram chamados de minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou agricultores de baixa renda, tendo a literatura os denominados como de pequena produção, e é incorporada a agenda pública por ocasião da assinatura do Tratado de Assunção, que originou em 1991 o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e as ações políticas sindicais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e do antigo departamento rural da Central Única dos Trabalhadores.

21 O Ministério do Desenvolvimento agrário foi criado em 1999 e extinto em maio de 2016.

(Fetraf), organização representativa dos agricultores familiares e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) que passa a usar o termo agricultor familiar a partir de meados da década de 1980; a criação da Lei da Agricultura Familiar e políticas públicas; e a alteração de adjetivos da agricultura de “atrasada, ineficiente e atrasada” por “moderna, produtora de alimentos, eficiente e sustentável”, uma reavaliação de valores feita pela reflexão de sindicatos, academia e Estado. (PICOLOTTO, 2014).

O reconhecimento, neste caso, não deve ser entendido como uma mera consideração formal da categoria, pautada em leis e políticas públicas, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas historicamente e em luta por fazer-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado. (PICOLOTTO, 2014, p.65)

Fazendo um apanhado histórico verificamos que, durante a ditadura militar, os representantes da sociedade civil ligados a agricultura familiar não tinham espaço para contribuir na construção, também pelo fato do governo não desenvolver políticas públicas voltadas especificamente a categoria, sendo que o ajuste entre a agricultura e a industrialização do país se deram por meio de ações como pesquisa agropecuária, garantia de preço mínimo²², crédito rural²³, assistência técnica e extensão rural²⁴, seguro agrícola²⁵, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestruturas orientavam as ações do estado para o setor agrícola. (GRISA & SCHNEIDER, 2014).

A partir da redemocratização nos anos 1980 e, conseqüente emergência de movimentos sociais e a nova configuração das organizações sindicais do campo, os mesmos passam a reivindicar que o Estado construísse políticas públicas que atendessem as necessidades camponesas. E neste setor a concessão de créditos é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento da agricultura, sendo que o crédito rural durante as décadas de 1970 e 1980 acabava excluindo os pequenos agricultores:

22 Política de Garantia Preços Mínimos.

23 Criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, Lei n.º 4.829 de 5 de novembro de 1965.

24 Assistência técnica e transferência feita pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

25 Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

A exclusão se dava na prática por diferentes níveis de procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras. As concessões de crédito privilegiavam as *commodities* ligadas ao nascente complexo agroindustrial, e ao setor agroexportador, as transações de maior volume e de menor custo administrativo, com uma centralidade na moderna agricultura do Centro Sul. (BIANCHINI, 2015, p.16).

A crise econômica dos anos 1980, as mobilizações dos movimentos sociais, como Grito da Terra Brasil, o liberalismo econômico, as mudanças na economia mundial e a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) afetaram o cenário da agricultura tanto que em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) e posteriormente, em 1995, a principal política pública para a agricultura familiar, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pelo governo federal, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, que oferecia uma linha de crédito específica para o setor.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. (BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, p.7).

Desde a sua criação o programa passou por modificações, tendo hoje como critérios para acesso aos créditos por parte de agricultores e produtores rurais o cumprimento de todos os critérios a seguir:

- a) façam a exploração da terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, como datário, parceiro; concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas;
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, levando em conta também as características geográficas regionais;
- c) não detenham área superior a quatro módulos fiscais;
- d) que no mínimo cinquenta por cento da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento,
- e) seja o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, e que a utilização de mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;

f) a renda bruta familiar nos últimos doze meses de produção normal de até quatrocentos e quinze mil reais. (BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

O Pronaf possui uma série de linhas de crédito, voltadas para as diversas especificidades da agricultura brasileira: Agroindústria, Mulher, Agroecologia, ECO, Mais Alimentos, Jovem, Microcrédito e Cotas-Partes.

Observamos no que corresponde a Agroecologia, o programa possui uma linha específica, operacionalizada a partir da safra 2005/2006 e se destina a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para o investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, e se incluem os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

Outra legislação que veio a fortalecer as políticas públicas para a agricultura familiar foi no ano de 2006 com a aprovação da lei número 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e que define a Agricultura Familiar como categoria profissional, considerando agricultor familiar a apresentação das seguintes especificações:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
 - IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006, p.1).

Além do PRONAF e programas de crédito, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2012-maio 2016) foram instituídas outras políticas públicas voltadas ao setor:

Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), o Programa Garantia de Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Programa de Agroindustrialização da Agricultura

Familiar, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Luz para Todos, Arca das Letras, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), entre outras. (PICOLOTTO, 2014, p. 77).

Dentre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a Agroecologia a nível nacional, um dos marcos para o tema foi o lançamento em 2012 da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e como instrumento de execução o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída pelo decreto número 7.794 de 20 de agosto de 2012 e deixa explícito no seu escopo como propósito:

Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2012, p.1).

Moura (2016) aponta que, a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, se deu a partir de disputas na sociedade em defesa de um modelo de desenvolvimento e que contestava o implantado no país desde os anos 1960, tendo a Agroecologia como uma forma de diminuir os impactos ambientais da agricultura e apoiar os pequenos agricultores:

O momento de construção da PNAPO e do I PLANAPO fez parte de uma construção histórica, que veio da atuação do movimento agroecológico desde a década de 1980, com várias iniciativas nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, comercialização e certificação, protagonizadas por esses movimentos sociais, ONGs e comunidades locais. (MOURA, 2016, p.101).

Siliprandi (2017) e Moura (2016) assinalam que a elaboração desta política foi uma resposta a Quarta Marcha das Margaridas²⁶ realizada em Brasília em agosto

²⁶ A Marcha das Margaridas é um movimento de mulheres do campo e das florestas brasileiras e que se manifesta por meio de uma manifestação pública em formato de uma caminhada (marcha). Coordenado pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), da Confederação Nacional

de 2011, atividade que pautou a necessidade e a urgência de Política Nacional de Agroecologia, e como resposta o movimento teve no discurso da Presidenta da República Dilma Roussef o anúncio do lançamento de um grupo de trabalho para sua formulação.

Na marcha de 2011, se deu mais visibilidade a essas proposições, que apareceram na forma de um “programa de massificação da agroecologia”, que contemplava um conjunto de questões relacionadas com a produção – tais como a terra, o território, a água, o crédito e a assistência técnica –, mas que avançava também na resolução de problemas de comercialização, de tributação, de pesquisa etc. (SILIPRANDI, 2017, p. 282).

Elaborado de forma participativa, o decreto definiu as diretrizes, instrumentos e instâncias da gestão da PNAPO, enquanto quem elaborou o PLANAPO foi a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)²⁷ teve o trabalho de fomentar a participação da sociedade civil.

Pode-se constatar que a agenda da agroecologia foi um processo emergente, de baixo para cima e que pressionou o Estado. Foram as experiências e as ideias historicamente construídas na base, as iniciativas de políticas públicas em curso que vieram dar solidez às diretrizes, aos instrumentos, aos objetivos, às metas e às iniciativas da PNAPO e do PLANAPO. (MOURA, 2016, p.100).

dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e que compreende diversas organizações feministas, movimentos de mulheres e centrais sindicais com objetivo de expressar a crítica ao modelo de desenvolvimento, denúncia a ação promovida pelo latifúndio e pelo agronegócio, violência e mercantilização do corpo e da vida das mulheres, propõe reivindicar novas relações e políticas com foco na igualdade e autonomia das mulheres e a defesa da democracia. Iniciou no ano de 2000 como uma ação em adesão à Marcha Mundial de Mulheres e desde lá foram realizadas seis marchas: 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019. O nome “Margaridas” se dá em homenagem a trabalhadora rural Margarida Maria Alves, que contrapondo os padrões tradicionais de gênero, casada, mãe de dois filhos foi presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba por doze anos (1971-1983), líder sindical influente no Nordeste estimulava trabalhadoras (e trabalhadores) rurais a buscarem seus direitos e justiça, como por exemplo, contratação com carteira assinada, pagamento de décimo terceiro salário. Por conta de suas lutas foi assassinada por um matador de aluguel em sua casa, em frente a sua família, em 12 de agosto de 1983. (AGUIAR, 2015; SILIPRANDI, 2017; CONTAG, 2020).

27 A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica era composta por quinze representantes da sociedade civil (FETRAF, ANA, MST, ABA, CONTAG, UNICAFES, Rede Ecovida de Agroecologia, ASA, CTAO, STPOrg, MMC, MPA, Rede Cerrado, ASBRAER, Abrabio) e quatorze representantes de órgãos do Governo Federal com seus respectivos suplentes.

No diálogo com as organizações sociais do campo tiveram grande importância nessa construção a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Articulação Semiárido (ASA), os movimentos sociais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, a Via Campesina, além da citada Marcha das Margaridas (BRASIL, 2013).

Foram estabelecidos macro-desafios desde o fomento, a conservação, créditos, recursos, registro, comercialização, ensino e o fortalecimento do protagonismo das mulheres rurais e o estado buscou colocá-los em prática através de uma série de programas, tendo como diretrizes bases:

- I – promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;
- II – promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;
- III – conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;
- IV – promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006;
- V – valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;
- VI – ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e
- VII – contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres. (BRASIL, 2013, p.46).

A participação das mulheres nesta construção é percebida no documento a ponto de que “Há quem diga que a PNAPO tem a cara das mulheres”. Ainda que se tratem de medidas relativamente simples, tais como a reserva de recursos para o atendimento específico ao público feminino [...]” (SILIPRANDI, 2017, p.278).

Como visto nas diretrizes, especificamente em relação as mulheres estão estipuladas no item VII da lei: “contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres” (BRASIL, 2012) e no PLANAPO estão detalhadas as ações voltadas ao público feminino no objetivo dois “Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica, fortalecendo sua autonomia econômica” (BRASIL, 2013, p. 58) por meio das estratégias:

- Assegurar em todas as atividades de capacitação previstas no Plano a abordagem dos direitos e políticas referentes ao tema para as mulheres;
- Garantir a participação paritária entre agricultores e agricultoras participantes das ações de formação, capacitação e qualificação do PLANAPO;
- Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres na equipe técnica das ações de formação e capacitação.
- Promover a transição e produção de base agroecológica das mulheres por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, revendo suas diretrizes, formas e instrumentos de organização, espaços das instâncias de gestão e participação social. (BRASIL, 2013, p.58).

Podemos perceber que a atuação do Estado brasileiro no sistema de produção agroecológica acontece por meio de mecanismos regulatórios: leis, decretos e programas e a PnAPO e PLANAPO e os programas ligados a elas, como as políticas públicas mais efetivas ligadas a Agroecologia.

Porém, a partir de 2016 com as mudanças ocorrida em decorrência do golpe sofrido pela então presidenta Dilma Roussef e mais recentemente com a eleição do presidente Jair Bolsonaro cessaram as discussões por uma agenda em favor da Agroecologia, isso pode ser percebido a partir do segundo PLANAPO (2016-2019) que foi implantado de forma fragmentada e reduzida, todavia:

No entanto, as iniciativas anteriores ou posteriores de estruturação de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica nas unidades federativas do Brasil, mantiveram a sua trajetória. Vários estados contam com esse tipo de política construída em paralelo à PNAPO ou antes da PNAPO, em diálogo com a sociedade civil mediante câmaras estaduais de agroecologia e produção orgânica. Algumas já resultaram em leis ou programas como é o caso no estado do Rio Grande do Sul ou no Distrito Federal. Outras estão numa fase de construção como, por exemplo, na Bahia e no Rio de Janeiro. (SABOURIN et al, 2019, p.18).

E neste cenário passaremos a apresentar a história da construção das políticas públicas para a Agroecologia no estado do Rio Grande do Sul.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGROECOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL

O objetivo deste item é abordar as políticas públicas do estado do Rio Grande do Sul para a Agroecologia tendo como principal dispositivo legal a “Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica” (PEAPLO), lei instituída em 2014 e seu instrumento de execução o “Rio Grande Agroecológico – Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica (PLEAPO/RS)”.

Ainda durante os anos 1980 apresentava-se preocupações e interesse do Estado em relação ao uso de agrotóxicos e o incentivo a produção agroecológica como ferramenta pública de apoio a agricultura familiar e desenvolvimento rural. Prova disto é que o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a aprovar uma lei como instrumento de controle de comercialização e uso de agrotóxicos em 1982, impulsionando outros entes da federação a criarem as suas, como foram os casos do Paraná em 1983, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo em 1984²⁸.

A Lei nº 7.747, que controle de agrotóxicos e outros biocidas a nível estadual, foi publicada em 22 de dezembro de 1982 e teve o protagonismo primordial do movimento ambientalista gaúcho, a partir da atuação de José Lutzemberger e da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN)²⁹, mas também enfrentou embates com os representantes das empresas fabricantes destes insumos, representadas pela Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF).

28 Paraná: Lei nº 7.827/1983, Espírito Santo: lei nº 3.706/1984, Minas Gerais: lei nº 4.002/1984, Santa Catarina: lei nº 6.452/1984 e São Paulo: lei nº 4.002/1984).

29 AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) foi fundada em 27 de abril de 1971 na Sede da Sociedade de Agronomia, em Porto Alegre, tem como elemento de coesão entre seus membros o naturismo. O lançamento público se deu em 03 de junho de 1971 e sua função essencial seria “educar o povo para a preservação e conservação dos bens naturais” e está ativa até os dias atuais. Suas primeiras lutas foram contra o corte e a poda indiscriminada de árvores em Porto Alegre, em seguida passando a estendendo-se e ampliando-se seus enfrentamentos na defesa das florestas, do uso de energia atômica, caça e pesca ilegais e contra os agrotóxicos. (PEREIRA, 2016)

Um dos estopins para incentivar a criação da legislação foi a preocupação com intoxicações humanas e a contaminação do ambiente e dos alimentos, e a publicação em julho de 1982, pelos jornais locais que a água lago Guaíba estava contaminada por organoclorados.(PEREIRA, 2016).

Dentre as principais prerrogativas da lei estão a necessidade de prévio cadastramento de qualquer agrotóxico ou biocida antes da distribuição e comercialização; a indústria produtora deverá apresentar prova de classificação toxicológica (conforme normas e critérios em anexo da lei) e relatório técnico de cada um dos produtos que já comercializa no mercado estadual; as Secretarias Estaduais de Saúde, Meio Ambiente e Agricultura são obrigadas a rigoroso controle de rotulagem dos produtos, sendo que nas mesmas o revendedor devera colocar quem prescreveu com registro no órgão competente; e manteve a exigência do receituário agrônômico, que havia sido instituído e decreto anterior.

A legislação dos agrotóxicos não é suficiente para que se garanta a produção de alimentos saudáveis. Existem uma série de fatores que influenciam no que o agricultor opta em plantar em sua propriedade, pois além da necessidade do alimento para si, busca-se gerar dividendos econômicos, a geração de renda. E nesse sentido o incentivo dos governos por meio de programas e ações, sejam elas de financiamentos, formação ou assistência técnica é parte crucial no processo da agricultura agroecológica.

Esse olhar para a Agroecologia, a reorientação do governo estadual do Rio Grande do Sul, se deu a partir da gestão do governador do Partido dos Trabalhadores (PT), Olívio Dutra, no seu mandato de 1999 a 2002, por meio de uma gestão com maior participação da sociedade civil, via incorporação de uma série de fóruns participativos como o Orçamento Participativo Estadual/RS, apesar das duas gestões seguintes, Germano Rigotto e Yeda Crusius, eliminarem da sua política a perspectiva agroecológica.

O incentivo a produção de alimentos livres destes agrotóxicos não passa a acontecer somente com a criação da lei, foram realizados projetos de apoio mesmo antes a criação da PEAPO, como uma das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, que em 2011 havia instituído o

Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (PABE), que a partir de 2014 foi um dos principais instrumentos do PLEAPO.

Até 2014 – antes da criação da PEAPO-RS – este programa já havia capacitado 8 mil agricultores e fornecido assistência técnica e extensão rural para a transição agroecológica para outros 15 mil agricultores. Além disso, financiou 57 projetos de sistemas agroflorestais e cerca de 200 projetos para transição de base ecológica por meio do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER-RS). (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p.23)

A instituição da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) se deu pela lei nº 14.486, de 30 de janeiro de 2014 e tem o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável por meio de apoio a sistemas agroecológicos e orgânicos de produção, é orientada pelos seguintes princípios:

- I - o desenvolvimento sustentável;
- II - a participação e o protagonismo social;
- III - a preservação e a conservação ecológica com inclusão social;
- IV - a segurança e a soberania alimentar;
- V - a equidade socioeconômica, de gênero e étnica;
- VI - a diversidade agrícola, biológica, territorial, da paisagem e cultural;
- VII - o reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e segurança alimentar. (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p.1).

A lei estabelece dezenove diretrizes basilares, as alíneas que poderão constituir fontes de financiamento e os quatorze instrumentos de efetivação: a assistência técnica e extensão rural; a pesquisa e a sistematização de conhecimentos populares e tradicionais; a comercialização e o acesso a mercados; a agroindustrialização; a certificação; o armazenamento e o abastecimento; os convênios, as parcerias e os termos de cooperação com entidades públicas e privadas; os Fundos Estaduais, o crédito rural, as linhas de financiamento e os subsídios; as compras institucionais e os programas públicos; o seguro agrícola; o cooperativismo, o associativismo e a economia solidária; a educação e a capacitação técnica; a diferenciação tributária e fiscal e o Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica. (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p.3)

A se observar esta lei de fomento a produção agroecológica e orgânica na sua íntegra, no que é assentado sobre mulheres, elas estão citadas apenas uma vez no artigo quarto, na diretriz XVI - “os incentivos à juventude e às mulheres rurais, através de condições diferenciadas de acesso às políticas públicas” (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p.3).

Já o PLEAPO (2015-2019), o primeiro plano do Rio Grande do Sul, possui ações e metas de promoção a produção de alimentos saudáveis, além de outras voltadas para a conservação da agrobiodiversidade, a pesquisa e o ensino e a disponibilização de assistência técnica e foi elaborado por um comitê gestor que estipulou quatro diretrizes, 11 objetivos e 49 estratégias e ações (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

As questões ligadas as mulheres estão, geralmente, ligadas também aos jovens, e são focadas em duas das quatro diretrizes. Na primeira diretriz “Produção e Segurança Alimentar e Nutricional” um dos objetivos é o desenvolvimento de políticas públicas integradas para as mulheres e os jovens rurais, associando a produção agroecológica e orgânica com a diversidade cultural e a qualidade de vida no meio rural com foco no estímulo sua permanência no campo e a sucessão rural, e as estratégias de ação são por meio da participação de jovens e mulheres no processo de gestão das Unidades de Produção Familiares (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Isto se efetivaria por meio da viabilização as linhas de crédito destinadas aos sistemas de produção agroecológica, em atividades por meio de projetos específicos para este segmento, em parceria com outras entidades como a EMATER/ASCAR-RS e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

A outra diretriz que fala especificamente das mulheres é a quarta “Ater, Ensino e Pesquisa”, cujo objetivo é a geração, de forma participativa, de conhecimentos e tecnologias, que consolidem e fortaleçam o protagonismo social de todos os envolvidos na produção. Dentre as estratégias está o desenvolvimento de pesquisas que estimulem, viabilizem e deem visibilidade às ações das mulheres no processo do desenvolvimento sustentável, também em parceria com a UERGS,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul. (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Apesar de estar descrita em lei, para efetivação dessa política é necessário que a gestão coloquem em práticas ações para sua realização. Atualmente a ação que está acontecendo, por parte do governo estadual do Rio Grande do Sul, é o apoio por meio de convênios com os municípios para o fornecimento de insumos para o sistema de produção ecológica em fase de transição e ou consolidação.

3.2.1 EMATER/RS – ASCAR

A extensão rural no Rio Grande do Sul tem como marca a fundação da ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – em 02 de junho de 1955 tendo como prerrogativa a de promoção do “desenvolvimento da agricultura e o bem-estar das populações rurais, através do crédito supervisionado ao pequeno agricultor e criador, e da assistência aos mesmos e às suas famílias” (EMATER, 2005, p.1) por meio da prestação de serviços as propriedades agrícolas gaúchas.

Dias (1956) destaca a função da entidade de aglutinar e coordenar recursos materiais e humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento da agricultura e do bem-estar das populações rurais, através da assistência técnica e do crédito rural supervisionado e buscava a solução dos problemas socioeconômicos da agricultura e fundamentado na "racionalização do trabalho, a elevação do índice de produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida dos produtores rurais e suas famílias” (DIAS, 1956, p.3).

A ASCAR em seu folheto de apresentação do primeiro ano de trabalho (ASCAR, 1957), expressa a gênese da entidade ainda em 1951, quando o banqueiro Kurt Weissheimer, nos Estados Unidos, observou os trabalhos de extensão rural e teve contato com a American International Association (AIA) e ficou entusiasmado com as atividades da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais e, ao retornar ao Estado começou o movimento para uma entidade nos mesmos moldes em solo gaúcho.

O desenvolvimento de suas atividades passou a ocorrer com um contrato assinado com o Ministério da Agricultura, o Escritório Técnico da Agricultura Estado

Unidos Brasil e a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do estado do Rio Grande do Sul por meio da atuação de extensionistas, estes após contratados, 28 supervisores agrícolas e 34 supervisoras domésticas, foram treinados em um curso intensivo realizado no Centro de Ensaio e Treinamento Rural da Fazenda Ipanema em Sorocaba, São Paulo e estágio em escritórios da ACAR de Minas Gerais (ASCAR, 1957).

A ASCAR era executora das atividades de assistência técnica e extensão rural – ATER, também denominadas de ações de assistência social nas áreas rurais. Essas ações eram processadas de maneira a estimular o desenvolvimento, fortalecer os interesses do público beneficiário em melhorar a qualidade de vida e intensificar a sustentabilidade e a democracia pretendida pela sociedade. (EMATER, 2005, p.11).

A partir do surgimento da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da Embrater³⁰ (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), na década de 1970, o governo federal recomendou que todas as unidades da federação criassem empresas de assistência técnica e extensão rural, instituições públicas estaduais nos moldes da empresa federal e, desta forma, em 14 de março 1977 foi criada a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), sendo fundadores a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, o Ministério da Agricultura, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG) e a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS). (DEPONTI, 2010).

A fundação da EMATER/RS não extingue a ASCAR e elas passam a operar em conjunto, por meio do Protocolo de Operação de Ação Conjunto firmado em 18 de dezembro de 1980, passando a ser até hoje uma a agência oficial de execução dos programas e políticas públicas destinados ao meio rural gaúcho.

Também deve ser enfatizado que a EMATER do Rio Grande do Sul acabou não sendo constituída como uma empresa pública, sendo formalmente uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins

³⁰ A empresa foi extinta em 1990.

lucrativos. Embora seja formalmente uma entidade privada, possui uma vinculação estreita com o Estado. Sofrendo ingerência deste em sua gestão. (DEPONTI, 2010, p.98).

A atual missão da Emater é “Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Rio Grande do Sul”, a visão “Ser referência na prestação de serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Social, Classificação e Certificação de Produtos Agropecuários” e definiu como seus valores “Ética e transparência nas relações, gestão democrática, compromisso com resultados de trabalho e Legalidade e moralidade. (EMATER, 2019).

O último relatório de atividades da EMATER/RS-ASCAR disponível para consulta, refere-se ao ano de 2018, apresenta que a mesma possui unidades operativas em 493 dos 497 municípios do estado, 12 escritórios regionais e um central, realizou durante aquele ano assistência a 232.512 famílias em unidades de produção e gerando 2.228.585 atendimentos, estes realizados por seus 2.171 funcionários (EMATER/RS-ASCAR, 2019).

3.2.1.1 EMATER/RS - ASCAR, Agroecologia e Mulheres

Durante a trajetória da EMATER/ASCAR a sua atuação na extensão rural passou por modificações decorrentes de cada momento e do que acontecia no mundo e nas sociedades, e também influenciada pelas necessidades que surgiam no mundo rural.

Do início de suas atividades até meados dos anos 1960 a busca, da extensão rural, era solucionar problemas técnicos e econômicos relativos a produtividade das lavouras, criações de animais e conservação do solo, com destaque para a organização das mulheres em “Grupos do Lar³¹” e os jovens nos “Clubes 4S³²”. A partir de década de 1960 até final dos anos 1970 a Assistência

31 Os Grupos de Lar era o espaço onde as mulheres se reuniam e eram estimuladas a desenvolver atividades de prevenção, primeiros socorros e puericultura (EMATER, 2006).

32 Os Clubes 4S (Saúde, Saber, Sentir e Servir) era destinado aos jovens realizarem projetos individuais ou coletivos dentro da agricultura, os homens como gado de leite, aves, suinocultura, grãos e as mulheres em artesanato, donas de casa na cozinha, corte e costura, horta, pomar, dentre outros. Os membros participavam de concursos e eram classificados chegando a realizar intercâmbio com outros estados e até o exterior (EMATER, 2006).

Técnica e Extensão Rural estava focada na transferência de tecnologias modernas com o principal objetivo de aumentar a produção agrícola. As décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela formação e reorganização dos movimentos sociais, refletindo na extensão rural a crítica ao modelo de tecnológico. (EMATER, 2006).

Fruto destas alterações o repensar a Extensão Rural no Rio Grande do Sul tornou-se necessário, no período de 1999 a 2002, durante o governo de Olívio Dutra, a organização estabeleceu como política pública prioritária para a agricultura familiar e reorientou seus objetivos e metodologias de ação a partir de princípios agroecológicos³³. Caporal & Costabeber (2002) descrevem que a mudança para a nova missão institucional daquele período foi realizada com intuito de:

[...] promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e de extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida". (CAPORAL & COSTABEBER, 2002, p.12).

Dentro desta nova perspectiva agroecológica a entidade lançou em janeiro de 2000 uma revista chamada "Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável". De acordo com seu editorial o periódico é destinado a divulgar trabalhos de agricultores, extensionistas, professores e pesquisadores e tem como público de referência toda e qualquer pessoa dedicada a construção da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável e procura preencher "uma lacuna importante no universo da comunicação e da circulação de conhecimentos sobre o tema geral da sustentabilidade" (EMATER, 2000, p. 3).

Neste sentido, esta Revista é lançada como mais uma das iniciativas que vêm sendo adotadas pela Extensão Rural do Rio Grande do Sul como

33 A entidade passou por diversos momentos e perspectivas por conta do seu vínculo com o governo estadual, isso se deve as indicações de chefias administrativas e diretorias ser ligada a indicação da Secretaria de Estadual de Agricultura, inclusive em diversos momentos buscou-se a sua privatização. Deponti (2010) e Caporal; Costabeber (2002) trazem que as crises dos anos 1990 do modelo de extensão rural estavam relacionadas ao próprio estado brasileiro, programas de privatização e transferência de responsabilidades com redução de recursos. No caso do Rio Grande do Sul a "EMATER/RS – ASCAR foi reconduzida com ajuda financeira do Estado, chegando a ser modelo de extensão para outros estados, quando da transição ecológica. Todas, porém, sofreram desgastes por falta de recursos" (DEPONTI, 2010, p.177).

contribuição para a divulgação, debate e construção de conhecimentos que nos levem em direção a estilos de desenvolvimento rural e agriculturas sustentáveis. (EMATER, 2000, p.3).

A revista teve suas publicações não constantes, tendo, até hoje publicadas 18 edições: três em 2000 (janeiro/junho, julho/setembro, outubro/dezembro), quatro em 2001 (janeiro, abril, julho e outubro), 2002 (janeiro, abril, julho e outubro), 2011 (dezembro), 2012 (abril, agosto e dezembro), 2013 (novembro) e 2014 (abril e agosto).

Os conteúdos que são trazidos em seu *script* são reportagens, artigos, receitas, indicação de leituras, entrevistas, relatos de experiências. Ao analisar as publicações que relacionam as mulheres e a Agroecologia são raras as que relacionam os dois temas, destacamos quatro momentos o assunto sendo abordado em suas páginas, nos demais limitando-se a resenha de livros ou entrevistas que falam sobre a mulher agricultora, questões de gênero.

Dentre estes tem destaque a primeira edição da revista, de janeiro de 2001 a qual traz um artigo produzido pela pesquisadora Emma Siliprandi intitulado “Ecofeminismo contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais”, onde a autora aborda o ecofeminismo, fazendo um apanhado das principais autoras e uma reflexão sobre as formas de incorporar as propostas do movimento, que orienta organizações ecologistas e feministas desde a década de 1970, nos desejos das mulheres rurais.

O segundo item é a entrevista de Carmen Diana Deer, na edição número 3 do ano 2000, onde ela aborda as questões da propriedade da terra, com ênfase no poder decisão dado as agricultoras quando as mesmas possuem o título, percentual, naquele momento, ainda bastante baixo na América Latina. Esse fator, de acordo com a pesquisa, se dá pelas formas de acesso à propriedade da terra, que estava em processo de mudança pelos mecanismos criados pelos governos.

O último destaque foca nas questões de gênero só vai aparecer em 2014, onde a imagem de capa anuncia é um mosaico de rostos femininos e trazendo a reportagem intitulada “Mulheres Agricultoras: um olhar feminista e geracional” escrito por Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira e Cecília Maria Bacellar Sardenberg, o

qual discute os papéis produtivos e reprodutivos das mulheres a partir da perspectiva de geração a geração por meio da discussão teórica e de dados coletados nas observações do Projeto Gente de Valor da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Governo do Estado da Bahia.

Caporal (2007) apresenta como resultado geral desta nova visão da extensão rural, do período 1999-2002, como a implantação de 138 feiras de produtos ecológicos, envolvendo 880 feirantes, assessoria a 4 cooperativas e 354 grupos ecológicos, atuando com 4.000 participantes. Estas ações foram executadas em bovinocultura de leite, suinocultura, olericultura, fruticultura e produção de grãos.

3.2 ENTIDADES

As instituições não governamentais atuam na promoção da agroecologia no Rio Grande do Sul, em diversas frentes, desde a assistência técnica até a organização da venda da produção e elas foram geradas na conjuntura dos movimentos de contestação à agricultura convencional que era desenvolvida no Rio Grande do Sul nas décadas de 1970 e 1980, com o surgimento dos movimentos sociais como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e das oposições sindicais dentro dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Esses movimentos sociais e sindicais, apesar de questionar o elevado custo das tecnologias e pleitearem políticas específicas para os pequenos produtores ficaram distantes do debate sobre o desenvolvimento de tecnologias alternativas, tendo como ações de linha de frente os grandes temas da categoria, a reforma agrária, previdência rural e os direitos dos assalariados. (LUZZI, 2007).

O início do trabalho destas entidades que atuam na Agroecologia aconteceu a partir de instituições ligadas as igrejas, aos sindicatos de trabalhadores rurais, lideranças de cooperativas, associações de agricultores e com fomento de agências de cooperação internacional e seus trabalhos são desenvolvidos em torno de um novo modelo de produção, industrialização e comercialização de produtos agrícolas, com cunho agroecológico, bem como a formação e a disseminação de conhecimento relacionado a atividade.

Apresentaremos, a seguir, as principais e mais atuantes entidades desse ramo na região de estudo na vida dos agricultores: o Centro de Promoção de Agroecologia (CAPA), o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e a Rede Ecovida de Agroecologia. Salientamos que existem outras instituições que fazem a promoção de outras formas, como os núcleos de estudo nas universidades, Universidade Federal da Fronteira Sul, Núcleo de Estudos em Agroecologia do Planalto Médio Gaúcho da Universidade de Passo Fundo (UPF), Núcleo de Agroecologia do Alto Uruguai Gaúcho (NAAU) em que estas entidades fazem parte também.

3.2.1 Centro de Promoção da Agroecologia (CAPA)

O Centro de Aconselhamento do Agricultor (CAPA) foi criado em 18 de maio de 1978 em Santa Rosa/RS através da preocupação da Igreja de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) com a pobreza do campo, e pelas consequências da Revolução Verde nas famílias produtoras rurais que viviam em pequenas propriedades e esta diretamente ligado a história da igreja por, naquele período, a maioria dos seus membros serem compostas de pequenos agricultores.

A sigla CAPA permanece a mesma até hoje, porém, a sua denominação teve modificações no decorrer dos quarenta e dois anos de existência: iniciando como Centro de Aconselhamento do Agricultor de 1978 a 1988, passando por Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor no período de 1988 a 2015 e desde lá Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia.

O mentor da entidade foi Hélio Musskopf (1944-2017), que após findar o curso de técnico agrícola, com uma bolsa de intercâmbio, foi estudar por dois anos na Alemanha e retornando ao Brasil com a convicção da viabilidade da agricultura familiar, como forma de trazer qualidade de vida as pessoas do campo. Colocou seus ideais em prática e por estas atividades, foi convidado pelo pastor Edmundo Grübber a elaborar um programa apto a opor-se a agricultura convencional de grande escala que estava empobrecendo e excluído as famílias agricultoras. (CAPA, 2018, p. 5).

Ao encontro das aspirações de Musskopf em 1982 a IECLB, através do seu órgão máximo de decisão, o Concílio, definiu os objetivos máximos da entidade fossem voltados a agricultura e os que dela vivem:

Fixação do agricultor a terra;
Conscientização e valorização do pequeno agricultor em termos de dignidade;
Conscientização em torno da função social da terra como produtora de alimentos básicos e saudáveis para o povo;
Desenvolvimento de projetos viáveis e concretos de uma agricultura alternativa com vista a preservação da terra e do meio ambiente;
Promoção da união dos pequenos agricultores no espírito de um autêntico movimento sindicalista e cooperativista com vista à produção, comercialização e reivindicação de preços justos, crédito fundiário, acesso à terra e a realização da reforma agrária. (IDE, 2008, p.38-39).

Além do núcleo fundado em Santa Rosa, em 1978, durante a década de 1980 o CAPA cria mais dois núcleos no Rio Grande do Sul: um em Santa Cruz do Sul e outro em Pelotas, sendo em 1988 a sede de Santa Rosa é transferida para Erechim. Em 1997 os trabalhos são expandidos para o Paraná, com a inauguração de dois núcleos, em Verê e Marechal Cândido Rondon.

As atividades são desenvolvidas por uma equipe técnica multidisciplinar e composta por profissionais de várias áreas, realizando atividades de apoio a produção, saúde, comercialização, formação e educação. Ide (2008) afirma que um dos motivos que coopera substancialmente no progresso dos trabalhos do CAPA é, desde a sua fundação, a flexibilidade na metodologia de trabalho, com elementos em comum, mas se adaptando aos diferentes contextos regionais.

A sua atuação sempre acontece numa perspectiva ecumênica, sem discriminação de qualquer natureza e tem boas relações com grupos da base da igreja católica e respeito à diversidade existente em várias religiões e tem como princípio básico de sua metodologia o envolvimento de toda a família, o envolvimento das categorias mais vulneráveis da sociedade e importância do compromisso ético e racial. O trabalho procura valorizar em sua atuação as relações de gênero e de geração, com atenção especial à juventude (GEISEL, 2020, p.2).

Nos primeiros anos de trabalho, o desafio era assegurar a subsistência e a sobrevivência das famílias no meio rural, em meio ao modelo monocultor exportador,

sendo fundamental o contato com as famílias por meio da estrutura da igreja. A proposta de trabalho na primeira metade da década de 1980 foi a qualificação do debate e o aprendizado de conhecimento técnico. (IDE, 2008).

Ide (2008) faz destaque que na segunda fase de atuação do CAPA, de 1988-1998, é marcada pela profissionalização e experiências, investimento nas tecnologias alternativas, desenvolvimento de metodologias participativas e resgate nos saberes tradicionais, com força também no trabalho de comercialização:

Como fruto do trabalho educativo e de conscientização política, foram fundadas associações e cooperativas de pequenos agricultores como a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC), a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região (COOPAR), a Cooperativa de Crédito Solidário (CRESOL), a Sul Ecológica em Pelotas, a Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Mondaí (COOPERBIORGA) e a Cooperativa de Agricultores Ecologistas Solidários (COOPERFAS) em Erechim e a Cooperativa Regional de Agricultores Ecologista do Vale do Rio Pardo (ECOVALE) em Santa Cruz, cujo universo integra um total de 7.472 famílias. (IDE, 2008, p.44)

A incorporação da Agroecologia na sua atuação aconteceu no início dos anos 1990, fruto de reflexões coletivas com outras instituições que tinham em comum a mesma orientação de trabalho. A partir da visão holística o CAPA compreende que a agricultura sustentável não é apenas responsabilidade somente dos agricultores familiares (mesmo sendo eles os protagonistas), mas de todos os/as cidadãos/ãs. (CAPA, 2005). Apoiado na sua missão o CAPA produziu os seus conceitos de Agroecologia como base para as ações que seriam desenvolvidas:

É a aplicação da ciência ecológica no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis;
É um enfoque holístico aplicado a agricultura tradicional de pequena escala;
É a ligação entre ecologia, sócio-economia e cultura pra sustentar a produção agrícola, comunidades agrícolas e saúde ambiental;
É a manutenção de uma agricultura que mantenha a produtividade ao longo do tempo, otimize recursos e minimize os impactos ambientais. (IDE, 2008, p.39-41).

O final dos anos 2000 é marcado pela reestruturação interna da IECLB, tendo o CAPA passado a agregar públicos novos, as populações tradicionais, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, com projetos voltados a este

público como os “Revelando os quilombos no Sul³⁴” e “Descobri que tem raça negra aqui³⁵”.

Hoje a entidade possuiu cinco núcleos nos três estados da região Sul do Brasil e tendo seu trabalho gerado certificação de produção orgânica para famílias, cooperativas, agroindústrias e associações. (Tabela 4)

Tabela 4 – Certificação de produção orgânica a partir do trabalho do CAPA 2019.

CAPA Erechim	CAPA Santa Cruz do Sul	CAPA Pelotas	CAPA Marechal Cândido Rondon	CAPA Verê
40 famílias 1 cooperativa 7 agroindústrias	47 famílias 4 agroindústrias	52 famílias 2 cooperativas 2 agroindústrias 1 associação	72 famílias 3 cooperativas 2 agroindústrias	42 famílias 3 cooperativas 5 agroindústrias 1 associação

Fonte: Centro de Promoção da Agroecologia – Jornal O recado da Terra – Ano XVIII, número 49, 2019, p.3. Adaptada pela autora.

3.2.2 Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP)

O contexto do surgimento do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) se dá a partir das ocupações de terra nas fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta/RS, e do Acampamento Natalino, em Pontão/RS, no final da década de 1970 e início da década de 1980, quando nos assentamentos surgem dificuldades no campo produtivo e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apoiava estas lutas, passa a atuar também neste âmbito.

As atividades iniciais com os agricultores assentados foram ligadas ao solo, manejo, conservação e recuperação, em um momento em que já apareciam problemas de intoxicação de pessoas e mortalidade de peixes ocasionados pelo uso

³⁴ Mapeamento de mais de 40 comunidades quilombolas da Região Sul do Rio Grande do Sul, sendo destas mais de 30 tiveram sua autodefinição emitida pela Fundação Cultural Palmares.

³⁵ Projeto com Pequenos Agricultores Quilombolas também da Região Sul do Rio grande do Sul com ações nas áreas de segurança alimentar e agroecologia; saúde comunitária e plantas medicinais; geração de renda; resgate histórico, cidadania, cultura e etnia buscou a participação e representação social deste segmento, como instrumento decisivo de visibilidade pública, para servir como base de reconhecimento e acesso a políticas públicas.(CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR, 2007).

de agrotóxicos no combate a lagarta da soja, o que fez que no verão de 1983/1984 fossem realizadas atividades de campo para controle biológico desta lagarta através do agente *Baculovirus Anticarsia*. (CETAP, 1997).

Pelo trabalho realizado, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi convidada pela PTA/FASE (Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) para participar do 1º Encontro Nacional do PTA, em São Paulo, todavia a entidade não conseguiu enviar representantes para o evento, na segunda metade de 1984 o coordenador do PTA/FASE, Jean Marc Von der Weid, veio ao Rio Grande do Sul e com a efetivação de convênios em 1985 são realizadas atividades de contato com pessoas, catalogação de técnicas alternativas de produção com “objetivo era alimentar uma rede de articulação entre pessoas e entidades, com informações e algumas técnicas agrícolas que pudessem ser apropriadas pelos pequenos agricultores e assentados”. (CETAP, 1997).

A gestação desse conjunto de ações de levantamento de experiências de Tecnologias Alternativas “culminaram com o 1º Encontro Estadual de Agricultura Alternativa, nos dias 23, 24 e 25 de janeiro de 1986, em Passo Fundo, com a participação de 150 pessoas representando 60 entidades” (CETAP, 1997) o qual deliberou a criação de um Centro de Tecnologias Alternativas no Rio Grande do Sul com finalidade de experimentação, formação e difusão de tecnologias alternativas.

Imediatamente após a decisão de criar o centro de tecnologias alternativas, iniciaram-se as tratativas para a constituição jurídica da entidade, que se materializou no dia 21 de abril de 1986, com a realização da Assembleia de Fundação, que entre outras deliberações, deu à entidade o nome de Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). O ano de 1986 foi marcado por atividades predominantemente internas, como a constituição jurídica do CETAP, a elaboração do primeiro projeto de cooperação financeira (conjuntamente com o PTA/FASE), estudo e elaboração do projeto arquitetônico das construções e principalmente a busca de uma área de terra para implantar o Centro. (CETAP, 1997, p.7).

A implantação concreta do Centro, se dá em 1987 em uma área de 42 hectares na antiga Fazenda Annoni, no Assentamento Encruzilhada Natalino, tendo as instalações sido inauguradas em 03 de dezembro de 1988 e gerida por um coletivo de movimentos sociais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB/MAB), o Movimento Sindical Rural (MSR/Cosau), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e a Pastora da Juventude Rural (PJR). (CETAP, 1997; GABOARDI, 2017).

Os seus primeiros anos de atividades o trabalho foi realizado, em conjunto com Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em propriedades escolhidas em diversos municípios, com o intuito de desenvolver e experienciar tecnologias alternativas o que permitiu a experimentação e difusão de algumas alternativas (conservação do solo, controle biológico da lagarta da soja, produção de semente própria de milho) e estimulou o surgimento de alguns grupos/associações de cooperação agrícola. A atuação com os agricultores dos assentamentos ligados ao MST foram algumas assessorias e projetos e com os agricultores atingidos por barragens chegou a atuar nas negociações entre junto a CRAB/MAB e a empresa responsável pela construção das usinas hidrelétricas, bem como na vistoria de áreas e elaboração de projetos técnicos de possíveis áreas para reassentamento destes agricultores. (CETAP, 1997; GABOARDI, 2017).

A participação das mulheres na entidade se deu desde a sua fundação, seja como Organização de Mulheres da Roça e posteriormente como Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que de 1989 a 1993 ficaram afastadas do Conselho Diretivo.

A partir da década de 1990 opta por sua atuação ser voltada a Agroecologia, como exemplo a realização em abril de 1994 foi realizado o “1º Dia de Campo no CETAP, com o tema Agroecologia: alternativa para a pequena propriedade. Participaram 400 pessoas, a grande maioria agricultores ligados aos STR's” (CETAP, 1997, p.16).

Hoje o CETAP tem como sua missão institucional “contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos” (CETAP, 2020).

O público atendido pelo CETAP são agricultores familiares, agricultores assentados e organizações urbanas que dialogam com a Economia

Solidária. A atuação é prioritária na região Norte do estado, mas existem projetos em outras localidades. A fim de aproximar a entidade do seu público, o CETAP possui estrutura descentralizada nos municípios de Passo Fundo, Erechim, Vacaria, Sananduva e Frederico Westphalen. (GABOARDI, 2017, p.95).

As atividades do CETAP tem como principal foco de atuação a comercialização do produto e na geração de renda para o agricultor e possui parceria com sindicatos de vários municípios, prefeituras, EMATER-ASCAR/RS, CAPA e Rede Ecovida de Agroecologia.

3.3.3 Rede Ecovida De Agroecologia

A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada, em 1998, como fruto de um histórico de articulações das organizações de agricultores no Sul do Brasil, com a premissa de fortalecer a agricultura familiar ecológica. A entidade tem como principais diferenciais a atuação com os agricultores, entidades e cooperativas no em rede e criando em seguida um formato diferenciado de certificação dos alimentos orgânicos: a certificação participativa.

As famílias e as propriedades de agricultores que integram a Rede Ecovida de Agroecologia possuem assistência técnica prestada pelas entidades descritas anteriormente, como o CAPA e o CETAP.

A rede funciona de forma horizontal e descentralizada, iniciando com os agricultores se organizando em grupos informais, associações ou cooperativas, que se articulam, com base na área geográfica, para formar o núcleo regional. Estes, por sua vez, organizados nos três estados do Sul do Brasil, são responsáveis pela gestão e forma a rede, tendo cada esfera seus próprios fóruns para tomar decisões de deliberar, com por exemplo as reuniões, plenárias e encontro ampliado (ECOVIDA, 2020). Os Encontros Ampliados (EARE) são a instância máxima de deliberação da entidade, com troca de experiências e tomada de decisões e desde a sua fundação foram realizados onze encontros ampliados, com a sua frequência sendo bianual.

Esta certificação participativa dos produtos orgânicos feita pela entidade é baseada nos princípios de confiança, participação, descentralização, organização de

base, formação de redes, transparência, olhar externo, adequação a produção familiar e processo pedagógico. (ECOVIDA, 2004).

Todos os núcleos fazem este processo e é assim que a Rede Ecovida de Agroecologia constrói a certificação, de forma participativa. Na certificação participativa – a obtenção das informações, a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos são realizados com o envolvimento dos agricultores e suas organizações, dos técnicos, das organizações de assessoria locais e regionais e dos consumidores. (ECOVIDA, 2004, p.9).

As mulheres ligadas a esta entidade tiveram seu protagonismo evidenciado recentemente, no ano de 2019, em Anchieta/SC, no XI Encontro Ampliado da Rede, que carregou como tema “Gênero, Geração e Conhecimento”, com mais de 800 participantes, durante o evento realizaram atividades com convidadas e na plenária final trouxeram os encaminhamentos do Grupo de Trabalho de Gênero, se destacando que os Comitês de Ética dos Núcleos (que fazem parte da estrutura de certificação) devem ter, pelo menos, uma mulher em sua composição.

Atualmente a Rede Ecovida de Agroecologia possui 32 núcleos regionais, em 352 municípios, cerca de 4.500 famílias, 20 organizações não governamentais e 120 feiras de comercialização de produtos agroecológicos. (ECOVIDA, 2020). Vide anexo A.

4 MULHERES NA AGROECOLOGIA

A região de estudo dentro do Rio Grande do Sul escolhida para a pesquisa os núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia: núcleo Planalto e núcleo Alto Uruguai. Tendo como os maiores centros as cidades polo Erechim e Passo Fundo. Delimitaremos estas regiões do estado, pois o mesmo possui uma extensão territorial de 281.707,151 km² (IBGE, 2018) e as condições desta pesquisa o recorte será nestas regiões.

A escolha destes espaços parte da delimitação que a entidade usa para fins de organização de sua atuação, fomento, produção e comercialização de produtos agroecológicos. O núcleo Planalto engloba agricultores das cidades de Anta Gorda, Água Santa, Arvorezinha, Casca, Centenário, Ciríaco, Dois Lajeados, Ibiraiaras, Ilópolis, Lagoa Vermelha, Marau, Muliterno, Não me Toque, Passo Fundo, São Domingos do Sul, Sananduva, Santo Expedito do Sul, Santo Antônio do Palma, São João da Urtiga e Vila Maria. Já o núcleo Alto Uruguai abrange os municípios de Aratiba, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Cruzaltense, Campinas do Sul, Erechim, Itatiba do Sul, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Três Arroios.

Ao falarmos das ligações entre mulheres e Agroecologia, observamos inicialmente Ana Maria Primavesi é considerada por muitos como maior representante deste modo de agricultura e reconhecida no meio acadêmico, em especial nas ciências agrônômicas, por suas relevantes contribuições ao tema, sendo uma das tantas mulheres que tiveram em sua vida a presença constante desse modelo de produção.

No dia a dia das sociedades as mulheres estão presentes atuando nos diversos segmentos da Agroecologia, na pesquisa, na academia, nos campos, na produção, comercialização e estas atividades são, em alguns casos invisibilizadas. Este capítulo tem como objetivo abordar a história de algumas mulheres que protagonizaram vivenciam a agricultura agroecológica, pesquisam ou atuam em entidades e movimentos que promovem a Agroecologia na região dos núcleos Planalto e Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia. Estas regiões são localizadas, geograficamente, na metade norte do Estado do Rio Grande do Sul.

A colonização marca destes espaços, se deu de forma organizada e dirigida pelo Estado ou por empresas privadas, as companhias colonizadoras. Esse modelo de ocupação das terras, no sul brasileiro, teve como intuito o estabelecimento de trabalhadores braçais, que fixados como agricultores familiares para realizar a produção de alimentos, não chegassem a concorrer com as grandes propriedades, além de servir de mão de obra para a infraestrutura como estradas e redes telefônicas dos espaços urbanos nascentes. Na metade norte do Rio Grande do Sul, essa massa foi, em grande parte, composta por segunda e terceira geração de imigrantes europeus, oriundos do esgotamento de lotes das Colônias Velhas, da Serra Gaúcha (TEDESCO, 2005).

Todavia este território concebido por indígenas e caboclos, na perspectiva da sobrevivência autônoma, passa para disputa entre os agricultores familiares, que o utilizam como espaço de reprodução destes sob a ótica do controle do capital e fazendo que os nativos sofressem as consequências da privatização da terra, excluídos do processo, desanexados de seus territórios e ficando socialmente marginalizados (CASSOL, 2003; PIRAN, 2001).

A colonização dá a ideia de preencher espaços vazios demográfica e economicamente falando, assim como objetiva esvaziá-lo se estivessem ocupados (noções de pioneirismo, desbravador, progresso, de evolução do pior para o melhor...). Apresenta-se carregada de aspectos simbólicos: natureza fértil, pioneirismo, contanto homem-natureza domínio, medo, sobreposição, estranhamento, isolamento, baixo preço da terra, proteção legitimidade do direito e do Estado, crédito, terra nova, ser proprietário, terra como fator de autonomia e liberdade, projeto de reconstrução de uma identidade; espaço/tempo do novo, origem/destino, controle do espaço/controlado dos homens e seleção social (exclusão, inclusão marginal e/ou total). (TEDESCO, 2005, p. 239).

Zarth (1997) apresenta que a ocupação da região da metade Norte do Rio Grande do Sul se deu no século XIX, e estes projetos de colonização e desenvolvimento da agricultura com foco no atendimento do mercado interno de alimentos. A ferrovia São Paulo – Rio Grande, que cortava a região, é relacionada como um dos fatores que impulsionaram o sucesso da agricultura, a sua produção expressiva, neste território, assim como outros certames relacionados aos colonizadores e a fertilidade dos solos.

Até a década de 1920, o aumento do volume de produção agrícola regional deve-se à expansão quantitativa da agricultura. O uso de adubos era inexistente e iminência do esgotamento do solo era previsível. Por outro lado, e a fertilidade natural do solo dispensava o uso de adubos, a expansão quantitativa da produção para atender às possibilidades do mercado exigia mais trabalho. Nesse sentido, os agricultores recorriam a inovações tecnológicas para melhorar o desempenho do trabalho, tão logo o apodrecimento dos troncos e das raízes de árvores derrubadas permitisse a utilização de implementos agrícolas. (ZARTH, 1997, p.143).

A partir desta premissa estes territórios desenvolveram sua economia baseada na agricultura, na propriedade monocultora, até a chegada das transformações pelo pacote modernizador agrícola da década de 1960. Refletindo diretamente na configuração das relações econômicas e sociais, reservando para as últimas décadas do século XX o número de habitantes das zonas urbanas superando drasticamente das rurais, atreladas a industrialização dos centros urbanos e aumento das áreas periféricas, em especial das cidades polo.

4.1 MULHERES AGRICULTORAS E AGROECOLOGIA

A agricultura no Rio Grande do Sul é um dos principais setores na economia, tendo em 2017 participado com 9,2% na estrutura do Valor Adicionado Bruto do Estado (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, 2019). De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2017 o estado possui 365.094 estabelecimentos agropecuários, abrangendo a área de 21.684.558 hectares e destes cerca de 60% possuem menos de 20 hectares e destes 256.213 declaram utilizar agrotóxicos.

Esta atividade é responsável por gerar renda, trabalho e sobrevivências a inúmeras famílias, sendo a atividade agropecuária, em 2016, a principal atividade econômica de 252 municípios do estado³⁶ (IBGE, 2018). De acordo com o mesmo levantamento, os estabelecimentos classificados como agricultura familiar³⁷, somavam um contingente de pessoal ocupado na casa de 716.695 pessoas. Nesse sentido vemos ainda o papel ainda renegado a muitas mulheres, o seu trabalho não

36 O estado do Rio Grande do Sul possui 497 municípios.

37 Para fins deste dados o IBGE classifica a agricultura familiar como a atividade econômica que é aquela realizada por empreendimentos familiares rurais que atendem aos critérios definidos pela Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006.

reconhecimento como produtivo. Esta mesma pesquisa nos traz que neste universo dos estabelecimentos rurais, cerca de 87% são compostos por homens.

Um dos fatores que influenciam neste sistema vem do ocultamento histórico da mulher camponesa, expressada por intermédio, majoritariamente pelo não reconhecido da sua profissão, um direito jovem, conquista da Constituição Federal de 1988, que “após muitos anos de luta; na falta de documentos pessoais e profissionais, pois ainda hoje há camponesas sem documentos, que se apresentam como esposa do “fulano”, ou seja, “sombra do marido””. (DARON, 2008, p. 226).

Boni (2004) corrobora neste tema, nos debates acerca da divisão do trabalho nas propriedades rurais brasileira, como algo historicamente estruturado e arraigado, em que tudo que é público deve ser tratado pelo homem e o privado pelas mulheres:

A mulher agricultora foi socializada no espaço privado e qualificada para os afazeres domésticos, o trabalho na lavoura, o cuidado e a educação dos filhos, a lida com os animais e a sair sempre acompanhada pelo marido, pelo pai ou pelos irmãos. Por outro lado, ao homem foram dadas tarefas como o relacionamento com o banco, a cooperativa, o comércio e também o com sindicato. Contudo, novas formas de atuação e de lutas sindicais que estão levando em conta as questões de gênero vêm sendo elaboradas. (BONI, 2004, p. 301).

A partir deste cenário adentramos nas questões ligadas a produção e reprodução, que também ampliou a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres, sendo o espaço privilegiado masculino o de valorização e produção de riqueza e a reprodução social, atividades necessárias que garantam manutenção e reprodução da força de trabalho, classificada como feminina (CISNE, 2015). O trabalho produtivo e não produtivo é perceptível quando tratamos das questões financeiras:

No ATER uma das coisas assim, que eu mais percebi, de uma forma muito forte, era assim que até que não tinha envolvimento financeiro nenhum, que tinha frente da produção agroecológica, quem se interessava pelo pelo assunto, era só as mulheres, então vinham na reunião só elas basicamente, quando a família migrava para uma produção agroecológica e começava a comercializar essa produção aí rapidamente, nas próximas reuniões, quem passava a vir era o homem, isso era muito nítido, em diversas famílias, sem comercialização só as mulheres que vinham, com comercialização os

homens passavam a tomar a frente desse negócio porque passava ser o negócio da família e antes disso enquanto, é mais produção para alimentação da família, reprodução social da família, fica basicamente só as mulheres. Isso assim é bem claro. (MARTINS, 2020, p.5).

Visibilizar este trabalho como produtivo ainda é um desafio em muitas unidades produtoras familiares, onde o excedente da alimentação para a família, geralmente cultivado nas hortas, mesmo quando é vendido não é considerado trabalho rentável. Estes quintais são responsáveis por grande parte dos alimentos básicos como é o caso na África Subsaariana e no Caribe e no sudeste da Ásia, Pacífico e América Latina as hortas que as mulheres cultivam fazendo parte dos sistemas agrícolas mais complexos que se conhece. (LEÓN, 2003).

As camponesas conhecem e praticam em suas hortas e quintais, técnicas de produção, seleção, cruzamento, melhoramento e armazenamento de sementes crioulas, de cereais, de plantas medicinais, aromáticas e alimentícias. De árvores frutíferas, de flores e de plantas ornamentais. Conhecem técnicas de reconstrução, recuperação, manejo e melhoramento dos solos. (RODRIGUES, 2018, p.44).

O território estudado também, parte das propriedades, se encaixa nesta perspectiva, da horta, como o espaço em que começa a produção orgânica para a comercialização, evidenciado pelas falas de Maristela, quando relata do início da venda da produção na sua propriedade em São Domingos do Sul.

Começamos levando o que tinha na horta assim, o pouco que a gente tinha na horta, porque na horta a gente nunca passou veneno, daí a gente só ampliou a nossa horta assim, hoje, temos vinte e poucos anos e a nossa proposta de agroecologia ela continua. (FERRO, 2020, p.2)

As hortas, os “quintais agroecológicos” foram evidenciados a partir das pesquisas sobre o Movimento de Mulheres Camponesas e o termo cunhou-se nos debates da Agroecologia no esforço de ressignificação da tradicional horta em que “os canteiros em formatos de retângulos sempre padronizados vão na contramão da diversidade que é princípio da agroecologia” (MEZADRI, 2019, p.18) e quintal rememora um local agradável nas proximidades das residências e ao termo

agroecologia, a integração sincrônica entre a vegetação diversa e outros seres vivos (MEZADRI, 2019).

Sim, fomos nós os primeiros que fizemos. Nós levávamos com uma camionetinha velha, um pouco no cesto os produtos, não tínhamos nada de estrutura na feira feita para nós levarmos as coisas. Aí se levava o que se produzia na horta, bem dizer, começamos com pouca coisa, coisinha da horta e assim foi aumentando os produtos, cada vez mais e fomos investindo, cada vez mais. (PRIMEL GAYESKI, 2020, p.1).

Estes quintais, mesmo com colaboração dos demais membros da família, são habitualmente idealizados e dirigidos pelas mulheres, com o cultivo de um conjunto volumoso de plantas designadas a alimentação, decoração do lar, produção de medicamentos e cosméticos. Engloba a criação de animais de pequeno porte podendo englobar diferentes técnicas e formas de cultivo, como as de subsistência ou sistemas agrofloretais. (DOS SANTOS, CIMA e BONI, 2018).

Identifica-se que, mesmo com os avanços na condição de mulheres no meio rural, a maioria delas ainda opina somente no território ao redor da sua casa, onde se localiza a horta, o pomar e a plantação das miudezas (por exemplo, mandioca, feijão, etc). Por isso, é importante superar as relações desiguais e considerar as mulheres como parte da agricultura, reconhecendo o papel que essas desempenharam, historicamente, no desenvolvimento da humanidade e da agricultura (LORENZONI & JANH, 2018, p. 139).

Entretanto, em outras propriedades, a família adquiriu um gleba terra exclusiva para a produção dos orgânicos, visto que a que possuíam até aquele momento era de difícil acesso, mais distante da sede da propriedade, o que dificultava também pela ausência de equipamentos como um trator, em que arar a terra era feita com o uso de bois ou vacas “eu tinha a junta de vacas, que servia para lavrar a terra, para puxar a carroça, e elas davam bastante leite, e daí eu fazia bastante queijo, e aquilo que a gente vendia de produto” (LAMPUGNANI, 2020, p.2).

A feira, onde é comercializado grande parte dos alimentos ecológicos, é um espaço de visibilidade do trabalho feminino e tem importância fundamental na cadeia produtiva, bem como fortalecimento da agricultura familiar. Dados compilados pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e divulgados, por meio do Mapa de

Feiras Orgânicas, demonstram que no estado do Rio Grande do Sul temos 102 feiras orgânicas ou ecológicas (IDEC, 2020). Todavia, ao analisar os dados podemos perceber que este número uma amostra, vide o caso de Erechim ainda não possuir nenhum dos dois espaços, desta modalidade, cadastradas no catálogo.

As feiras livres ecológicas são espaços diversos que desempenham funções significativas de consolidação econômica e social das famílias agricultoras familiares e para os consumidores é um ambiente sócio, econômico, cultural, dinâmico e diversificado, caracterizado também pela troca de saberes, pelo resgate de uma tradição antiga existente em todas as regiões do Brasil, valorizando alimentos regionais, originários da agrobiodiversidade local e contribuindo para a estimular a criação de pratos típicos e tradicionais de cada região. (GODOY & DOS ANJOS, 2007; CETAP, 2013).

Este espaço se diferencia, por exemplo, de redes de comercialização como a americana Whole Foods, em que conforme Michel Pollan, que analisa os rótulos dos produtos como um gênero literário, onde se vendem histórias com pastorais de animais que “vivem mais ou menos do mesmo jeito como apareciam nos livros que líamos quando crianças, e nossos legumes e frutas crescem em solos bem adubados em pequenas fazendas” (POLLAN, 2006, p.108).

As feiras ecológicas são coisas lindas, porque na verdade, a feira ela não é só a troca, porque a troca seria o escambo eu troco alguma coisa por outra, eu vou lá e troco o dinheiro que eu tenho por um alimento ecológico, mas não é só isso, porque na verdade quando a gente vai lá e compra do feirante, do agricultor (a) que está produzindo, fala da sua vida, de onde vem esse alimento, dá dicas de como utilizá-lo. Então, na verdade é um espaço de compartilhar, de somar, a gente sai renovado. Eu gosto muito das feiras, porque elas são espaços de construção de novos saberes e novas coisas, além da gente, não é só trazer ou comprar um alimento como a gente vai no mercado ou em uma outra feira normal, é uma interação de saberes e conhecimentos que a gente não tem em outros lugares. (PULGA, 2020, p.4).

Apesar disto, fica explícito a complexidade da Agroecologia que é além da comercialização na feira:

Que a feira ela não é, assim, a linha de frente digamos assim da Agroecologia, a feira é o espaço que tu tem de sustentar a proposta

agroecológica, não só a feira, a feira é um dos espaços, então, assim, ela não é o todo, ela faz parte. Porque eu vejo hoje que, até a gente lamenta, que as pessoas não tem claro isso ainda, que nós temos que viver a Agroecologia e não viver a feira, que a Feira faz parte, não é o todo. (FERRO, 2020, p. 3-4).

A maior e mais antiga das feiras ecológicas da região é a “Feira de Produtos Ecológicos de Passo Fundo”, que é realizada semanalmente, aos sábados, na Praça da Irmã Catarina, no centro da cidade, tendo atualmente mais outros dois pontos, localizados na Praça Antonino Xavier e na Praça Santa Terezinha neste mesmo dia da semana, além de durante a semana realizar na Universidade Federal da Fronteira Sul e na Universidade de Passo Fundo (CETAP, 2018).

De acordo com a Revista “Alimentação: organização popular, ecologia, qualidade de vida” impresso em comemoração aos 10 anos da Feira, tudo se iniciou em 1997 em um seminário organizado pelo CETAP, com apoio das Cáritas Arquidiocesana³⁸ e a COONALTER (Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativa Ltda.), que teve como encaminhamentos a criação de um grupo de trabalho denominado “Fórum de Agroecologia” e a criação de uma feira com caráter diferenciado.

Definiu-se que não seria um simples local de comercialização, mas também um espaço para integração campo cidade, para denúncias referentes às temáticas ambiental e social e para a divulgação de propostas alternativas, visando a construção de uma sociedade mais justa. Quanto a organização, a decisão foi de priorizar iniciativas em cooperação (Grupos, Associações e Cooperativas), de modo que as bancas de comercialização, quando criadas, pertenciam a estas organizações de agricultores, não permitindo, portanto, a venda individualizada, mas em grupo. (FEIRA ECOLÓGICA DE PASSO FUNDO, 1999, p.2).

Todavia, essa organização se iniciou pelo menos dez anos antes da concretização da feira, quando, a partir da percepção de, um grupo de agricultores,

³⁸ Cáritas Arquidiocesana é uma organização da Igreja Católica, fundada em 1951, presente em mais de 200 países através de 162 organizações, atuando em diversos níveis: comunitários, paroquiais, (arqui)diocesanos, regionais, nacionais, continentais e, até mesmo, internacionais e tem a missão de estar presente na comunidade alicerçada na realidade em que esta inserida procurando dar respostas às suas necessidades. Em Passo Fundo atua desde a década de 1970 e está organizada por meio de uma Equipe Executiva Arquidiocesana, Equipes Paroquiais de Cáritas e grupos comunitários com a participação e apoio de voluntários e com a colaboração de muitas entidades parceiras, com destaque na região para o trabalho na organização de grupos associativos e cooperativos com vistas a construção de uma economia popular solidária. (CÁRITAS, 2020).

constatando a insustentabilidade dos sistemas convencionais e produção e consumo deu início um processo de repensar e reorganizar a maneira de se fazer agricultura e comércio localmente. E assim, desta forma, por meio e organizações associativas a fim de encontrar assistência e formação técnica para a Agroecologia. CETAP e Cáritas foram parceiros na busca de recursos para a agro industrialização, sendo a produção encaminhada para o mercado convencional até meados de 1988 (COSTELLA, 2008).

A partir de 1988 um grupo da Associação de agricultores da Linha Terceira, de São Domingos do Sul, e algumas Associações de Agricultores do município de Ronda Alta, aliados a 12 famílias consumidoras de diversos bairros de Passo Fundo iniciaram uma organização chamada Cooperação Fraterna Agricultores e Operários (COFAO). A COFAO tinha o objetivo de viabilizar o consumo solidário, e a formação e o intercâmbio entre agricultores e operários. Esta experiência funcionou por três anos, e se transformou depois na Cooperativa COONALTER, que em 1991 veio para legalizar o processo. (COSTELLA, 2008, p.4)

Essa metodologia de chegada do alimento até os consumidores gera desta maneira de ver o alimento como direito e não simplesmente como mercadoria.

As feiras ecológicas são motivadoras de processos organizativos, principalmente dos agricultores familiares, que unidos buscam oferecer seus alimentos aos que deles necessitam. A maioria dos agricultores familiares que participam das feiras ecológicas, não o fazem somente pela intenção de vender seus produtos aos consumidores, mas sim, por fazerem parte de uma associação ou mesmo a uma cooperativa e o processo comercialização torna-se apenas uma parte de um todo maior, que evolui a consciência produtiva por métodos sustentáveis (Agroecologia), a organização e o planejamento para produção, consciência e exercício da cidadania, bem como o exercício de uma economia diferenciada, baseada em princípios solidários. (CETAP, 2013, p.4)

Além das feiras, a produção colhida nas regiões, é comercializada, em estabelecimentos comerciais via parcerias em lojas especializadas, restaurantes, sistema *delivery* de entrega de cestas em casa e também por meio do “Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Alimentos Agroecológicos da Rede Ecológica de Agroecologia”.

O Circuito Sul se organizou a partir de 2006 por meio da iniciativa de agricultores agroecologistas de grupos e associações dos três estados do Sul, que

se articularam e construíram uma estrutura de comercialização com suporte nos princípios a economia solidária (MAGNANTI, 2008).

O Circuito Sul é um sistema de comercialização de alimentos agroecológicos formado por membros de grupos, associações e cooperativas de agricultores familiares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Minas Gerais e São Paulo que opera estruturados em estações núcleos e subestações:

As estações e subestações são os pontos de oferta e demanda de produtos. Em cada ponto há uma organização, pessoa física ou jurídica, que é responsável por dinamizar e potencializar a oferta e a demanda de produtos nas regiões, bem como por centralizar informações. Também são atribuições das estações proporcionar locais de entrega e armazenamentos, definir as datas de recebimento e entrega dos produtos, planejar as rotas dos caminhões e avaliar a qualidade dos produtos recebidos e ofertados ao Circuito. (OLIVEIRA, GRISA & NIEDERLE, 2020, p.145).

Nestes espaços os agricultores levam suas mercadorias, lá também acontecem trocas de produtos onde são organizadas rotas com destino aos canais de comercialização, com datas programadas quando os caminhões passa nestes pontos e seguem ao destino dos consumidores (MAGNANTI, 2008, ECOVIDA, 2020; OLIVEIRA,GRISA & NIEDERLE, 2020).

O mercado institucional, por meio de programas de abastecimento como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos com Doação Instantânea, também foi uma oportunidade importante para a agricultura ecológica, mais do que alimentos saudáveis, incorporou interesse das comunidades escolares no tema, valorizando como, onde e por quem são produzidos.

A garantia de produto orgânico no Brasil é apresentada por meio do selo fixado na embalagem dos produtos. Este selo é o aval da conformidade do produto ter sido produzido neste sistema. Nos locais pesquisados as famílias e entidades produtoras são certificadas por meio da auditoria participativa via Rede Ecovida de Agroecologia.

4.1.1 Porque produzir sem agrotóxico?

Em 2011 a Organização das Nações Unidas reconheceu, através do documento “Agroecology and the right to food³⁹”, o potencial da Agroecologia como alternativa para reduzir os impactos ao meio ambiente, provocados pela agricultura e com potencial de alimentar as pessoas, especialmente nas áreas mais pobres do planeta.

Já em 2014, ela declarou este como o Ano Internacional da Agricultura Familiar e dentro da sua programação através da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) retomou o tema da Agroecologia no contexto internacional em que convergem crises econômica, social, ambiental, energética e alimentar e que se fazem necessários novos compromissos internacionais para mudanças (FAO, 2016).

Paulilo (2016) disserta sobre alguns aspectos que nos ajudam a compreender, por exemplo, a escolha de movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas, pela agroecologia como forma de garantir a soberania alimentar, relacionando a expressão “segurança alimentar” deriva de dois vocábulos ingleses: *foodecurity* (quantidade dos alimentos) e *foodsafety* (qualidade de alimentos).

A discussão torna-se complexa, porque a expressão não se refere somente à problemática da fome, que, sem dúvida, é o aspecto mais preocupante, mas também a outros problemas que são causados pela falta de comida, pelo excesso de comida, pela carência de nutrientes, pela qualidade dos alimentos e por um momento em que, além do consumo exagerado de produtos industrializados, refrigerantes, enlatados, entre outros, com muitos corantes conservantes, temos ainda o alto índice de outros insumos utilizados, sem o devido acompanhamento, na produção alimentar. (PAULILO, 2016, p. 366).

Nas regiões ainda são incentivadas e existe um grande número de propriedades monocultoras, que produzem soja para alimentar os complexos agroindustriais de carnes destinadas, em grande parte, para o mercado externo, seja o grão in natura ou via produtos de origem animal processados. Ostrowski apud Varotto, 2017, retrata a escolha da família em trabalhar com Agroecologia e não

³⁹ Agroecologia e direito a alimentação, tradução nossa.

outra atividade comum na região, que são os sistemas integrados de cria e engorda de animais, especialmente frangos e suínos, foi a liberdade maior quanto a sua vida diária.

Eu acho que assim, a gente sempre deu valor para os produtos orgânicos porque tu tá plantando, colhendo e vendendo saúde em primeiro lugar e também questão de renda de tu produzir, vender em feiras, em ser produtos orgânicos, teu custo bem menor, tu faz todo o ciclo, completo, porque tu tem o teu adubo, faz compostagem, tem a tua semente, porque primeiro tu cuida da tua semente para ter para o ano que vem, daí tu colhe teus produtos que é para a subsistência da família e o que tu sobra vai vender para ter a renda e daí com isso tu vai motivando e também uma coisa que motiva muito é porque a gente trabalha em grupo, então a gente não vive aquela solidão dentro de um “chiqueirão”, tu não tá isolado, tu sabe que tem um grupo de pessoas que pensam que nem você, que compartilham das mesmas dificuldades, das mesmas alegrias, das mesmas conquistas, tudo isso te ajuda a te motivar, tu tem os mesmos assuntos e assim vai. (OSTROVSKI, 2017, p.3 apud VAROTTO, 2017, p. 15)

As exigências das agroindústrias com as propriedades integradas são progressivamente mais rígidas, desde os tratos, as condições das instalações. Bem como, também exigindo a expansão do volume de produção, sendo pela via de elevação de produtividade, quanto na expansão física das instalações ou área cultivada.(PIRAN, 2001).

Peccini (2017) assinala que ao passo que a agricultura se industrializou, ela perdeu paulatinamente sua faculdade de decisão e independência, por os camponeses passarem a ter que produzir para uma cooperativa ou empresa através de preços, prazos e condições firmadas em contrato preestabelecido, ou seja, tendo que se adaptar as determinações da produção tecnificada e integrada a essa agroindústria ou estariam eliminados da atividade.(PECCINI, 2017).

Neste sentido a Agroecologia vai em contraponto a esta direção, como Lampugani testemunha que ocorreu na sua propriedade, a melhoria da qualidade de vida, principalmente pelo ganho econômico a partir de não ter necessidade e dependência de instituições financeiras.

Pra nós foi uma boa, meu Deus, foi muito melhor com esse pedacinho de terra a gente vivia muito melhor, com menos serviço, não menos porque a gente tinha trabalhar sim, mas do que toda aquela roça que a gente

plantava milho, a gente financiava, e plantava, e quando tu colhia o que sobrava era nada, até que tu pagava tudo (LAMPUGANI, 2020, p.3).

Maristela afirma que o motivo para produzir alimentos sem uso de agrotóxicos é intrínseco e que pensa em algo muito além do que a produção, transformações diárias, modo de vida:

A Agroecologia é um objetivo na verdade, hoje eu compreendo, depois de tanto tempo que a gente esta lidando que pra mim o conceito de Agroecologia ele é amplo, ele engloba a vida das pessoas em uma amplitude muito grande, porém, a produção orgânica, ela faz parte da agroecologia, ela não é o fim, ela é um meio e a produção orgânica ela está em lei e ela faz parte da Agroecologia, ponto. E a Agroecologia vai muito além de simplesmente produção orgânica porque hoje tem a grande propriedade ela tem produção orgânica, ponto, ela não tem produção agroecológica é diferente, então assim acho que aquilo que mantêm a nossa história, nossa luta e conseguimos a continuidade da gente conseguir, os filhos estão aqui, tem um neto, é assim, é um transformar-se todo dia, se você se fechar não acontece, e a gente vê, uma coisa que a gente está vivenciando como representante legal da COONALTER, a dificuldade das pessoas se transformar, de acatar o novo, e daí isso gera vários problemas, então, a Agroecologia requer transformação direita assim, que tu tem que estar sempre com novo na tua frente para ir se adaptando. (FERRO, 2020, p.1).

A sucessão familiar dentre da agricultura familiar é uma temática que a anos vem sendo tratada de forma preocupante pelos agricultores, pelos governos e entidades como os sindicatos, sendo o aumento da população urbana nas últimas décadas como evidencia real este fenômeno. Kozenieski (2016) em seu estudo sobre a microrregião de Erechim nos traz que “apenas entre os anos de 2000 e 2010, 22,09% população rural deixou o campo” sendo que na série histórica de 1991, 2000 e 2010 essa migração é em boa parte de jovens rurais na faixa etária em torno dos vinte anos (MUELLER, 2016).

É relevante salientar que nestas regiões a mão de obra usada nas propriedades é da própria família, no caso da família Gayeski, as duas jovens foram residir na cidade para cursar o ensino superior e após a conclusão retornaram a propriedade, aplicando o conhecimento adquirido na Universidade e trazendo tecnologias voltadas para a área, demonstrando assim uma inversão na lógica predominante da migração do rural para o urbano.

Foi o contrário, vimos uma oportunidade de trabalhar com a terra, que a gente já gostava e aliar isso a renda, algo que a gente goste, de não ficar lá alienado a uma empresa, presa, digamos, com horário fixo, e aqui a gente tem liberdade para fazer o que quer. (GAYESKI, 2020, p.3).

A mudança de perspectiva a partir da oportunidade oriunda dos alimentos orgânicos, de atingir o sustento, a atuação profissional do meio urbano, além do trabalho ser mais braçal, complementa:

É carpi, não pode ter medo de arrancar peste eu acho que estas as dificuldades, a gente vive em um momento de atualização, a gente se obrigou a se atualizar, porque antes a gente tinha só a feira, então, era aquilo e de, plantava, colhia para a feira, se perdia alguma coisa, deu. Agora a gente tá com ideia de colocar uma agroindústria, já que eu me formei, uma agroindústria de microprocessados para aproveitar toda a produção, porque as vezes a gente acaba colocando fora. (GAYESKI, 2020, p.3).

A escolha pelo meio rural, ao urbano, foi caso também de Vanessa, que trocou a cidade pelo campo e enfrentou o preconceito duplamente, por ser mulher e urbana “a maior dificuldade que encontrei e encontro dentro da agricultura em si, é o fato de eu ser mulher e ter vindo da cidade, isso faz com que as pessoas não percebam a capacidade que posso ter em aprender a ser da agricultura” (ZIN FERRO, 2020, p.1).

As questões relacionadas a posse da terra são fatores que influenciam diretamente na permanência dos jovens, filhos e filhas de agricultores, nas propriedades. Culturalmente, é ainda, historicamente e fortemente enraizada, o acesso à terra pela herança dos pais, geralmente aos filhos homens, a partir do momento do matrimônio.

Nas regiões de colonização italiana e alemã dos três estados do Sul do país, há um mesmo padrão a respeito da herança da terra. Embora esse padrão comporte variações, podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdaram a terra. O acesso das mulheres a esse em se faz pelo casamento. Aparecem exceções, quando não há descendência masculina, quando há uma filha casada que cuida dos pais na velhice, quando os pais possuem muita terra ou, ao contrário, quando a exploração agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros. (PAULILO, 2016, p.191)

Uma política pública nesse sentido, que deu a possibilidade de aquisição a sua própria propriedade, a muitos jovens agricultores, foi por meio do “Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra”, um programa de crédito fundiário gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário criado em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e que tem como premissa o financiamento para a compra de terras e realização de infraestrutura básica para produtores rurais.

Andressa relata que após o casamento e conclusão do curso de graduação o que possibilitou que ela e o esposo pudessem ter sua gleba de terra foi através deste programa “Quando a gente casou a gente conseguiu comprar, pelo Banco da Terra, uma terra e se mudou para propriedade vizinha dos pais dele, depois a gente fez a casa e mora lá desde então, faz 10 anos” (MARTINS, 2020, p.2).

No que concerne a este apontamento, Vanessa destaca que a dificuldade lidar com a sucessão é intrínseca, construção ligada na propriedade, bem com como nas entidades, por ainda ser enraizada a lógica de que o jovem é o “futuro da nação” e não o presente, estar participando e construindo é algo para daqui a anos e não para o hoje: “A sucessão rural é o que pega no sentido da família, mas também em relação as entidades que fazemos parte, é muito difícil eles confiarem nos jovens e ainda mais sendo mulher”.(ZIN FERRO, 2020, p.2).

Na propriedade da Família Ferro, em São Domingos do Sul, que atuava a mais de 20 anos no ramo, as políticas públicas do governo federal são relatadas como primordiais para estruturar da propriedade a agregar valor a sua produção, a manutenção, da família dos jovens na profissão de agricultores.

Embora todas as dificuldades, porque foi muito sofrido, assim, para sobreviver, pagar as tuas contas, começar a investir, e tudo isso fez parte do processo, os erros, os acertos, fomos contemplados nesses anos com políticas públicas que acho que salvou várias propriedades, não só a nossa, se não fossem as políticas públicas do governo, nós não tínhamos conseguido sobreviver sem vender um pedaço de terra, então, foi o que nos salvou assim e claro tu tem que ter um objetivo lá na frente, tu não pode desanimar, e sempre pensar que no amanhã tu consegue ajeitar o que não ajeitou hoje assim porque não é uma luta curta, ela é de etapas então, e daí ela é, ela sempre tu tem um, algo para ser melhor dentro da agroecologia. (FERRO, 2020, p. 3)

Pulga complemente o quão fundamental foi o avanço da atuação do Estado para que, a agricultura agroecológica mantivesse famílias no campo, apesar disto, ainda são insuficientes para o contexto atual “com algumas políticas públicas importantes que foram criadas no período do governo Lula e Dilma, como o PAA, a Produção e Aquisição direta de Alimento, dos agricultores para as cidades, enfim, a própria merenda escolar” (PULGA, 2020, p.3).

Neste caso citado, da merenda escolar, por exemplo, o município de Três Arroios, no ano de 2000, as oito associações de produtores alternativos que existiam no local, forneciam 85% dos alimentos que eram destinados aos 230 alunos da rede municipal e aos 320 da rede estadual, sendo aproximadamente 500 refeições diárias oriundas da produção agroecológica. (SALAME, 2011).

A renda oriunda das vendas é destacada pelo fato de, toda semana, ter entrada financeira, ao contrário de quando a lavoura era realizada de forma convencional, até mesmo não utilizando agrotóxicos, mas realizando financiamentos bancários para garantir a aquisição de sementes e adubos e arcar com processos que facilitavam o trabalho, como por exemplo o aluguel de máquinas para alguma etapa do ciclo da lavoura.

Ao menos aquilo lá que a gente colhia, da agricultura, daquilo que a gente não precisava passar veneno, da Agroecologia, era limpo, se tu vendia um pé de alface, aquele dinheirinho era limpo. Foi bom, foi um passo que a gente deu, todos os fins de semana a gente tinha aquele dinheiro. (LAMPUGNANI, 2020, p.2)

Outro fator citado como definidor da escolha por este sistema é a diversidade alimentar e incluindo aqui importância da valorização e preservação por meio das sementes, elemento que historicamente é ligado também as mulheres.

Porque tem, tem a nossa região é muito rica em diversidade, muito rica, assim, cada dia que passa você descobre novas plantas que podem alimentar as pessoas e as PANCS⁴⁰ são isso assim, é transformar o que você tem aí que acha que é mato em alimento e tem muito mato que é alimento e a gente não consome ainda porque na verdade não precisa, embora o pessoal chore muito, mas o pessoal ainda consegue comer carne, comer outros produtos mais caros, mas assim, a nossa natureza

40 Plantas Alimentícias Não-Convencionais.

aqui é riquíssima em diversidade, eu valorizo muito isso e eu amo demais, eu adoro. (FERRO, 2020, p.5)

Bancos de sementes, resgate de variedades, multiplicação e trocas entre agricultoras é uma marca do movimento agroecológico, também fortemente alimentado por movimentos sociais como o Movimento de Mulheres Camponesas, entidade que ao longo de sua história vem desenvolvendo diversos projetos relativos a este assunto, destacando-se por ser realizado por meio de um processo metodológico de construção coletiva do conhecimento a partir das escolhas das próprias mulheres.

As alfaces, abóboras, batatas-doce, mandioca e feijões, são variedades muito presentes na mesa de camponeses e camponesas e fazem parte do seu cardápio diário. São variedades que facilmente podem ser processadas, transformadas em novos alimentos e comercializadas. Segundo relatos das próprias mulheres, a mandioca, as abóboras e as morangas, estão cada vez mais escassas no cardápio diário e sua recuperação tem como premissa a garantia dessa diversidade para as futuras gerações (LORENZONI & JANH, 2018, p. 141).

Esta questão das consequências da Revolução Verde na substituição das sementes é debatida também pela estudiosa, ecofeminista indiana Vandana Shiva. Suas pesquisas são ligadas aos aspectos religiosos e culturais, em que discute que este processo além de causar a devastação ambiental é responsável também pela opressão da mulher, e de comprometer safras inteiras nos países, considerados, periféricos.

Ingressando nas questões de organizações das mulheres, onde a participação feminina nos espaços de decisão no Brasil ainda é pouco expressivo, quando comparado ao número total de habitantes, homens e mulheres, refletido principalmente, nos poderes executivos e legislativos.

As agricultoras assentam que o ingresso nos âmbito público esta ligada a diversos fatores e um deles ainda se dá pelas responsabilidades da casa que seguem sendo, quase que exclusivamente, imputadas a elas, influenciando diretamente “Temos um espaço que se constrói um pouco a cada encontro da Rede

EcoVida, mas é muito difícil inserir as mulheres nas atividades já que todo o serviço da casa, filhos e horta é de responsabilidade delas” (ZIN FERRO, 2020, p.2).

No universo das entrevistadas, identificamos a liderança de uma delas, que exerce a função de presidente da Cooperativa COONALTER e relata como o machismo está nas relações como estes espaços, mesmo com projetos voltados e protagonismo delas em todas as etapas, as tentativas de silenciamento e desqualificação são parte do cotidiano destes ambientes.

4.2 MULHERES E AGROECOLOGIA NA ACADEMIA

A ciência é um espaço de construção e de desconstruções, todavia a presença masculina ainda é marcante. Klanovicz, por exemplo, ao analisar a presença feminina nos cursos de Engenharia, nos três estados do Sul do Brasil, possibilitou vê-las sob um ponto vista de como “agentes tecnológicos em espaços importantes para sua atividade científica” que envolvem desde a casa até a academia, passando pela interação entre novas tecnologias, crenças, práticas sociais e que tocam fortemente no “impacto da cultura sobre a percepção da mulher em espaços acadêmicos majoritariamente masculinos”. (KLANOVICZ, 2011, p.108).

No campo da ciência brasileira em Agroecologia, uma referência no tema é Ana Maria Primavesi. Desde 2014, a data de seu aniversário, três de outubro, no Brasil foi definida como o Dia Nacional da Agroecologia e que pela lei nº 13.565, de 21 de dezembro de 2017, também foi instituído o Prêmio Nacional de Agroecologia “Ana Primavesi”, “a ser concedido pelo poder público federal às organizações e pessoas da sociedade civil, parlamentares e autoridades públicas que se destacarem no desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica e no seu apoio.” (BRASIL, 2017). Além deste título, em 2012, na Alemanha, a *International Federation of Organic Agriculture Movemnts (IFOAM)* deu a Primavesi o *One World Award (OWA)* o maior prêmio mundial com referência à prática de agricultura orgânica.

Annemarie Conrad Primavesi nasceu na Áustria em 3 de outubro de 1920, e na Universidade de Viena concluiu seus estudos em Agronomia, sendo uma das poucas mulheres a se matricular no estabelecimento e concluiu o doutorado em

nutrição de plantas e solos. Durante a Segunda Guerra Mundial foi enviada para trabalhos compulsórios, pois o Reich detestava acadêmicos e empenhava-se em criar obstáculos para que desistissem dos estudos (KNABBEN, 2017), além de ter dois irmãos mortos nas lutas durante a guerra.

Ao findar da guerra casou-se com Artur Primavesi, que conheceu ainda na faculdade, mudou-se para o Brasil em 15 de outubro de 1948, com seu esposo e filho mais velho, onde Artur foi contratado pelo governo do estado de São Paulo para trabalhar como superintendente do plantio do trigo na Secretaria de Agricultura. Em 1961 muda-se, com a família, para o Rio Grande do Sul onde ministrou aulas sobre produtividade de solos, fundou o Instituto de Solos e Culturas e coordenou o laboratório de biologia e análise de solos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde também o esposo era docente e ali fica até retornar para São Paulo por conta da doença do marido em 1974.

Sua principal obra foi “Manejo Ecológico do Solo”, publicado em 1980 pela Editora Nobel e “[...] tornou-se, pouco a pouco, a “bíblia” do movimento de agricultura alternativa. Estudado nas escolas de agronomia e servindo como referência no trato do solo vivo, o livro foi ganhando adeptos” (KNABBEN, 2017, p.411). Além destes produziu outras quatorze obras sozinha⁴¹, outras em parceria com colegas, como a Cartilha de Integração com Jovelino Pozzera e Evandir Costa, além de uma série em coautoria com seu esposo Arthur⁴² e mais de noventa textos e artigos científicos.

A saída do Rio Grande Sul para as terras paulistas foi para um sítio no município de Itaí, onde aplicou na prática o que havia pesquisado e publicado em livros. Se engajou no movimento de agricultura orgânica e faleceu, em São Paulo, em 05 de janeiro de 2020, com 99 anos de idade.

41 Manejo de Pastos Nativos (1966), A Produtividade de Pastagens Nativas (1966), Plantas Tóxicas e Intoxicações no Gado em RGS (1970), Manejo Ecológico de Pastagens (1981), Manejo Ecológico de Pragas (1987), Agricultura Sustentável – Manual do Produtor Rural de São Paulo (1992), Agro-Ecologia: Ecosfera-Tecnosfera-Agricultura (1997), Cartilha do Solo (2006), Pergunte ao solo e às raízes (2014), A Convenção dos Ventos (2016), Manual do solo vivo (2016), Manejo Ecológico de Pragas e Doenças (2016), Algumas plantas indicadoras (2017) e A biocenose do solo na produção vegetal & deficiências minerais em culturas: nutrição e produção vegetal (2018) (KNABBEN, 2017).

42 Série de Livros ABC do Lavrador Prático (1956-1970): A Nutrição Racional das Lavouras (1957), Cultura da cana-de-açúcar – número 56, As leguminosas na Adubação Verde – número 57, O vírus nas plantas e o seu combate – número 58, Cultura do Milho – número 62, Cultura do Arroz – número 65, A cultura do centeio – número 71. (KNABBEN, 2017).

Durante a pesquisa, foi comum as entrevistadas citarem Primavesi como uma das mulheres que as inspiram na Agroecologia. Todavia hoje, dentro da academia, é possível perceber a existência de uma grande resistência nas pesquisas sobre o tema, no curso de Agronomia, por exemplo, Tarita comenta seus desafios dentro da academia como professora e pesquisadora da Agroecologia:

O grande desafio trabalhar na Agroecologia é a gente tem que estar constantemente tendo que provar as coisas. Eu tenho que provar que funciona porque senão o pessoal não vai aceitar. Essa constância em provar, em justificar que realmente precisa ser uma ciência estudada, precisa a gente levar para o campo que ela é melhor, a gente ter que provar isso o tempo inteiro é muito cansativo. (DEBONI, 2020, p. 4).

Tarita Cira Deboni, professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, doutora em Agronomia e pesquisadora da homeopatia, desde seu mestrado, narra que sua história com a Agroecologia vem desde a infância, quando sua família realizava compra de alimentos nas feiras, e que sua opção em atuar dentro da área, na academia foi a partir da participação do III Congresso Brasileiro de Agroecologia, ainda enquanto cursava sua graduação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Então, este evento para mim foi muito marcante na minha vida profissional porque foi aí que percebi que eu não estava sozinha, que apesar de eu estar dentro de um curso de Agronomia, que era um curso bastante tradicional, eu conseguia ver que além desse curso, pra fora deste curso, eu tinha muita gente também pensando como eu e não só do curso de Agronomia, isso que é o mais interessante, já que a Agroecologia tem essa característica interdisciplinar. (DEBONI, 2020, p.2).

O III Congresso Brasileiro de Agroecologia foi realizado em 2005 na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, e teve como tema “A sociedade construindo conhecimentos para a vida”, concomitante ao III Congresso Estadual de Agroecologia de Santa Catarina contando com a participação de 2500 pessoas e foram apresentados 513 trabalhos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, 2020).

Adentramos na formação dos profissionais da área da Agronomia e os desafios da integração do enfoque agroecológico nas instituições de ensino. Dados

levantados por Balla, Massukado e Pimentel, em 2013, identificou que no Brasil existem 136 cursos, sendo divididos em 108 técnicos de nível médio, 24 graduações (bacharelados e licenciatura) e 4 pós-graduações (3 mestrados e 1 doutorado), ofertados por 84 instituições, 77 públicas e 7 privadas.

A formação dos profissionais na área da Agroecologia tem como desafio prepara os estudantes para contribuir com seu trabalho na concepção e ação de sistemas de produção a partir de estratégias racionais e adequadas a realidade de onde estão atuando. Para Deboni, a Universidade Federal da Fronteira Sul pelo seu histórico de criação, de sido fruto dos esforços dos movimentos sociais ter um curso de Agronomia com ênfase na Agroecologia é um grande diferencial:

Temos muitos acadêmicos que procuraram o curso por ele ter essa ênfase, vindo inclusive de outros estados do país. Essa valorização do curso tem aumentado gradativamente entre os ingressantes. Sinto que pouco a pouco nossos egressos percebem a diferença da formação deles para os demais profissionais da região, já que temos muitos exemplos de recém-formados que só conseguiram a vaga de emprego por terem se formado em um curso com ênfase em Agroecologia. Espero e desejo que essa conquista dos movimentos sociais nunca se perca, vou lutar para isso. (DEBONI, 2020, p.6).

Vanderléia Pulga tem sua atuação profissional, no momento, como docente do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, no campus de Passo Fundo/RS e relata o início da sua caminhada, não foi na Agroecologia diretamente, mas como o repensar a agricultura, a partir da atuação dentro da Pastoral da Juventude Rural (PJR) do Rio Grande do Sul, inserida em uma realidade com alto índice do uso de agrotóxicos e contaminações.

Na época a ênfase era mais a importância do jovem da roça que também tinha valor, com o lema “Jovem da Roça também tem Valor” para incentivar os jovens a ficarem na roça. Com todo esse debate a gente começou a ver que não bastava só a gente ocupar os sindicatos, mas que, junto com o sindicato ser uma ferramenta de luta, deveria potencializar o debate para repensar o Desenvolvimento Rural. (PULGA, 2020, p.1).

Porém, a partir de uma pesquisa realizada sobre as intoxicações por agrotóxicos em Ibiraiaras com apoio do Ministério da Saúde, onde a professora apenas acompanhou. Essa pesquisa “Agrotóxicos em um Município do Rio Grande

do Sul – Utilização e efeitos dos agrotóxicos no ambiente e na saúde humana” realizou entre novembro de 2003 e fevereiro de 2004 e foram entrevistadas, na primeira etapa, 110 famílias do município e mostrou que mesmo sabendo das consequências possíveis malélicas ao meio ambiente a saúde seguem utilizados os produtos de forma indiscriminada (CETAP, 2005).

A maioria das famílias entrevistadas (84,54%) evita o uso de agrotóxicos nos cultivos destinados ao consumo de sua própria família, como em pequenas lavouras, hortas, pomares, etc. Deste total, 29,09% não utilizam agrotóxicos nos cultivos de autossustento e 55,45% utilizam menos agrotóxicos nestes cultivos do que a quantidade usada nas culturas destinadas à comercialização. Uma parcela bem menor (11,82%) utiliza a mesma quantidade. Para 3,64% das famílias a questão não foi aplicada, pois não cultivam para seu próprio sustento. (CETAP, 2005, p.24).

O despertar definitivo para a Agroecologia foi a partir do Mestrado em Educação, quando conheceu o trabalho das mulheres camponesas com o tema e que os campos pela sua interdisciplinaridade não podem ser separados, sendo que a “Agroecologia é fundamental para gente repensar e promover a saúde das pessoas e das comunidades” (Pulga, 2020, p.2).

Magali Angelina Salame realizou suas pesquisas, de especialização e mestrado, sobre as questões de Educação Ambiental, trajetória e concepções da Agroecologia no município de Três Arroios demonstra também essa relação desde sua infância, o fato de seus pais tirarem o sustento da agricultora e a facilidade em pesquisar o tema por estes sujeitos fazerem parte do seu cotidiano, a medida que ela era professora de seus filhos e filhas.

E pra mim facilidades me chama atenção, porque chega ser um protagonismo e além de ser um protagonismo essa atividade, você tem que se sentir parte, então para mim foi facilimo, porque como eu conheço todo o município e minha ferramenta de trabalho que lidava dia a dia, os meus alunos, eram filhos desses produtores, Então dessa forma, como eu já tinha em mim essa convivência, o contato diário com as pessoas que seriam meus instrumentos de pesquisa, então aquilo para mim era a minha realidade, como se fosse estudar e defender o que é seu. (SALAME, 2020, p.3).

É possível perceber que as relações das pesquisadoras com seus objetos de estudos no campo da Agroecologia possuem uma ligação muito forte de militância, de defesa do tema nos seus aspectos amplos, integral e interdisciplinar e no seu dia a dia, desde a escolha de que alimento vai consumir na refeição, a atuação partidária que são os espaços de construção e busca por políticas públicas voltadas para o setor.

4.3 MULHERES NA EXTENSÃO RURAL E A AGROECOLOGIA

Neste item abordaremos histórias de mulheres que atuam ou atuaram na Assistência Técnica em entidades, como o Centro de Promoção da Agroecologia (CAPA), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e na EMATER-ASCAR/RS que protagonizaram experiências no âmbito da Agroecologia.

As agricultoras relatam, ainda terem, dificuldades em relação a assistência técnica específica para área, apesar de ser realizada pelas entidades, ainda existe a carência desse tipo de atendimento as famílias agroecologistas. Esse histórico ligado a usar o que havia de disponível na propriedade é evidenciado pela família Gayeski.

Eu lembro que no começo eu era bem pequeninha quando a gente começou, quando a mãe engravidou de mim que eles começaram a plantar orgânicos, então, eu lembro que nós fazíamos húmus de minhoca, para colocar na lavoura e não tinha nenhum tratamento para poder ajudar para bichinho, para nada, para aplicar na lavoura. Eu lembro que usavam urina de vaca e essas coisas assim, cinza, soro de leite com melado, eram umas coisas assim bem rústicas, a gente não tinha conhecimento de nada, não existiam produtos biológicos como tem hoje. (GAYESKI, 2020, p.2-3)

Além de aproveitar o que havia ao seu alcance, dentro da Agroecologia a troca de experiências, sementes, técnicas entre os camponeses é parte do cotidiano, tendo a análise e coevolução dos sistemas biológicos e sociais como um dos seus princípios a “e o reconhecimento de que essa coevolução teria sido captada pelos agricultores tradicionais (camponeses, indígenas) através de processos de ensaios, tentativas, erros, cujos aprendizados foram transmitidos pela cultura” (SILIPRANDI, 2015, p.89).

Estas iniciativas de extensão rural, voltadas a este quesito, possuem protagonismo das mulheres em praticamente todas as entidades pesquisadas. O Centro de Promoção da Agroecologia (CAPA), núcleo de Erechim é coordenado por Ingrid Margarete Giesel, que trabalha na entidade desde 1986, inicialmente na região de Santa Rosa, acompanhando as transformações e adequações que envolvem tanto a entidade, quanto a agricultura no decorrer destes mais de trinta anos, tanto que trajetória de atuação profissional e pessoal dela se confundem.

Não consigo enxergar outra forma de agricultura e pecuária, sem cuidar das plantas e dos animais, produzindo comida boa. Em primeiro lugar o respeito a vida, a diversidade, o bem viver para todos e todas. Desde cedo disputei espaços para estudar em um colégio agrícola e para cursar engenharia agrônômica, ir em busca dos meus sonhos. (GIESEL, 2020, p,1).

Sua formação é em como Engenheira e Licenciada em Agronomia pela Universidade de Federal de Santa Maria e Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável e Estratégico, com Área de Concentração em Planejamento e Gestão.

Na atuação do CAPA, a entidade tem uma metodologia de trabalho direcionado para envolvimento de toda da família, e no campo específico para as mulheres cita:

Assessoria ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)/SC na área de recuperação, produção e melhoramento de sementes de hortaliças crioulas e no Projeto Mulheres Conquistando Espaço e Gerando Renda no Campo do SUTRAF-AU, cursos sobre cooperação agrícola, alimentação saudável, gênero e geração de renda; oficinas sobre agroecologia e práticas agroecológicas e intercâmbios rural/urbano. Cursos e palestras para merendeiras, professoras, para mulheres nos STRS e nas instâncias da IECLB. (GIESEL, 2020, p.5)

Já Valdete, economista doméstica, que também trabalhou dentro da mesma entidade, o Centro de Promoção da Agroecologia, em projetos ligados a Agroecologia. Sua relação com tema aconteceu após mudar da sua cidade, Francisco Beltrão, no Paraná para Erechim, no Rio Grande do Sul em 2004, e desta forma passa a atuar em grupos que atendia ambos os sexos, na área rural, de

diversos municípios da região e posteriormente em grupos formados apenas por mulheres urbanas.

Um das dificuldades trazida era a continuidade das atividades nas casas das beneficiárias, por atendimento de público, nestes projetos, ser realizado em um Centro de Referência em Assistência Social e serem realizadas em um período passageiros que as pessoas estavam ali. Por outro lado ressalta essa ligação sentimental também com o que se faz na Agroecologia.

Trabalhar com Agroecologia dentro de uma entidade já te dá um grande passo a mais, então a facilidade era você trabalhar com amor, do que de fato você defendia, acreditava, acho que isso é uma das mais facilidade para trabalhar o tema quando você acredita nele, você vive ele, agora quando você vai trabalhar com alguma coisa que você tem insegurança naquilo, mas você tem que falar sobre aquilo, de dizer “faça isso”, mas eu não faço, é muito mais difícil. (KLEIN, 2020, p.3)

Na EMATER/ASCAR/RS as atividades das profissionais das mulheres que atuam na empresa, em especial as extensionistas, ainda são difíceis de serem desvinculadas do trabalho como as agricultoras, mesmo elas atuando em outras atividades, com foco em todos os membros da família.

Taborda, esclarece onde a EMATER/ASCAR/RS insere as questões de Agroecologia:

Então a minha primeira etapa de trabalho com Agroecologia, de trabalho profissional, ela se deu via EMATER, no ano de 2012-2013, e a partir disso, dentro das linhas de trabalho que EMATER tem na área social, especialmente, a gente tem bastante trabalho com segurança e soberania alimentar, educação e promoção da saúde, onde a gente também insere na Agroecologia (TABORDA, 2020, p.2).

Ela também verifica a importância da mulher agricultura dentro da produção agroecológica:

Onde não existe a percepção da mulher não existe agroecologia, somos vistas de uma maneira diferente, nós somos ouvidas, o nosso olhar para produção, para comercialização, o papel da mulher na comercialização de produtos agroecológico é extraordinário, porque a mulher sabe o que o que o consumidor quer, ela percebe, ela tem esse, desculpa dessa palavra, um feeling para isso, ela tem isso, então ela é percebida também como uma ferramenta, como um componente fundamental para que essa engrenagem funciona.(TABORDA, 2020, p.12).

Andressa, em seu trabalho, na assistência técnica, apresenta que na entidade não teve nenhum problema por ser mulher, inclusive, ressaltando o tratamento dado pelo CETAP quando a mesma esteve grávida, fato que não ocorre em parte de organizações.

Mas o CETAP foi muito bacana, eles nunca olharam para isso, como essa questão de gênero, “lá agora ela tá grávida e tal” da mesma forma que eles iam me contratar, me contrataram e dessa mesma forma, eu atuei todo tempo que eu tava grávida, e depois eu parei quando eu tive ele e depois voltei a trabalhar normal e aí eu fiquei lá até ano passado. (MARTINS, 2020, p.4)

Um dos projetos idealizados pelo CETAP, e teve financiamento da Fundação Luterana de Diaconia, foi o “Agroecologia substantivo feminino: um caminho para a luta pela emancipação, autonomia e empoderamento das mulheres” onde foram realizados, em quatro municípios da região Sul do Brasil, 17 atividades envolvendo mais de 150 mulheres. Os encontros tiveram como objetivo “fomentar espaços de troca, reflexão e integração entre mulheres rurais e urbanas, que estão envolvidas de alguma maneira com a pauta da Agroecologia” (CETAP, 2020, p. 3).

Lídia, a partir da sua experiência, também dentro do CETAP, quando em 1996 passou a fazer parte do quadro de colaboradores da entidade, na época como responsável pela alimentação. No decorrer do seu trabalho foi conhecendo sobre a Agroecologia até hoje estar inserida no Encontro de Sabores.

Hoje eu estou de cozinheira, agora, esse projeto que estou desde 2007 trabalhando dentro do empreendimento Encontro de Sabores, mas eu sou também administradora porque eu administro toda esta parte do empreendimento de compra, assessoria de oficina para poder ter os produtos bons aqui, então, eu faço de tudo um pouco (FIGUEIRÓ, 2020, p.1).

A organização “Encontro de Sabores” é um empreendimento que surge como alternativa de comercialização e geração de renda a partir de espécies nativas de frutas. Foi fundado em 2007 e está localizado na cidade de Passo Fundo/RS, seu complexo é formado por uma agroindústria de produtos das frutas nativas, além de

infraestrutura de armazenamento e distribuição de produtos, bem como um entreposto de recolhimento e distribuição de produtos em Vacaria/RS. (CETAP, 2020).

E eu fui começar a participar com as pessoas, com os técnicos agrícolas, com os engenheiros agrônomos, com os engenheiros florestais a gente foi a campo, então eu fui conhecendo todos os trabalhos das famílias rurais que o CETAP dá assessoria, então aí que eu fui entender um pouco sobre a agroecologia. (FIGUEIRÓ, 2020, p.1).

A partir do momento que passou a realizar atividades, desenvolver oficinas ligadas as polpas de frutas silvestres, a qual atua hoje realizando o processamento do que as agricultoras coletam em suas propriedades.

Relatamos algumas das experiências de protagonismo feminino relacionado a Agroecologia das dezenas de outras que existem nos núcleos Planalto e Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, campo de pesquisa em aberto sobre o tema e as tantas redes, projetos e atividades no campo agroecológico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proposta a ser feita nesta dissertação foi verificar a atuação das mulheres como protagonistas na Agroecologia nas regiões dos núcleos Planalto e Alto Uruguai, do Rio Grande do Sul, da Rede Ecovida de Agroecologia, com base na visão delas sobre suas vidas e sua atuação profissional, bem como a relação com o espaço e a sociedade em que vivem.

Durante a pesquisa de campo, a realização de entrevistas, necessitou adaptações, para uso das tecnologias disponíveis, assim como toda nossa vida foi transformada em meio a este novo mundo que hoje vivenciamos, assolado por uma pandemia de doença respiratória, a COVID-19, modificando drasticamente nossas vidas, relações sociais e que reforça o papel da ciência para a sociedade.

Pesquisar as mulheres é posicionar-se. Posicionar-se frente a uma sociedade que por séculos renegou as mulheres, lhe deu lugares pré estabelecidos, as silenciou, as deixou como meras observadoras da história, as negou o âmbito público, mesmo que sem um olhar profundo pudesse se perceber que grandes feitos masculinos só se realizaram por que na sua casa havia quem estava trabalhando, cuidado da prole, provendo alimento.

No primeiro capítulo procuramos compreender as modificações trazidas pelos processos da Revolução Verde na agricultura mundial, as suas consequências e a emergência da Agroecologia em nível global e no Brasil. Percebemos que no decorrer, especialmente da década de 1980, a organização destes movimentos, encabeçados por pesquisadores e associações de classes foram primordiais para o debate, os encontros para que esta não fosse a única maneira de se produzir alimentos no Brasil, que existiam saberes, metodologias e agricultoras capazes de ter rendimento, mesmo sem usar o pacote de insumos industriais que era apresentado como forma de superar a fome no mundo.

O movimento agroecológico brasileiro como um todo, que envolve entidades, pessoas, grupos, é uma articulação nacional que promove e divulga as práticas e pesquisas agroecológicas, sempre atuando nas múltiplas dimensões que

envolvem o tema: ciência, movimento, prática e projeto político e nestas várias frentes é muito valorizada por quem se envolve.

As tecnologias, como o uso de máquinas e equipamentos: tratores, colheitadeiras, plantadeiras, aumentaram significativamente a quantidade de área plantada no Brasil, porém, voltadas especialmente para produto de exportação e ou alimentação de grandes cadeias produtivas de animais em confinamento. Todavia é necessário reconhecer o quanto estes equipamentos são primordiais para facilitar o trabalho na agricultura, otimizando tempo e diminuindo a penosidade e monotonia do trabalho braçal.

Ao adentrarmos no mundo rural, na agricultura, é perceptível e constantemente citado pelos atores sociais, que partir de 2002, no Brasil, com as gestões dos presidentes Lula e Dilma houve um incentivo maior, seja ele por meio da criação de aparatos legais e programas específicos que tiveram interferência fundamental para que as pequenas propriedades pudessem ter condições de produzir e sustentar a família. De outro lado, um grande problema ainda a ser tratado na agricultura, nas pequenas propriedades, dos locais de pesquisa, é a sucessão na propriedade.

As políticas públicas construídas, em parte delas com a participação da sociedade civil organizada, como Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, necessitam de processos permanentes de acompanhamento e fiscalização sobre a sua implantação e destinação de recursos para as ações de fomento a essa produção.

As entidades que atuam na extensão rural neste território da metade Norte do Rio Grande do Sul se revelam como atores do dia a dia da Agroecologia. Sua inserção se dá, não apenas, junto as propriedades, as técnicas de manejo de solo e de culturas, mas envolvidas nas questões de comercialização, pesquisa, nas universidades.

Podemos concluir a findar essa pesquisa que as alterações trazidas pela Revolução Verde na agricultura, em especial a agricultura familiar, as mulheres foram (e são) um dos exemplos de resistência em meio a tantas adversidades que buscavam exterminar os saberes tradicionais, implantar a monocultura a fim de

atender o mercado internacional por proteína, seja ela na forma de criação de animais ou produção de soja.

A dinâmica da participação feminina se dá por diversas formas de resistência: produção de alimentos para consumo próprio, guarda de sementes, o reconhecimento destes saberes, participar de entidades ativamente, atuar politicamente frente a tema e suas necessidades.

Verificamos que os grupos de agricultores, bem como as técnicas, buscando novos mercados, além da feira, mas pontos fixos de comercializações em redes de supermercados, em especial de cooperativas.

No campo das pesquisadoras, as motivações pessoais e história de suas vidas se mostraram como fatores fundamentais para escolha dos temas de estudo, todavia ainda existe, dentro da academia resistências para a pesquisa, em especial nas áreas ligadas as ciências agronômicas, aqui cabe a dimensão da defesa da Agroecologia como ciência.

Existe um protagonismo forte feminino, mesmo que, em muitos espaços ele é invisibilizado, mas elas mesmas se reconhecem como protagonistas dentro destes processos e se veem como sua presença indispensável.

Dentro do movimento agroecológico é comumente encontrado o slogan “Sem Feminismo, não há Agroecologia”, em campanhas, em publicações técnicas, em pesquisas, especialmente entre os movimentos sociais femininos, e reflete o sentimento das atrizes destes processos, a sua participação como fundamental para a agroecologia acontecer de fato.

Assim, percebe-se que elas mesmas se veem como protagonistas destes processos, que são fundamentais para que a Agroecologia seja praticada nas propriedades, nos espaços de assistência, entidades e na pesquisa, nos espaços acadêmicos ligados especialmente as áreas de Agronomia e Ciências da Saúde.

6 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. 491 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281133>>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, Miguel Angel; ROSSET, Peter. **Agroecologia, Ciência y Política**. Sociedade Latino Americana de Agroecologia (SOCLA). Bolívia 2018.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **O que é ANA?**. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em 24 jun. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Sobre ABA**. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>>. Acesso em 24 jun. 2019
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa**. ABA: Cuiabá, 1987. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/download/anais-do-iii-encontro-brasileiro-de-agricultura-alternativa/>>. Acesso em 24 jun. 2019.
- BALLA, João Vitor Quintas; MASSUKADO, Luciana Miyoko and PIMENTEL, Vania Costa (2014). Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 9 (2), pp. 3-14. Disponível em <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15589/10185>> Acesso em 28 jun. 2020.
- BARROS, José D'Assunção. **A expansão da história**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARTON, Gregory. The Myth of the Peasant in the Global Organic Farming Movement. In: **Itinerario**, Vol. 41, No. 1, 75–91. 2017. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/itinerario/article/myth-of-the-peasant-in-the-global-organic-farming-movement/00CF0AD356E2DCDFD64C2F2DABD90CD5>>. Acesso em 10 out. 2018
- BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015**: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015. 113 p. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/centroserra/images/LivroPRONAF20ANOSnovosite.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2019.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017. 296 p.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.12, n.1, 2004, p.289-302. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21703.pdf>>. Acesso em 13 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em 15 maio 2019.

BRASIL, **Decreto 21.086, de 24 de fevereiro de 1932**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>>. Acesso em 25 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispões sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em 23 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre Disponível Dispõe sobre a Pesquisa, a Experimentação, a Produção, a Embalagem e Rotulagem, o Transporte, o Armazenamento, a Comercialização, a Propaganda Comercial, a Utilização, a Importação, a Exportação, o Destino Final dos Resíduos e Embalagens, o Registro, a Classificação, o Controle, a Inspeção e a Fiscalização de Agrotóxicos, seus Componentes e Afins. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm>. Acesso em 14 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em 23 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 04 dez. 2019.

BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do crédito rural**, atualização 669. (atualização em 25/10/2019). Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>> Acesso em 05 dez. 2019.

BRASIL, BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. **Pronaf Agroecologia**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em 05 dez. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BRITO, Priscila C. de S. Primavera feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

Disponível em:<

[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296_ARQUIVO_O_PrimaveraFeministaainterneteeasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296_ARQUIVO_PrimaveraFeministaainterneteeasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf)> Acesso em 10 ago. 2020.

CAMPOS, Margarida Cassia. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. **Revista Geografar**, v.3, n.1, p-161-191. Jun./2011. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21808>>. Acesso em 09 mai. 2019.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.); AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro-São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2015.

CETAP. Missão e objetivos. Disponível em: <<https://www.cetap.org.br/site/missao-e-objetivos/>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CAPORAL F.R.; COSTABEBER, J.A. Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. **Agroecol. e Desenvol. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez 2002. P.10-15. Disponível em:

<:[://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n4/opinioa1.pdf](http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n4/opinioa1.pdf)> Acesso em 29 nov. 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto. Superando a revolução verde. A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **A Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília:MDA/SAF/DATER, pp. 121-137, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Conhecimento. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASSOL, Ernesto. **Carlos Torres Gonçalves**. Vida, obra e significado.1. ed. Erechim: Editora São Cristóvão. 2003.

CARLOS, Daiane dos Santos; CONTE, Isaura Isabel. Oito de março de 2006: em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas. In: PALUDO,

Conceição. **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: Cebi, 2009.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR (CAPA). **Descobri que tem raça negra aqui**. Pelotas: CAPA, 2007.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Perspectivas para a agropecuária**. Volume 7, safra 2019-2020, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/perspectivas-para-a-agropecuaria>>. Acesso em 21 mai. 2020.

DARON, Vanderléia L.D. A luta e a resistência das mulheres camponesas no Rio Grande do Sul. *In*: TEDESCO, J.C; CARINI, J.J. **Conflitos agrários no Norte Gaúcho 1980-2008**. Porto Alegre: EST Edições, 2008.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. 2010. 275 f. Tese de Doutorado. UFRGS. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/35398>>. Acesso em 06 jan. 2020.

DOS SANTOS, G.; CIMA, I.J.; BONI, V. Quintais produtivos: a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. *In*: PULGA, V.L.; CALAÇA, M.; CINELLI, C.; SEIBERT, I.G.; CIMA, J.I. **Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia**. Porto Alegre: Rede Unida, 2018.

EHLERS, Eduardo. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

EMATER/RS - ASCAR. **Relatório de atividades 2018 / EMATER/RS-ASCAR**. – Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2019. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/relatorio_de_atividades_2018.pdf> Acesso em 15 jan. 2020

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMPRABA). **Marco Referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser: Afinal, qual é a questão? História oral desvendando o mito do amor materno. *In*: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História Oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

EVENSON, R.E; GOLIN,D.Assessing the Impact of the Green Revolution, 1960 to 2000. *In:Science*. Washington, 758, 2003, p. 758-763.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul** — 2019. Porto Alegre: SEPLAG, Departamento De Economia E Estatística, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Agroecology Knowledge Hub**. Disponível em:: <<http://www.fao.org/agroecology/overview/es/> > Acesso em 07 mar. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Série Fio Cruz - documentos institucionais. **Agrotóxicos e Saúde**. Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/02_agrotoxicos.pdf> Acesso em 15 jan. 2020.

GABOARDI, Shaiane Carla. **Territorialidades da agricultura orgânica e da agroecologia na microrregião de Erechim/RS a partir das ações socioambientais do CAPA e do CETAP**. Dissertação. UNIOESTE, 2017. 170 f. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/3011>>. Acesso em 10 set. 2018

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 2, n. 1, may 2007. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/1943>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo (SP): Hucitec, 1997.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 nov. 2019.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coords.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

HECHT, Susanna B., La evolución del pensamiento agroecológico. *In*: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para una agricultura sustentable. La Habana, Cuba: Asociación Cubana de Agricultura Orgánica, 1999. Disponível em: <<http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/Libro-Agroecologia.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2019.

HOWARD, Albert Sir. **Um testamento agrícola**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360 p. , 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). **Mapa de Feiras Orgânicas**. Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/o-que-e/>> Acesso em 04 abr. 2020.

KNABBEN, Virgínia Mendonça. **Ana Maria Primavesi**: histórias de vida e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: a memória evanescente. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-28.

KLANOVICZ, Luciana. História, Gênero e Ciência: mulheres engenheiras no sul do Brasil. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. 16, 2011, 105-122.

KOZENIESKI, Éverton de Moraes. **A produção do espaço rural**: transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na microrregião de Erechim. 2016. Tese. UFRGS, 327 f. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151330/001011366.pdf?sequence=1>>. Acesso em 24 jan. 2019.

LEÓN, Irene. Mulher, vida e semente. *In*: CARVALHO, Horácio Martins de (Org). **Sementes**: patrimônio dos povos a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p.209-228.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estudos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: DE MORAES FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 8 ed, 2006.

LORENZONI, C.; JANH, E.F. Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul: identidade, conhecimentos populares e garantia de autonomia na preservação, recuperação e multiplicação de sementes crioulas. *In*: PULGA, V.L.; CALAÇA, M.; CINELLI, C.; SEIBERT, I.G.; CIMA, J.I. **Mulheres Camponesas**: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Rede Unida, 2018.

LUTZENBERGER, José. **Fim do Futuro?** Manifesto Ecológico Brasileiro (5ª edição). Porto Alegre: Editora Movimento, 1999

LUZZI, Nilza. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** 2007. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MAGNANTI, Natal João. Circuito sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, p. 26-29, jun. 2008

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MEZADRI, Adriana. **Da produção de alimentos saudáveis à geração de autonomia e conhecimentos.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, Erechim RS, 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3637/1/MEZADRI.pdf>> Acesso em 17 jun. 2020.

MOURA, Iracema Ferreira de. **Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no período 2003-2014.** 2016. 123 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

MUELLER, Viane R.. **Dinâmica populacional, indicadores econômicos e sociais da microrregião de Erechim-RS.** 2016. 161f. Monografia (Graduação em Geografia) – Campus Erechim, Universidade Federal da Fronteira Sul. 2016. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/882>>. Acesso em 17. jun. 2020.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G. *et al.* (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília: IPEA, 2010.

OLIVEIRA, Daniela; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo. **Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop.** Redes, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 135-163, jan. 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14248>>. Acesso em: 29 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Superação da fome e da pobreza rural: Iniciativas brasileiras.** Brasília, 2016. Disponível em <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21821/1/LIVRO_Superacao%20da

%20Fome%20e%20da%20Pobreza%20Rural%202016.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

OSTROVSKI, Zelinda Polli. **Depoimento (agosto de 2017)**. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Erechim/RS: UERGS, 2017. Arquivo wav.

PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**, v. 06, n. 04, 2009, p. 04-08.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PASCHOAL, Adilson D.. **Pragas, Praguicidas e a Crise Ambiental: problemas e soluções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1979.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

PECCINI, Michel Diego. **Produção e comercialização de Alimentos Orgânicos: considerações acerca da experiência de camponeses ligados ao CETAP de Erechim – RS**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul, 2014. 183 f. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/884>>. Acesso em 18 dez. 2020.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, 2007, p. 281-300. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-01882007000200015&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 12 out. 2018

PEREIRA, Elenita Malta. **A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. 630 f. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140281>>. Acesso em 18 out 2018.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 nov. 2019.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. **As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres: mapeando experiências**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG, 2018.

PINGALI, Prabhu L. **Green Revolution**: Impacts, limits, and the path ahead. Proc. Natl. Acad. Sci. United States, 109, 12302 - 12308.

PIRAN, Nedio. **Agricultura Familiar**: lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim: EdiFAPES, 2001.

POLLAN, Michel. **O dilema do onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca: 2006.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e Manejo do Solo. **Agriculturas**: v.5, n.3, setembro de 2008. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2011/05/Agriculturas_v5n3.pdf>. Acesso em 10 jan. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

RENK, Arlene. Mulheres Camponesas: Experiência de geração. In: MORGA, Antonio. **História das Mulheres de Santa Catarina**. Argos: Chapecó, 2001.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. Agroecologia e sua materialidade na vida das mulheres camponesas. In: PULGA, V.L.; CALAÇA, M.; CINELLI, C.; SEIBERT, I.G.; CIMA, J.I. **Mulheres Camponesas**: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Rede Unida, 2018.

SABOURIN, Eric; GUÉNEAU, Stéphane; COLONNA, Julianna; TADEU DA SILVA, Luiz Raimundo. **Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais. Curitiba: CRV, 2019.

SALAME, Magali Angelina. **Agroecologia, trajetória e concepções no município de Três Arroios - RS**. 2011. 73 f. Dissertação de Mestrado em Ecologia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2011.

SALDANHA, Miro. **Lírios e Abelhas**. In: Pedagogia. Gravadora: Caxias do Sul, 2011.

SARTORE, Anna Rita.; SANTOS, Aline Renata dos.; SILVA, Camila Ferreira da. Tecendo os entre o feminismo latino-americano descolonial e os estudos pós-coloniais latino-americanos. **Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, Caruaru, v. 1, n. 1, p. 86-98, 2015.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, v.20, n.2, 1995, p.71-99. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>> . Acesso em 25 ago. 2018.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Ética ambiental y Agroecología: elementos para uma estratégia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica.** Córdoba: ISECETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 1999.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma. Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et. al, (org.) **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: Ipea. 2017.

SILVA, Claiton Marcio da. **De Agricultor a Farmer: Nelson Rockefeller e a Modernização da Agricultura no Brasil.** Guarapuava; Curitiba: Unicentro: UFPR, 2017.

SILVA, Claiton Márcio. Modernizar e seja preciso. Pensamento Social e mudança no mundo rural (1944-1954). **Iberoamericana** (Madrid), v. 1, p. 80, 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 28 nov. 2019.

SWIERGIEL, Weronika. **The process of agroecological transition: a case study from southern Brazil.** SLU, Department of Plant Protection Biology, Alnarp. Alnarp: SLU, Department of Plant Protection Biology. 2007. Disponível em: <<https://stud.epsilon.slu.se/12900/>> Acesso em 25 set 2018.

TEDESCO, João Carlos. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1990-1960).** Passo Fundo: UPF, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAROTTO, Daiana Paula. **Eu vou pra luta: mulheres militantes no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul na década de 1980.** Trabalho de Conclusão de Curso. 2017. 57 f. Monografia (Graduação em História) – Campus Erechim, Universidade Federal da Fronteira Sul. 2017.

VAROTTO, Daiana Paula. Agroecologia e gênero: perspectivas para a emancipação das mulheres e a agricultura familiar. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/859>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

UMAÑA, Wilson Picado. Los significados de la revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde. **Revista da HALAC**, v. 3, n. 2 (2014). Disponível em: < <http://revistas.unicentro.br/index.php/halac/article/view/3455/2503> >. Acesso em 15 mar. 2019.

WEZEL, A., BELLON, S., DORE T., FRANCIS, C., VALLOD, D. and DAVID, C. 2009. Agroecology as a science, a movement, and a practice. In: **Agronomy for Sustainable Development**, 2009, p. 503–15.

VOGT, G. The origins of Organic Farming. In: LOCKERETZ, Willian. **Organic farming: an international history**, 2007. London: CABI, 2007. v.33.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso . Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 54-76.

FONTES

ASCAR, **Um ano de trabalho com o agricultor**. Folheto 1957.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **III Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/iii-congresso-brasileiro-de-agroecologia/>>. Acesso em 07 ago. 2020.

ATLAS Socioeconômico, **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acesso em 13 de abr. 2020.

BORTOLIN, Camila Ferraz; MARTINS Andressa. **Agroecologia substantivo feminino: um caminho para a luta pela emancipação, autonomia e empoderamento das mulheres**. CETAP. 1 edição – 2020. 1 folheto.

BRASIL. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.agroecologia.gov.br/plano>>. Acesso em 09 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/vigilancia-agropecuaria/ivegetal/bebidas-arquivos/decreto-no-7-794-de-20-de-agosto-de-2012.pdf/view>>. Acesso em 09 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº **13.565 de 17 de dezembro de 2017**. Institui o Dia Nacional da Agroecologia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13565.htm>. Acesso em 09 dez. 2019.

BUCHWEITZ, Suzanne. **O tempo compartilhado: 25 anos do CAPA**. Porto Alegre, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003.

CÁRITAS DE PASSO FUNDO. Disponível em: <<http://caritaspf.com.br/>>. Acesso em 15 mar. 2020

CENTRO DE APOIO AO AGRICULTOR (CAPA). **A prática agroecológica no Capa**. Porto Alegre: CAPA, 2005, 27 p. (Série Cadernos Temáticos; 1)

CETAP. Relatório da 1ª fase Projeto de Pesquisa: Agrotóxicos em um Município do Rio Grande Do Sul. Passo Fundo, 2005. Disponível em: <<http://www.agrisustentavel.com/doc/pdf/cetap.pdf>>. Acesso em 15 mai.2020

CETAP. **CETAP 10 ANOS 1986-1996 – Auto Avaliação**. Março: 1997.

CETAP. **Onde tem Feira Ecológica em Passo Fundo?**. Passo Fundo: 2018. 1 folheto.

CETAP. Certificação Participativa. [Sem ano]. 1Folheto.

CETAP. Abastecimento Alimentar Espaços e Oportunidades. Passo Fundo: 2014. 1 cartilha.

CETAP. Feiras Ecológicas Alimentando a cidadania. Passo Fundo: 2013). 1 folheto.

CETAP. Campanha de Promoção e Consumo consciente e responsável. [Sem ano]. 1 folheto.

CETAP. **Alimento Agroecológico aproximando pessoas e mudando atitudes**. Agosto de 2020.1 folheto.

CONAB, Companhia Nacional De Abastecimento. **Levantamentos de safra - grãos**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safra>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CONTAG, 2020. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/>>. Acesso em 10 jan. 2020.

COSTELLA, Luiz. Uma história, muitas conquistas. *In*: COONALTER, **Feira Ecológica de Passo Fundo: 10 anos.** 2008 p.4-7

DIAS, Bento Pires. **Instituição de crédito rural supervisionado no Rio Grande do Sul.** ASCAR, 1956. 1 Folheto.

ECOFORTES, **Programa de Fortalecimento e Ampliação de Redes de Agroecologia Extrativismo e Produção Orgânica.** [sem cidade] 2017. 1 Cartilha.

EMATER/Rio Grande do Sul - ASCAR. **Emater/RS - Ascar: 50 anos com a família rural.** Fôlder 2005. Disponível em: <http://dspace.emater.tche.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.12287/40479/emater_rs_40479.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 29 nov. 2019.

EMATER/ Rio Grande do Sul - ASCAR. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR.** 2. ed. rev. aum.- Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/marco_referencial_outubro_2006.pdf>. Acesso em 29 nov. 2019.

FEIRA ECOLÓGICA DE PASSO FUNDO. **Organização Popular, ecologia e qualidade de vida: Alimentação.** Revista Comemorativa ao Primeiro Ano da Feira de produtos Ecológicos de Passo Fundo. Passo Fundo, 1999. 20 p.

FEIRA ECOLÓGICA DE PASSO FUNDO. **Revista Comemorativa ao décimo aniversário da Feira de produtos Ecológicos de Passo Fundo.** Passo Fundo, 2008, 20 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-internobrutodoss-municipios.html?t=downloads>>. Acesso em 13 abr. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

IDE, Hans-Ullrich. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar.** Porto Alegre, 2008.

Jornal O Recado da Terra publicado pela CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia). Ano XX, número 40, agosto de 2015, 11 p.

Jornal O Recado da Terra publicado pela CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia). Ano XX, número 41, dezembro de 2015, 12 p.

Jornal O Recado da Terra publicado pela CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia). Ano XXII, número 46, outono de 2018, 16 p.

Jornal O Recado da Terra publicado pela CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia). Ano XVII, número 47, primavera de 2018, 16 p.

Jornal O Recado da Terra publicado pela CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia). Ano XVIII, número 49, primavera de 2019, 16 p.

Jornal O Recado da Terra publicado pela CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia). Ano XVIII, número 50, primavera de 2020, 10 p.

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). **O que não foi divulgado no caso da Aracruz** (Panfleto). MMC: 2006. Disponível em: <<http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Soberania-sim-deserto-verde-nao-.O-que-nao-foi-divulgado-do-caso-Aracruz>> Acesso em 15 jul 2019. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). **Plantando Saúde pelos caminhos do RS**. 2 edição 2010. Passo Fundo. 1 Cartilha.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Caderno de formação**: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004, 48 p.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Histórico. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/>> Acesso em 05 jan. 2020.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Manual de Extrativismo Sustentável na Rede Ecovida**. Passo Fundo, 2020, Primeira Edição.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 7.742, de 22 de dezembro de 1982**. Dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas a nível estadual e dá outras providências. Disponível em <<http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=149231&inpCodDispositive=&inpDsKeywords=7747>>. Acesso em 23 nov. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.486, de 30 de janeiro de 2014**. Institui a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e dá outras providências. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.486.pdf>>. Acesso em 02 jan. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Rio Grande Agroecológico**: Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - Pleapo 2016-2020. Porto Alegre, 2016.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.1, n1, jan./mar.2000. EMATER, p.61 a 71.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Mulheres Agricultoras: um olhar feminista e geracional. In: **Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, 34-42, jan./abr., 2014, p. 34-42.

Entrevistas

COSTELLA, Luis. **Luis Costella**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Passo Fundo, 2020. Arquivo em MP3.

DEBONI, Tarita Cira. **Tarita Cira Deboni**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Erechim, 2020. Arquivo em MP3.

FERRO, Maristela. **Maristela Ferro**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. São Domingos do Sul, 2020. Arquivo em MP3.

FIGUEIRÓ, Lidia. **Lidia Figueiró**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Passo Fundo, 2020. Arquivo em MP3.

GAIESKI, Luana. **Luana Gaieski**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto Casca, 2020 a. Arquivo em MP3.

GEISEL, Ingrid. **Ingrid Geisel**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Erechim, 2020. Arquivo em MP3.

KLEIN, Valdete Jantsch. **Valdete Jantsch Klein**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Erechim, 2020. Arquivo em MP3.

LAMPUGNANI, Rosa. **Rosa Lampugnani**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Três Arroios, 2020. Arquivo em MP3.

MARTINS, Andressa. **Andressa Martins**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Erechim, 2020. Arquivo em MP3.

MATTOS, Daiane Taborda. **Daiane Taborda Mattos**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto Gaurama, 2020. Arquivo em MP3.

PRIMEL GAIESKI, Adelinda. **Adelinda Primel Gaieski**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Casca, 2020. Arquivo em MP3.

PULGA, Vanderleia. **Vanderleia Pulga**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Passo Fundo, 2020. Arquivo em MP3.

SALAME, Magali Angelina. **Magali Angelina Salame**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Erechim, 2020. Arquivo em MP3.

ZIN FERRO, Vanessa. **Vanessa Zin Ferro**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. São Domingos do Sul, 2020. Arquivo em MP3.

Fontes Audiovisuais

Agroecologia Sabores e Saberes - Feira Ecológica de Passo Fundo/RS.

Youtube, 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gG8F7yQdZIE&feature=youtu.be&fbclid=IwAR1SuWSB_RhZRkMb6X1vcaRNXXKHQ-vOOUdKrHJSk1rzWW__6hNxMEK7wdi4> .Acesso em 04 mar. 2020.

O CIRCUITO. Articulação Nacional de Agroecologia.

Disponível em <<https://vimeo.com/92963842>>. Acesso em 15 nov. 2018

Sistema informatizado de gestão de dados da certificação orgânicos da Rede Ecvoda de Agroecologia.

Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mKRGiRMjdhs&feature=youtu.be&fbclid=IwAR06caJn7v_Vp1vtYT2AydP6-tDxN4ps_w4Lo4_amzGE8yNbt55AeNC__Rk>. Acesso em 17 set. 2020.

Visita às propriedades agroecológicas de São Domingos do Sul. Youtube, 2016. Disponível em: < <https://youtu.be/Z0vcYB8joEs>>. Acesso em 04 mar. 2020.

ANEXO A

Núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia

Número	Nome do Núcleo	Município Sede
Paraná		
01	Agroflorestal	Barra do Turvo/SP
02	Arenito Caiuá	Querencia do Norte
03	Cerrosul	Pinhão
04	Guarumbe	Ortigueira
05	Libertação Camponesa	Paranacity
06	Luta Camponesa	Laranjeiras do Sul
07	Maria Rosa da Associação	Lapa
08	Mauricio Burmester do Amaral	Colombo
09	Monge José Maria	Irati
10	Oeste do Paraná	Marechal Cândido Rondon
11	Peroba Rosa	Londrina, Maringa
12	Sudoeste do Paraná	Francisco Beltrão, Verê
Santa Catarina		
13	Alto Vale do Itajaí	Presidente Getúlio
14	Alto Vale do Rio do Peixe	Fraiburgo
15	Litoral Catarinense	Florianópolis
16	Noroeste Catarinense de Agroecologia	Xanxerê
17	Oeste Catarinense	Chapecó
18	Planalto Norte	Porto União
19	Planalto Serrano	Lages
20	Serra Mar	Treze de Maio
21	Sul Catarinense	Sombrio
22	Vale do Itapocu	Joinville, Jaraguá do Sul
23	Vale do Rio Uruguai	Anchieta
Rio Grande do Sul		
24	Alto Uruguai	Erechim

25	Litoral Solidário	Três Cachoeira
26	Missões	Santa Rosa
27	Planalto RS	Santo Antônio do Palma
28	Serra	Caxias do Sul
29	Sudoeste Gaúcho	Sentinela do Sul, Cerro Grande do Sul
30	Sul	Pelotas
31	Vale do Caí	São José do Sul
32	Vale do Rio Pardo	Santa Cruz do Sul

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da Rede Ecovida de Agroecologia

ANEXO B

Intercambistas europeus realizando colheita de milho nas propriedades de Três Arroios/RS – 2001



Fonte: Acervo particular Rosa Lampugnani